

RENAN BANDEIRANTE DE ARAÚJO

ANEXO AO PROCESSO Nº 561/2000

PROGRAMA - CIÊNCIAS SOCIAIS

DEFESA - 27/11/2002

**O SINDICALISMO PROPOSITIVO DO ABC:
O CASO DA MERCEDES BENZ**

**Marília
2002**



RENAN BANDEIRANTE DE ARAÚJO

O SINDICALISMO PROPOSITIVO DO ABC: O CASO DA MERCEDES BENZ

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA-UNESP

2002



RENAN BANDEIRANTE DE ARAÚJO

O SINDICALISMO PROPOSITIVO DO ABC: O CASO DA MERCEDES BENZ

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador:

2º examinador:

3º examinador:



RENAN BANDEIRANTE DE ARAÚJO

O SINDICALISMO PROPOSITIVO DO ABC: O CASO DA MERCEDES BENZ

1410001424



Dissertação de mestrado apresentada ao
programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da UNESP, Faculdade de Filosofia
e Ciências de Marília.
(Área de concentração: Sociologia do
Trabalho).

Marília

2002



UN 001139670

60306033

Nº cham 331.881

A 663A

Nº Tombo 1424

Aquisição D

Preço 5,00

Data 10/03/03

Proced. Autor

- Sindicatos -- Indústria automobilística
- Trabalhadores da indústria automobilística
- Sindicalismo
- sindicatos metalúrgicos

159p., tabelas

Araújo, Renan Bandeirante de.

A663s O sindicalismo propositivo do ABC: o caso da Mercedes Benz / Renan Bandeirante de Araújo. – Marília, 2002.

159 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, 2002.
Orientador: Prof. Dr. Giovanni Antonio Pinto Alves.

1. Trabalho. 2. Metalúrgicos do ABC. 3. Sindicalismo
Propositivo. 4. Reestruturação Produtiva. 5. Partido dos
Trabalhadores. I. Autor. II. Título.

CDD 331.881



Entre os anos de 2001 e 2002, este trabalho contou com o apoio financeiro do CNPq, a quem somos muito grato.



DADOS CURRICULARES
RENAN BANDEIRANTE DE ARAÚJO

Nascimento 01.10.1967

Filiação Laudelino Félix Gonçalves de Araújo
Aguilla Gimenes de Araújo

1995 – 1998 Curso de Graduação em História
Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Unesp

1998 – 2000 Professor de Ensino Médio e Fundamental
Rede Estadual de Ensino de São Paulo

2000 – 2002 Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, nível mestrado,
Faculdade de Filosofia e Ciências / Unesp – Marília.

2001 – 2002 Pesquisador do NEG - Núcleo de Estudos da Globalização
Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp – Marília.



SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	6
RESUMO.....	10
LISTA DE QUADROS E TABELAS.....	12
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	13
APRESENTAÇÃO.....	14

CAPÍTULO I – O SINDICALISMO COMBATIVO DO ABC: DA EMERGÊNCIA À CRISE

1.1 A hegemonia fordista e a projeção do ABC.....	20
1.2 O ABC dos anos 70.....	25
1.3 A rebeldia metalúrgica.....	29
1.4 O Sindicalismo Combativo e o Partido dos Trabalhadores.....	36
1.5 O sindicalismo cutista nos anos 80.....	41
1.6 Mundialização e reestruturação produtiva.....	47
1.7 A crise sindical nos países capitalistas centrais na era neoliberal.....	50
1.8 O governo Collor e a reestruturação da indústria automobilística.....	54
1.9 FHC, (des) estabilização e reestruturação produtiva.....	62

CAPÍTULO II – A UTOPIA DO POSSÍVEL: A *CONCERTAÇÃO SINDICAL* NA MERCEDES BENZ DO BRASIL-ABC

2.1 Concertação sindical.....	68
2.2 O sindicalismo propositivo no ABC.....	74
2.3 Câmara setorial e o neocorporativismo.....	78
2.4 A concertação sindical na MBB-ABC.....	83
2.5 O processo de negociação de 1990 a 1995.....	91
2.6 De 1996 a 2000, o propositivismo na defensiva.....	98

CAPÍTULO III – SINDICALISMO PROPOSITIVO: ALCANCES E LIMITES

3.1 Participação e influência.....	104
------------------------------------	-----



3.2 Alcances e limites.....	113
3.3 MBB-ABC, uma nova fábrica.....	122
3.4 Concertação política e sindical.....	136
Considerações Finais.....	143

OUTRAS FONTES

1.Documentos.....	149
2.Publicações de entidades de classe.....	150
3.Grande Imprensa	151
4.Imprensa Sindical.....	151

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	152
---------------------------------	-----

AGRADECIMENTOS

Para que fosse possível a realização deste nosso trabalho, foi necessário contar com auxílio, em diferentes tempos e modos, de várias outras pessoas. Algumas vinculadas ao meio acadêmico, outras não. Porém, todas a quem agora sinceramente agradeço, confirmaram ou revelaram seu insubstituível valor.

Gostaria de agradecer aos meus irmãos (as): Roberval, Regina, Rochael, Renato, Romel, Ricardo, Roberto e Rosana. Não se trata de um agradecimento do tipo corporativo familiar, é que, deles, na condição de irmão mais novo, aprendi a primeira lição de vida: “O homem comete equívocos, incorpora “desqualidades”, mas, problemas referentes ao caráter são inadmissíveis”.

Trata-se, menos ainda, de querer reduzir a complexidade das relações humanas à perspectiva moralista. Somente ressaltar que o capital a que tudo arrasta, no seu movimento, asfixia sonhos e converte pequenos homens em “competentes administradores”. Muitos se perderam nesse caminho, outros parecem que, verdadeiramente se encontraram. São exceções: Levi Chaves (o vilê), Valmir Roseno, Wagner (china), Jean Lopes, Geraldo, Tião (da MWM), Marcelo (mecânico), Sumara Ribeiro, Gilvam, Fabio e Regina Lírio. A vocês sou grato por terem me dado a possibilidade em quem me espelhar.

Quero agradecer também aos poucos, porém profícuos amigos que conheci na universidade: Sergio Fonseca (irmão de fé), Hêlvio Mariano (grande companheiro), Rodrigo Davi (amigo de sempre), João Franco, Marcelo de Araraquara, Ricardo e, tardiamente, Iuri: para todos um imenso abraço...

Devo um agradecimento muito especial as duas mulheres, não de Atenas, mas da minha vida. A minha mãe Aguilla Gimenes de Araújo, sempre forte, sensível, amável. Uma incansável lutadora cheia de vida e esperança, traços que da minha memória não se apagam jamais. A minha companheira Elizabeth de Camargo Viana pelo carinho, pela ternura e compreensão. Aquela que, além de amante do cinema mostrou-me que em Recife de 1817, já predominavam os “Amantes de Revolução”. A elas, pela força e por tudo, meus fraternos agradecimentos.

Sou ainda muito grato ao professor Marcos Del Roio por reconhecer o valor da nossa pesquisa e abrir caminhos para meu “auto-exílio” em Marília. Agradeço aos Professores Ariovaldo Santos e Francisco Corsi, pelas sugestões quando da qualificação. Sou grato a atenção dispensada pelos dirigentes sindicais e operários da Mercedes Benz-ABC que concederam as entrevistas; muitíssimo obrigado companheiros!. Aos colegas da Pós-graduação Geraldo, Roberto, Ricardo, Givaldo, Macário, Gerusa, digo-lhes que foi um prazer tê-los conhecido.

Tenho ainda, um sentimento de gratidão em relação ao Professor Giovanni Alves que, no processo de orientação não só reconheceu como soube valorizar nossa prévia vivência política. Mais que isso, sobre ela fez-me refletir criticamente. Agradeço sua dedicação e sua confiança na minha, ainda que, limitada capacidade de trabalho. Por isso, antecipo aos incautos, se tive plena liberdade de pensamento e de redação, os erros aqui são meus!

Dedico este trabalho ao meu querido irmão

Rochael e, aos meus sobrinhos Rogério,

Renato e o pequeno Leon (*in memoriam*).



RESUMO

A ascensão do governo Collor representou a inserção brasileira aos paradigmas “neoliberais”. Na produção, o caráter sistêmico do processo de reestruturação produtiva constituiu-se como um dos principais traços dessa nova ofensiva do capital. Neste contexto, o sindicalismo cutista e, mais especificamente, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, conheceu uma profunda inflexão no seu padrão de ação sindical. Sintomático é que, nos anos 90, priorizaram-se práticas propositivas, em detrimento do perfil *conflitivo* da década anterior. Paradigmáticos foram os inúmeros Contratos Coletivos de Trabalho, assinados entre Comissão de Fabrica e a Mercedes Benz-ABC. Procurando apreender as múltiplas determinações desse processo negocial, seu contexto e desenvolvimento, abordaremos o neoliberalismo como a expressão política, econômica e ideológica dominante dos anos 90 que, concomitantemente, à emergência do complexo da reestruturação produtiva, conformaram-se como elementos responsáveis pela crise instaurada no sindicalismo metalúrgico do ABC.

Palavras-chave: Trabalho; Metalúrgicos do ABC; Sindicalismo Propositivo; Reestruturação Produtiva; Partido dos Trabalhadores.

ABSTRACT

The ascension of Collor government represented the Brazilian insertion to neo-liberal paradigms. In the production, the systemic character of process of productive re-framing established as one of principal trails of this new offensive of capital. In this context, the syndicalism of Cut and, more specifically the Syndicate of Metallurgists of ABC faced a deep inflection of its pattern of syndical action. Symptomatic is that on decade of 90, propositive practices were prioritized in detriment of the conflicting profile of the last decade. Paradigmatic were the Several Collective Contract of Work signed between The Commission of Factory and the Mercedes Benz-ABC. Looking to learn the multiple determination of this dealing process, its context and development, we approach the neo-liberalism as the political, economical, ideological expression dominant of the decade of 90, that together with the emergency of complex of productive re-framing conformed as responsible components for established crisis in the syndicalism metallurgic of ABC.

Key words: work; Metallurgists of ABC; Propositive Syndicalism; Productive Re-structuration; Labor Party (Partido dos Trabalhadores -Brasil).

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1: Número de greves ocorridas nos anos 80.....	46
Tabela 2: Produtividade nas montadoras do Brasil (1990-1993).....	60
Tabela 3: Oscilações do PIB brasileiro (1994-2000).....	62
Tabela 4: Reestruturação da indústria automobilística (1994-2001).....	65
Quadro 5: Definição da <i>Inclusão Institucionalizada</i> no caso MBB-ABC.....	84
Quadro 6: Acordos Coletivo de Trabalho assinados na MBB-ABC (1993-1999).....	87
Quadro 7: Produção e venda de veículos de transporte no mercado brasileiro (2000).....	114
Quadro 8: Escolaridade dos funcionários de grupo Daimler Chrysler (1989-2001).....	123
Quadro 9: Qualificação dos funcionários de grupo Daimler Chrysler (1989-2001).....	127
Quadro 10: Tempo de empresa dos operários do grupo Daimler Chrysler (1989-2001).....	131
Quadro 11: Perfil dominante dos funcionários da Daimler Chrysler –ABC (2001).....	134
Quadro 12: N ^o de funcionários de grupo Daimler Chrysler (1989-2001).....	137

LISTA de SIGLAS e ABREVIATURAS

ACT: Acordo Coletivo de Trabalho
ANFAVEA: Associação nacional de fabricantes de Veículos Automotores
BEFIEX: Benefícios Fiscais de Exportação
CCQ: Círculo de Controle de Qualidade
CGT: Central geral dos Trabalhadores
CLT: Consolidação das leis do Trabalho
CUT: Central única dos Trabalhadores
DIEESE: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos
FAT: Fundo de amparo ao Trabalhador
FENABRAVE: Associação nacional dos revendedores de automóveis
FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FGTS: Fundo de Garantia e Tempo de Serviço
FS: Central Força Sindical
FSP: Folha de São Paulo
GEIA: Grupo Executivo para a Indústria Automobilística
GM: General Motors do Brasil
GT: Grupo de Trabalho
II: Imposto de Importação
ICMS: Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPC: Índice de Preços ao Consumidor
IPI: Índice sobre produtos Industrializados
INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor
JK: Juscelino Kubitscheck
MBB-ABC: Mercedes Bens do Brasil -ABC
MFCN: Máquina Ferramenta com Controle Numérico
MP: Medida Provisória
MR-8: Movimento Revolucionário 8 de Outubro

OCDE: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC: Organização Mundial do Comércio

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PIB: Produto Interno Bruto

PT: Partido dos Trabalhadores

SINFAVEA: Sindicato Nacional da Indústria de Fabricantes de Tratores, Caminhões
Automóveis e Veículos Similares

SMSBC: Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema

TRT: Tribunal Regional do Trabalho

VW: Volkswagen do Brasil



Apresentação

No final dos anos 80, o Brasil passou por profundas mudanças nos planos político e econômico. Relacionadas aos pressupostos neoliberais, representaram a inserção mais aprofundada da economia brasileira nos parâmetros do capitalismo. Resultaram em um movimento que, em sintonia com as transformações já ocorridas nos anos 80, em países capitalistas centrais, procurou adaptar/integrar a economia brasileira ao processo de mundialização do capital. Uma nova conjuntura política e econômica pautada por intensas e constantes transformações, cuja dinâmica foi e continua sendo dada, pela busca de realização do valor.

É nesse novo contexto do Brasil dos anos 90 que se desenvolve uma série de novas investidas do capital em relação ao mundo do trabalho. Sintomática dessas tendências é a irrupção sistêmica do complexo de reestruturação produtiva - um imperativo coadunado às novas necessidades de acumulação, uma ofensiva do capital na produção - que, concomitantemente, à adoção de medidas neoliberais, desregulamentou e flexibilizou as relações de trabalho, impulsionou com maior vigor o aumento do desemprego estrutural. Em suma, um processo cujo impacto sobre a classe operária instaurou e disseminou uma forte crise no seio do sindicalismo, mesmo em setores melhor organizados. Os metalúrgicos de SBC, nesse sentido, constituem um caso emblemático.

Quando dissemos que o sindicalismo metalúrgico de São Bernardo do Campo encontra-se em crise, estamos querendo focar dois aspectos essenciais e caracterizadores desse processo de mudanças. Um primeiro aspecto corresponde à

incapacidade da instituição, frente à ofensiva do capital, em realizar nos anos 90, movimentos de massa que como em fins dos anos 70, alçaram os metalúrgicos de SBC à condição de ícones do *Novo Sindicalismo*. Este, apoiado pelo padrão *conflitivo*, buscou fazer deste tipo de ação, ainda que atuando de forma reagente, um mecanismo capaz de estabelecer, não só limites à sanha do capital, mas também o de exigir a instauração do regime democrático.

O segundo aspecto da crise do sindicalismo está, intrinsecamente, relacionado ao primeiro, quanto à própria incapacidade da categoria metalúrgica reagir, nos mesmos moldes dos anos 70 e início de 80. No ABC, em sintonia com as práticas desenvolvidas pela renovada social-democracia europeia, priorizou-se, a partir dos anos 90, a construção de uma nova postura sindical. Nesse aspecto, as práticas propositivas pautaram-se pela busca de um padrão sindical menos *conflitivo* e mais *cooperativo*.

Nesta pesquisa, procuramos demonstrar que a crise, em si, não advém do fato de que o sindicato insista nas saídas “negociadas”. Esta estratégia de ação sindical, sob as circunstâncias impostas pelo aprofundamento da reestruturação produtiva, não só desnuda a amplitude da crise que se instaurou, no seio do sindicalismo metalúrgico do ABC, como serviu para revelar os limites do sindicalismo, mesmo nos segmentos melhor organizados, de *per-si*, fazerem frente à nova ofensiva do capital.

O problema encontra-se, a nosso ver, no fato de que os sindicalistas, ao negociarem a reestruturação, conduzem o processo negocial como se fosse possível excluir, no âmbito da produção, o caráter contraditório e ontológico da

relação capital-trabalho. Embebidos pelos pressupostos políticos e ideológicos encontrados na tese da *concertação sindical*, os dirigentes do ABC procuram negociar, dialogar, como se fosse possível estabelecer - ou estivessem estabelecendo - um pacto fundamentado numa relação de confiança e responsabilidade entre "iguais".

Constituem-se os objetivos centrais desse trabalho, entender as razões da inflexão no padrão da ação sindical entre os metalúrgicos do ABC, nos anos 90, as alterações verificadas e consubstanciadas no deslocamento do padrão, marcado pelo *conflito antagônico*, em direção ao novo padrão *propositivo-cooperativo* enfatizando os inúmeros e paradigmáticos Contratos Coletivos de Trabalho, assinados entre Comissão de Fábrica e MBB-ABC, enquanto processo revelador desses novos tipos de rearranjos. Bem como, as características e perfil do operário que emerge da fábrica reestruturada.

Para tanto, estruturamos nossa dissertação em três capítulos. No primeiro, procuramos reconstituir, historicamente, a gênese e a trajetória do *Novo Sindicalismo*, ressaltando a positividade e os limites dos movimentos de massa peculiar às greves metalúrgicas no período de 1978-80. Pretendemos demonstrar que os movimentos grevistas e sua forte capacidade de mobilização, as lutas desenvolvidas em meio as circunstâncias de crise política e econômica encontradas no final dos anos 70 extrapolaram o universo das fábricas. No plano político vimos várias teses "sindicalistas" serem reafirmadas quando da fundação do Partido dos Trabalhadores.



Por ser a década de 80, marcada pela alternância entre períodos recessivos e de crescimento econômico, da luta pela transição política para o regime democrático, dessa instabilidade se nutriram e se firmaram a Central Única dos Trabalhadores e o PT. Organizar, realizar movimentos de massas, exigência de melhores condições de vida e de salário foram as principais reivindicações das greves e mobilizações levadas a frente pela central sindical e pelo partido.

Contudo, se a década de 80 configurou-se, via movimentos de massa, por ser de afirmação da CUT - um padrão de ação sindical que, no seu fazer, marcou-se pela hegemonia dos militantes do PT - é a partir de 1990, com a ascensão de Collor e, posteriormente, FHC, que estaria sendo construído um novo cenário econômico, impulsionador de um novo complexo da reestruturação produtiva. Ilustrativo é que no ABC, particularmente, nas montadoras, refletindo os impactos das mudanças é que se pode observar uma drástica redução no *quantum* operário, reflexos negativos observado, inclusive, no conjunto da categoria.

No segundo capítulo, atendo-se à última década do século XX, como sendo o momento de gestação e implementação da tese da *concertação sindical*, pretendemos apontar alguns dos pressupostos teóricos, defendidos por seus formuladores no Brasil. Para tanto, procuramos demonstrar, que esta concepção política/sindical, revestida de um forte conteúdo defensivo coaduna-se ao sindicalismo *propositivo* desenvolvido no ABC. Um tipo de ação sindical que ganhou maior evidência à medida que o sindicato priorizou sua ação, através da participação, em mecanismos de negociação tripartite, como a Câmara Setorial Automotiva.

Todavia, como parte dessa nova postura sindical, os metalúrgicos do ABC realizaram, no plano *micro*, no nível das empresas montadoras, inúmeros acordos descentralizados. Tomando a MBB-ABC, como sendo um caso paradigmático, procuramos demonstrar os principais ACTs assinados entre a empresa e a representação trabalhista (Sindicato e Comissão de Fábrica), reconstituindo a trajetória do processo de negociação.

Para tanto, enfatizamos os quatros diferentes períodos desse processo:

1º) As turbulências oriundas da abertura econômica (1990-1992).

2º) A empresa elabora seu “Projeto Fábrica 2000” e convida a representação trabalhista, para a discussão, acerca da necessidade de promover a reestruturação da empresa (1993-1995).

3º) No segundo semestre de 1995 a MBB-ABC, promove 1500 demissões. A representação trabalhista retira-se das negociações. De forma unilateral, entre 1995-98, a empresa expande de 5 Grupos de Trabalho pilotos para 244.

4º) Atuando sob os efeitos da reestruturação, a representação trabalhista passa a contestar os problemas engendrados, pelo processo de modernização unilateral movido pela empresa (1998-2000).

No terceiro e último capítulo, focando o processo de mudanças, verificados na MBB-ABC, procuramos demonstrar alguns do alcances e limites dessa nova postura sindical. Analisamos, como a tensão e as novas formas de conflitos que emergem da relação capital e trabalho, fundam-se no caráter ontológico dessa relação; algo que não se dilui, pelo fato de que direção sindical assume uma



postura mais propositiva. Interessa-nos, apontar não só as mutações ocorridas na fábrica, fruto do processo de reestruturação, mas para indicar o novo perfil operário, em gestação na empresa. Os “filhos” da reestruturação.

Ainda no terceiro capítulo, para realizar a discussão quanto ao processo de mudanças e às novas tendências apontadas pela fábrica reestruturada, servirmo-nos das entrevistas qualitativas, efetuadas por nós em julho de 2002. Essas entrevistas foram feitas com os dirigentes sindicais do ABC vinculados a MBB, e também, com operários portadores de uma longa experiência na militância sindical, alto grau de percepção quanto às mudanças na fábrica tanto em relação ao processo de reestruturação como ao novo padrão de ação sindical propositivo, e que não estão organicamente ligado ao sindicato ou outro possível grupo político de oposição à corrente Articulação Sindical.

A entrevista qualitativa justifica-se à medida que pretendemos compreender, através de suas falas, percepções que apontem, entre o perfil de operários entrevistados, tendências que emergem desse processo, em oposição ou não, ao novo padrão sindical.

Partimos da hipótese de que o consentimento da classe como um todo, em particular dessa moderna vanguarda pós-reestruturação, impõe-se como um dos elementos essenciais à condução, continuidade do aprofundamento ou, até mesmo, da recusa desse processo negocial em curso.



“[...] hoje, depois de vinte anos, nós aprendemos que o caminho é a negociação, o diálogo entre capital e trabalho” (dirigente sindical do ABC).

Assim, as lebres foram à assembléia dos leões reivindicar igualdade quanto ao uso do bosque. Estes lhes responderam: “*Claro, mas onde estão vossas garras e vossos dentes?*” (Esopo).

CAPÍTULO I – O SINDICALISMO COMBATIVO DO ABC: DA EMERGENCIA À CRISE

1.1 A hegemonia fordista e a projeção do ABC

A emergência da industrialização de padrão fordista no Brasil relaciona-se às transformações capitalistas do imediato pós-guerra. No plano internacional, assiste-se a um processo de recuperação econômica do continente europeu e do Japão que, estimulado pela disseminação dos paradigmas taylorista/fordistas, propiciou um novo *boom* produtivo (Harvey,1993), havendo uma expansão marcada, inclusive, pelo deslocamento de inúmeras multinacionais, em direção aos países capitalistas periféricos.

É, pois, no bojo dessas novas tendências do desenvolvimento capitalista que o Estado brasileiro assumiu papel central, na definição de uma política industrial, impulsionadora da vinda de novos capitais. Segundo Cano (1993), nesta perspectiva, mais especificamente entre os períodos de 1956- 1962/ 1968-1980, no Plano de Metas, passando pela fase do “milagre” econômico, o esforço governamental pautou-se por priorizar a instalação e desenvolvimento da indústria de bens de consumo duráveis, de bens intermediários e de capital (Cano,1993:17).

Neste novo contexto, o *slogan cinquenta anos em cinco* de JK, traduziu inicialmente essas novas diretrizes governamentais, buscando assegurar a consolidação de um parque industrial de novo perfil. Sintomáticas dessas tendências foram a

instalação das multinacionais, vinculadas ao setor automobilístico; um dos pólos mais dinâmicos da economia.

No caso brasileiro, Oliveira (1977) ressalva que o sentido da intervenção governamental, ao se voltar, diretamente, à criação das condições necessárias para a formação e desempenho de grupos oligopolísticos. Ao adotar políticas públicas, ancoradas em uma série de programas de incentivos, procurou não só fomentar a instalação, mas o sentido da intervenção do Estado se impôs como elemento necessário à valorização do capital, investido pelas corporações multinacionais.

Neste contexto, poderosos segmentos do empresariado beneficiaram-se com a política favorável à importação de bens de capital sem cobertura cambial, com a concessão de empréstimos subsidiados por bancos oficiais para a importação desses bens às indústrias brasileiras e à isenção de tarifas de importação e de impostos na aquisição de máquinas e equipamentos. Concomitantemente, medidas protecionistas como altas taxas alfandegárias, garantiram um mercado interno cativo (Cano, 1993).

Essas políticas de incentivos fiscais rigidamente controlada pela GEIA - Grupo Executivo para Indústria Automobilística - responsável pelo acompanhamento e implementação do processo industrial, como contrapartida aos incentivos, exigiu dos grupos multinacionais um alto índice de nacionalização das peças e componentes de veículos. Dessa forma, procuravam garantir o processo de industrialização patrocinado pelo Estado (Shapiro, 1997; Arbix, 1996; Negro, 1997; Comin, 1998).



Refletindo-se nas tendências dessa nova política estatal desenvolvimentista, no curto período (1956-68), o país assistiu à constituição do moderno parque automotivo, com a instalação de renomadas empresas como a Scania Vabis, Mercedes Benz, Chrysler, Volkswagen, Toyota, Sinca, Willis-Overland e Vemag. Algumas empresas foram, posteriormente, incorporadas a outros grupos industriais (Cardoso, 2000).

Quando se analisa o setor automobilístico fica patente sua relevância em relação ao conjunto da economia capitalista. Sua importância pode ser dimensionada não só por todo complexo produtivo que apresenta, mas principalmente pela mobilização financeira, seu dinamismo e seu alto grau tecnológico, traços esses, valorizados por estudiosos que procuram compreender, ainda que criticamente, a crise capitalista contemporânea. Nesse sentido, Gounet, destaca a expressão desse ramo produtivo para o processo de acumulação ao salientar que:

“um carro tem no mínimo 20 mil peças é um produto de tecnologia e organização complexas, cuja fabricação não se reduz ao conjunto de seus componentes. Sobretudo pelo fato de desenvolver um sistema que envolve produção e comercialização. Um conjunto de sistemas e serviços ligados a seguros, créditos, etc... A indústria automobilística representa, nos principais países do mundo, cerca de 10% do emprego, 10% do Produto Nacional Bruto e 15% do comércio externo” (Gounet, 1999:13-14).

A magnitude dessas novas multinacionais coadunou-se, fortemente, com as perspectivas do projeto nacional desenvolvimentista, a ponto de serem identificadas como o ramo da indústria cujo gigantismo econômico e suas dimensões sociais, justificaram o protecionismo estatal. Com esta estratégia de apoio ao grande capital

pretendeu-se integrar, de forma rápida, a economia brasileira ao pólo dos países capitalistas centrais (Arbix, 1996).

De fato, a “fase de ouro” da economia brasileira que se iniciou no governo JK, sob a ditadura militar, particularmente na época do *milagre brasileiro* (1968 a 1973), conheceu seu apogeu. Segundo Singer (1999), Pochmann (2001), um crescimento médio próximo de 10% ao ano.

No bojo dessa nova forma de acumulação capitalista, ocorreu uma acelerada migração/urbanização no Sudeste. Entre os anos de 1950 - 1976, o crescimento do mercado de trabalho, como desdobramento da expansão industrial, atingiu patamares próximos a 400%, como ressalta Iram Rodrigues (1990). Nesse contexto, é que se deu a projeção nacional do ABC, vinculada à emergência de pólos industriais, particularmente, do complexo automotivo, responsável pelo fomento e incremento do comércio e da ampliação do setor de serviços.

O ABC, ao abrigar cerca de 4.426 novas empresas, ligadas, principalmente, ao setor de transformação (Conceição, 1998:36), converteu-se num parque industrial emblemático do “milagre brasileiro”. A isso se deve o fato de que, em apenas duas décadas 1971-1991, vivenciou-se uma inédita explosão demográfica. Sua população triplicaria, passando de 504.416 para 1.625.000 habitantes (IBGE/Seção de pesquisa de SBC/Diadema – Municípios, 1991).

Em meio a essa nova concentração de trabalhadores, emergiu o proletariado moderno de São Bernardo do Campo, vinculado às indústrias automobilísticas. Para ressaltar sua proeminência, basta considerar que representaram mais de 58,0% do conjunto dos assalariados no setor automotivo brasileiro em meados dos anos 70.

De 134.000 operários desse setor, no ABC, houve concentração de 72.143 trabalhadores. Essa impressionante massa operária manteve-se ainda nos anos 80, principalmente, quando se considerou o conjunto da categoria, já que o número de trabalhadores, pertencentes à base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema contou com uma expressiva massa de 183.001 operários (Dieese Subseção ABC, 2000).¹

Um processo modernizador impulsionador do aumento inédito dos trabalhadores vinculados ao ramo metalúrgico. Sintomático foi que entre 1950 a 1976, o *quantum* operário encontrado nas indústrias metalúrgicas saltou de 174.607, para 1.420.210 trabalhadores (Leite, 1987).

Do seio desse proletariado moderno, “filhos do milagre”, despontaram dirigentes contestadores da política de arrocho salarial, sustentada pelo governo militar. Líderes críticos da estrutura sindical corporativa que, integrados ao grupo dos “sindicalistas autênticos”, não só sinalizaram uma renovação do sindicalismo, como souberam expressar, de forma paradigmática, os anseios e desejos dessa nova e moderna classe operária.

A corrente dos *autênticos* era formada, em particular, por sindicalistas que representavam trabalhadores da indústria taylorista/fordista. Estes líderes, mesmo dirigindo instituições, sob rígido controle estatal, opunham-se ao imobilismo pelego e à visão assistencialista predominante no sindicalismo. Entre seus principais representantes estavam Benedito Marcílio (de Santo André), Henos Molina (de

¹. Sobre o perfil dessa moderna classe operária, àqueles vinculados ao setor automobilístico, ver: (Rodrigues, 1970, Humphey, 1975).

Osasco), Arnaldo Gonçalves (de Santos), Jacó Bittar (de Paulínea) e Luís Inácio da Silva, dos Metalúrgicos de SBC (Paranhos, 1999).

1.2 O ABC dos anos 70

O signo dos anos 70 foi dado, no plano internacional, pelo paulatino esgotamento dos “anos dourados” ou “trinta gloriosos”. Um período (1945 a 73), no qual a relação societal, subordinou-se ao processo de acumulação, a predominância dos paradigmas fordistas na produção, concomitantemente, à expressiva organização da classe operária, capaz de impor políticas como: garantia de crescimento paralelo entre salários e produtividade, política de fomento estatal dos investimentos e trabalhos públicos, somadas às políticas de seguridade social. Chesnais (1996), Gounet (1999).

Contudo, analistas como Bihr (1999), procuraram salientar que, embora o Estado do Bem Estar Social atendesse importantes demandas da classe trabalhadora, não suplantou os conflitos de classe. A ação sindical circunscreve-se à delimitação e aplicação de acordos entre capital e trabalho

Os sintomas do esgotamento dessa “fase de ouro” eram sentidos através do acirramento da concorrência, da superprodução de mercadorias - elemento indicador de uma possível crise de acumulação - mormente à constante e tendencial queda do PIB, nos países capitalistas centrais. De uma taxa positiva, no período de 1960-1973, correspondente a 7.6% no EUA, Japão, 18.8% e 9.8% na OCDE, os

índices oscilaram, negativamente, de 1973-85, para 4.9%, 7.6% e 4.8%, respectivamente (Harvey, 1993).

Analisando a crise de acumulação, Harvey (1993) acentua que as políticas macro-econômicas, adotadas nos países capitalistas centrais, a partir de 1973, indicaram os prenúncios de uma latente crise sistêmica. Enfatiza que, medidas como a emissão de papel moeda objetivando manter a estabilidade econômica, face às exigências de elevado custo para a manutenção do Estado do Bem Estar, ao desencadear um processo inflacionário, gestavam paulatinamente uma profunda crise que eclodiria nos anos 80.

No plano da produção, os entraves à valorização decorreram dos próprios padrões taylorista/fordista, ancorados na forte rigidez dos investimentos de capital fixo, de larga escala e de longo prazo. Por outro lado, este sistema de produção em massa demonstrou sua crise, na medida que impedia a flexibilidade de planejamento, assentava-se, na rigidez dos mercados e da alocação dos contratos de trabalho (Harvey, 1993).

Já, no Brasil, em consonância com as características do Estado Autocrático Bonapartista, instaurado em 1964, o que se viu, nos períodos de crises econômicas pós 1973, foi o uso da força e da intervenção, de cima para baixo, como um importante elemento constituinte e garantidor da continuidade do processo de acumulação e da expansão do capital. Nesse quadro, é que inserem as inúmeras



medidas, tanto de caráter político como econômico, tal qual a Lei 4725 de 1965, com vistas à manutenção do arrocho nos salários².

Reveladora dessa política de intensificação do arrocho foi a desvalorização do salário mínimo entre 1956-73. Apesar da economia ter vivenciado sua fase de ouro, o “milagre brasileiro”, no seu último ano, apresentou uma perda de aproximadamente 25% do poder aquisitivo dos assalariados (Sader, 1988:79). Essa tendência contrastou com a dinâmica indústria automobilística, pois seu faturamento líquido, no decorrer dos anos de 1970, dobrou sua taxa de lucro, de US\$ 8 bilhões para US\$16 bilhões (Cardoso,2000: 39).

É sob tais circunstâncias que emergiram novas lideranças sindicais, tal qual o grupo dos “sindicalistas autênticos”. Estes deixaram transparecer, em suas falas, um sentimento que refletiu as próprias percepções da classe operária, quanto a uma paradoxal situação de agravamento da sua condição de trabalho e vida, em meio a taxas de lucros crescentes; um sentimento que aflorou, principalmente, entre os trabalhadores das grandes montadoras.

Expressão dessas novas tendências foi a própria manifestação de Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, durante a

² O conceito de Estado Autocrático Bonapartista é definido por Antunes como sendo um Estado de características autoritárias apoiadas na força militar. Este é resultante da incapacidade no plano econômico da burguesia nacional - subordinada às burguesias centrais hegemônicas - em firmar-se como classe, capaz de manter sua natureza autocrática. Ao contrário, sua irrealização econômica faz com que se apóie no Estado, como mediador para completar sua dominação (Antunes, 1992:113). É nesse sentido que se inserem a nova lei 4725 de 1965, onde os reajustes salariais não poderiam se efetivar, em intervalo inferior a um ano. Impondo o arrocho salarial os reajustes seriam determinados com base no “salário médio real” dos 24 meses anteriores, com o acréscimo de uma taxa correspondente ao “aumento da produtividade nacional” do ano anterior, sendo todos esses cálculos realizados e fornecidos pelo governo (Sader,1988:179). Ao mesmo tempo, a ditadura militar acabou com a estabilidade no emprego, substituindo-a pelo FGTS. Através das “direções pelegas” ou interventoras, o governo procurou anular a ação sindical reduzindo-a à prestação de serviços assistenciais (Galvão, 1996).



campanha salarial de 1976: *"Nós vamos tentar fazer ver que os patrões de São Bernardo podem dar um pouco mais que os outros. Afinal de contas, é aqui que as grandes multinacionais ganham dinheiro"*(Entrevista de Lula a Bargas e Rainho, 1983:32-33).

Essa fala tornou-se emblemática, à medida que exprimiu a própria percepção metalúrgica de São Bernardo do Campo que, ao questionar a política de arrocho salarial, denunciou um pilar fundamental e impulsionador do processo de acumulação. Lula, ao captar e expressar esse sentimento operário traçou os contornos de um novo tipo de sindicalismo, sintonizado nos sentimentos e nas reivindicações desse novo proletariado que fez da reposição salarial sua principal exigência e bandeira de luta³.

De modo geral, foram as conjunções desses múltiplos fatores econômicos externos, cujas repercussões no Brasil, não só abalaram os fundamentos da industrialização ancorada nos subsídios estatais, mas também, fizeram com que a própria crise, inicialmente econômica, assumisse feições políticas, motivadoras do processo de distensão política lenta e gradual a partir de 1974. Neste contexto de profunda crise interna brasileira é que se desencadearam as grandes mobilizações

³ O pano de fundo dessa problemática relaciona-se ao esgotamento do milagre brasileiro, uma crise que se desenvolveu em consonância às tendências internacionais pós 1973. Uma crise que, paulatinamente, comprometeu a política de concessão de subsídios estatais aos investimentos privados, tal qual se caracterizou a política de industrialização na fase anterior. Não podendo ser sustentada nos mesmos moldes de financiamento, o governo buscou respaldo em medidas como a estatização da dívida privada brasileira, com aporte de capitais obtidos a partir de empréstimos contraídos no exterior. Mas, numa conjuntura de alta das taxas de juros internacional, esta política provocou enorme desequilíbrio das contas públicas. A soma desses fatores, apesar do fôlego conseguido com o II PND, implementado por Geisel em 1974, não evitou o gradativo comprometimento do agonizante modelo de desenvolvimento. Um processo agravado a partir de 1979, quando a dívida externa brasileira saltou de 13 para 43 bilhões de dólares (Fiori, 1995).



operárias, que, como as greves de 1978-80, fizeram do ABC paulista o ícone do Novo Sindicalismo Combativo.

1.3 A rebeldia metalúrgica

Em meio à crise econômica que marcou o Brasil, nesse período, tanto a denúncia de fraude dos índices de reajustes salariais, referentes ao ano de 1973, quanto a aceleração do processo inflacionário, contribuíram para que, em fins dos anos 70, eclodissem, a partir do proletariado vinculado às indústrias modernas, inúmeras greves metalúrgicas. Questionando a política de arrocho salarial, os movimentos grevistas colocaram, no centro de suas reivindicações, a reposição das perdas e o aumento dos salários. Maroni (1982) demonstra, por exemplo, que no biênio 1978-79 houve só no Estado de São Paulo um total de aproximadamente 300 greves metalúrgicas cujo eixo era a luta contra o arrocho salarial.

Colaborou para deflagração dessas greves, a divulgação, em 31/07/77, no jornal Folha de São Paulo, de parte do importante relatório do Banco Mundial sobre a política econômica brasileira. Os dados constantes serviram de base para o questionamento da validade dos índices oficiais, apresentados pelo governo relativos à inflação de 1973. De acordo com o Banco Mundial, a variação dos preços, naquele ano, teria sido de 22,5% e não os 14,9% e 12,6% conforme divulgado oficialmente pelo governo e que serviu de base para os cálculos dos reajustes salariais de 1973 e dos anos subsequentes (Sader, 1988).



Neste contexto, as paralisações deflagradas no ABC em 1978 tornaram-se paradigmas, enquanto uma inflexão do movimento operário e emergência política sindical do novo proletariado, dada que paralelamente, à reivindicação de aumento de 20% nos salários, acima do índice oficial, tomaram uma posição inédita no meio sindical pós 1964. Optaram pela negociação direta com os empresários, atropelando a lei salarial de 1965. Um tipo de ação sindical cuja postura conflitiva encontrou, na exigência de reposição e no aumento salarial, sua principal motivação, razões novamente presentes no dissídio de 1979 (Pereira Filho, 1997).

Uma postura verificada também quando da campanha salarial de 1979. A Fiesp, por exemplo, emitiu circular, orientando os empresários alguns dias antes da deflagração da greve, para que nenhuma empresa atendesse às reivindicações da categoria; ao contrário, que promovessem o desconto dos dias parados, que não permitissem a ocupação das fábricas por operários em greve, acionando de imediato o aparato policial repressivo. Os trabalhadores, por sua vez, organizaram comissão de salários, fundo de greve e inúmeros piquetes que atuaram, de forma decisiva, nas portas das empresas. Sob esse clima tenso, instaurou-se o confronto e, após 15 dias de greve, o sindicato foi colocado, sob intervenção (Paranhos, 1999).

De qualquer forma, se a ação sindical, em si, é repleta de limites, no sentido de fazer frente à sociabilidade posta pelo capital, e, de forma a valorizar os movimentos grevistas, houve, por bem, levar em conta a peculiaridade das paralisações realizadas em 1978/79, no ABC, que conforme Antunes (1992) foi dada pelo predomínio de suas características espontâneas. Enfatiza o autor que, mesmo prevalecendo o caráter economicista, essas paralisações converteram-se, por



seus desdobramentos, em desafio ao governo militar, posto que a rebeldia operária teria, no seu curso, conferido uma inédita significação política a essas greves.

Antunes (1992) aponta ainda, que os conflitos suscitados pelo questionamento da política de arrocho salarial, sustentáculo do modelo político econômico vigente, não só corroborou para a desestabilização do Estado Bonapartista, como também, e, ao mesmo tempo, possibilitou um salto na consciência do operariado metalúrgico:

Quanto aos possíveis ganhos no plano da consciência real, empírica, espontânea, [...] podemos dizer que estes foram significativos, [...]. Se não é possível afirmar, por isso, que essas greves propiciaram um avanço efetivo no processo de desalienação do trabalho, [...] é necessário reconhecer que houve avanço no plano da consciência espontânea do proletariado metalúrgico [...] durante a processualidade da greve a apreensão, do proletariado metalúrgico, da importância da sua reemergência social e política como sujeito, bem como a percepção da vitória das greves, são exemplos de elementos importantes incorporados e assimilados pela subjetividade operária no curso da sua ação espontânea (Antunes, 1992:37).

Contudo, deste balanço do movimento grevista que realçou sua positividade, em especial as paralisações espontâneas de 1978-79, valorizando sua significação política, divergiu do principal partido da esquerda na época, o PCB, que fazia da luta pela ampliação das liberdades democráticas a sua principal bandeira. Partindo desta orientação política, este partido priorizou a defesa e o fortalecimento da frente ampla, construída nas últimas eleições de 1978, em contraposição ao “economicismo” do movimento paredista de SBC, especialmente em relação à greve geral deflagrada na campanha salarial de 1980 (Berbel, 1991).

Márcia Leite (1987), centrando sua análise nos resultados conseguidos com aquela paralisação de 1979, aponta que, mesmo sem ter conquistado ganhos parciais

específicos, os metalúrgicos de SBC arrancaram do governo militar uma antiga reivindicação de abrangência nacional, qual seja, a adoção de uma nova política salarial que estipulasse o reajuste semestral dos salários. Segundo a autora, essa nova e breve política salarial - em seis meses foi abandonada - pode ser entendida como uma vitória daquele movimento.

Mas, se Antunes (1992) procurou abordar os significados das greves metalúrgicas do ABC de 1978-79, enfatizando sua tese de “consciência real”, “empírica”, “espontânea” e adquirida pela classe no seu movimento, por outro lado, é fundamental, perceber que as paralisações grevistas refletiram também a emergência de um tipo de direção sindical, representativa das percepções operárias. A eclosão das greves, no seu processo e no seu desenvolvimento, tornou a figura de Lula emblemática, justamente, porque, na condição de líder sindical, soube personificar e exprimir, de forma inédita, os sentimento e desejos que emergiram do cotidiano fabril.

Neste caso, se é forçoso reconhecer o valor das greves de resistência no ABC, posto que, através delas, os trabalhadores lutaram, para tentar impor limites à sanha capitalista, como contraponto, torna-se necessário reconhecer a existência de alguns dos seus limites. Mészáros (1993), por exemplo, afirma que, mesmo considerando situações de agudos conflitos grevistas, o sindicalismo per si, consegue, no máximo, demonstrar as contradições colocadas pela sociabilidade do mundo capitalista.

De acordo com sua análise, o movimento sindical, como tendência, mesmo que conflitivo, não possibilita, em si, que a *consciência contingente*, aflorada nos momentos de embate entre capital e trabalho, resulte em avanços na direção de se

constituir enquanto *consciência necessária*. Enfim, uma consciência necessária que, além de negar as relações sociais, postas/impostas no cotidiano fabril, tenha como significado último, a emancipação da própria classe operária, em relação ao capital.

Analisando mais profundamente e contrastando os sentidos e significados da *consciência necessária* e da *consciência contingente* Mészáros (1993) observa que:

“[...] não é uma questão do que este ou aquele proletário, ou mesmo o proletariado todo, no momento, considere como sua meta. É uma questão do que o proletariado é, e o que, de acordo com este ser, ele historicamente será forçado a fazer. Sua meta e sua ação histórica são previstas irrevogável e claramente em sua própria situação de vida, como também em toda organização da sociedade burguesa [...] a consciência pode ser colocada a serviço da vida alienada, da mesma forma que pode visualizar a suplantação da alienação” (Mészáros, 1993: 75-79).

Essa assertiva de Mészáros, em relação à *consciência contingente* e *consciência necessária*, parte de uma perspectiva teórica, sintonizada nos estudos de Marx, sobre as tendências do movimento operário europeu já no século XIX. Este, ao debruçar-se sobre a natureza da relação capital-trabalho, procurou indicar os limites das ações operárias, restritas ao universo sindical, assinalando que:

“[...] a resistência oposta periodicamente pelos operários contra a redução dos salários e suas tentativas periódicas para conseguir uma elevação dos salários são fenômenos inseparáveis do sistema do salariado e correspondem precisamente ao fato de o trabalho estar assimilado às mercadorias e, portanto, às leis que regulam o movimento geral dos preços [...] a luta operária restrita ao aumento salarial não constitui em si uma luta contra o sistema capitalista, senão, que é inerente ao próprio funcionamento do sistema de mercadorias” (Marx, 1980:78).

Com base nas reflexões desenvolvidas por Marx, seria possível aferir que as ações sindicais no ABC, quando vistas numa perspectiva ontológica, como

movimentos que expressaram contradições imanentes, próprios da relação capital e trabalho, apesar do alto grau de adesão e radicalização, situaram-se dentro dos limites históricos, colocados no sindicalismo.

Nas greves do ABC, as divergências suscitadas no seio da esquerda brasileira, trouxeram justamente polêmicas, cujo conteúdo se relacionou à natureza da relação do movimento sindical, com o partido político. Com as paralisações, em especial, a greve de 1980, observou-se a existência de concepções políticas e programáticas que, expostas inicialmente, em 1978-79, funcionaram como uma espécie de *idéia força*, impulsionadora da fundação do Partido dos Trabalhadores, segundo Berbel (1991).

É por isso que, mesmo Antunes (1992), ao analisar a positividade expressa através da espontaneidade operária nas greves de 1978-79, reconhece que a partir de 1980, ocorreu uma profunda inflexão nos movimentos, cuja principal característica fora dada pelo rompimento da *espontaneidade*, presente nas paralisações anteriores, substituindo-a pelo *espontaneísmo* petista.

Quando utilizamos o termo *espontaneísmo petista*, queremos dizer que, concomitantemente, à perda da espontaneidade operária presente nas greves de 1978-79, assistiu-se na paralisação de 1980 à presença massiva de militantes vinculados ao recém fundado PT. O novo partido congregava militantes trotyskistas, católicos progressistas e de outros grupos de esquerda.

Estes, apesar de se constituírem como distintos agrupamentos políticos, influenciaram, em diferentes graus no curso e na forma daquele movimento. Representaram uma variação de forças políticas - conforme veremos mais à frente -



cujo ponto em comum eram suas vinculações com o PT. Um espontaneísmo, enfatizado por Antunes, ao diferenciar a greve de 1980 das ocorridas em 1978-79:

“[...] a liderança operária que comandou aquela greve o fez segundo uma concepção que não foi capaz de apreender a causalidade múltipla posta pela realidade concreta e a partir daí visualizar as alternativas, capazes de impedir que, aquela greve tivesse o desfecho que teve. Ela não estava politicamente preparada para conduzir sua ação articulando a vigorosa estrutura e dimensão de massa do movimento com uma direção consciente, dotada de uma clareza que permitisse vislumbrar alternativas além da imediatidade, e que fossem propostas ao operariado, criando as condições para a elevação do movimento a um plano superior. Às massas caberiam sempre as decisões nas assembleias plebiscitárias, desde que, entretanto, orientadas quanto às distintas alternativas possíveis desdobramentos [...] Em vista disto, os elementos do comando de greve, suas lideranças, passaram a conduzi-la, segundo uma concepção política com nítidos componentes espontaneístas” (Antunes, 1992:93-94).

Relacionando a forte presença petista com o caráter esponteísta da greve de 1980, é que utilizamos o termo *espontaneísmo petista*. Contudo, o que nos interessa ressaltar é que, quando se efetua um balanço dessas lutas de resistências do operariado metalúrgico do ABC, verificamos que, como resultado, as greves conseguiram exprimir aspectos positivos, na medida que a reação da classe significou ser a tentativa de erguer obstáculos contra a sanha do capital, permitindo, inclusive, inaugurar um novo período de ação sindical do *Novo Sindicalismo* nos anos 80.

O momento da crise econômica, relacionada à alta inflacionária, concomitantemente, à crise política do regime militar, terminou convertendo as lideranças operárias, vinculadas ao Sindicato dos Metalúrgicos de SBC, em

representantes principais, tanto das teses geradoras do Partido dos Trabalhadores (1980) como da Central Única dos Trabalhadores (1983).

1.4 O Sindicalismo Combativo e o Partido dos Trabalhadores

Vinculado ao movimento paredista de São Bernardo do Campo, emergiu uma nova geração de sindicalistas, cujas concepções e percepções tiveram influência marcante, na fundação do Partido dos Trabalhadores. Assistiu-se, portanto, do ponto de vista partidário, à cristalização de proposições que, se por um lado, sintonizaram-se aos anseios, desejos e percepções dessa moderna classe operária do SBC, por outro, revelou o perfil político e ideológico desses novos sindicalistas: “os combativos”.

Paradigmática foi a fala de Lula em 1975, quando assumiu a presidência do sindicato em SBC. Este procurou, não só criticar o modelo capitalista vigente, como também, o que considerava ser uma subjugação dos trabalhadores à ideologia hegemônica da esquerda mundial, ao afirmar:

“De um lado vemos homens esmagados pelo Estado, escravizado pela ideologia marxista nos seus mais mezinhos ideais de liberdade [...] E no reverso da situação, encontramos o homem escravizado pelo poder econômico, explorados por outros homens, privados da dignidade que o trabalho proporciona, tangidos pela febre do lucro, jungidos ao ritmo da produção, condicionados por leis bonitas mas inaplicáveis, equiparados às máquinas e ferramentas” (Entrevista de Lula a Bargas e Rainho, 1983:186).

De imediato, é possível extrair do seu discurso uma forte relação com as novas tendências internacionais, que, paralelamente à crítica ao stalinismo, valorizaram a “ideologia da revolta”.

Utilizamos a terminologia “ideologia de revolta” no sentido dado por Hobsbawm (1996) ao analisar o desenvolvimento do revisionismo, na década de 70. Este, enfocando, principalmente, o caso da França, demonstra como o questionamento da posição hegemônica da URSS, entre a esquerda européia, não só acelerou a ruptura com o PC francês, mas ao mesmo tempo, como as inúmeras críticas à burocracia soviética vieram acompanhadas da defesa de um pluralismo ideológico, contraposto à tese do partido único (Hobsbawm, 1996).

Contudo, esse posicionamento político refletiu uma tendência internacional estimuladora da fundação de instituições como o Sindicato Solidariedade na Polônia, no início dos anos 1980. Veremos mais à frente como, num certo sentido, a gênese do PT também esteve relacionada à críticas desta natureza, tendo em vista a dimensão internacional das polêmicas contestadoras da hegemonia política dos diversos PCs.

No caso brasileiro, mais especificamente, diante das circunstâncias políticas de fins dos anos 70, a tese da “revolta” revelou uma certa sintonia com o discurso de Lula. À medida que este viu na resistência organizada dos trabalhadores e, não no partido político, o mecanismo capaz de garantir a vigência do estatuto legal, na época, ignorado pelo Estado Autocrático Bonapartista.

Segundo esta concepção do embrionário *Novo Sindicalismo*, personificado nesse dirigente sindical, a superação da condição de escravidão dos trabalhadores



efetivar-se-ia caso a democracia ultrapassasse os limites da mera formalidade. Apostou-se, portanto, na capacidade dos movimentos autônomos, da própria classe operária, que, libertos de problemáticas influências ideológicas, poderiam assegurar a “dignidade” do trabalhador. Em síntese, percebe-se, nessa sua tese, a presença de um forte componente espontaneísta, tal qual definição de Antunes (1992). Para Lula, é a “classe quem o faz”.

Por outro lado, a trajetória e as idéias desse carismático líder das greves de 1978-80, torna-se paradigmática, pelo fato de ter corporificado e revelado a própria essência do *Novo Sindicalismo Combativo*. Um movimento, fortemente, vinculado à imediatidade das reivindicações operárias, cujos conteúdos circunscreveram-se ao campo econômico. Conforme indicou Mészáros (1993), vemos que apesar deste movimento conter valor à medida que captou e exprimiu a “consciência contingente” desse moderno operariado, revelou limites daquela direção, no sentido de formular críticas, capazes de apontar para a emancipação dessa mesma classe em relação ao capital.

Não se trata de um limite do sindicalismo do ABC em si, mas um limite histórico de maior dimensão, quando se observa, na relação capital-trabalho, o papel reservado ao sindicalismo, em que aparecem as inúmeras contradições, inerentes à sociedade capitalista; uma discussão relacionada, tanto à essência quanto à natureza dos limites das ações sindicais, exaustivamente estudadas por Marx, tal qual demonstrou Alves (1992).

Sintomático das teses geradas pelo Novo Sindicalismo foi, quando em 1978, ao reconhecer a importância do partido, Lula afirmou: “*Não sei o nome, o que eu*



sei é que nós trabalhadores temos que criar [...] não um, mas vários partidos que atendam aos reclamos das várias ideologias existentes dentro das empresas” (Lula em entrevista ao Diário do Grande ABC de 23 de Julho de 1978). Parece-nos notório que, mesmo quando se assume a estruturação do partido, o seu universo é o mundo fabril, o cotidiano sindical, o sindicalismo.

Expressando essas tendências, é perceptível a influência política do Novo Sindicalismo, em relação às diretrizes do Partido dos Trabalhadores, quando do lançamento da carta de princípios do movimento pró-PT em 1979:

“O PT é um partido sem patrões [...] o PT afirma seu compromisso com a democracia plena exercida diretamente pelas massas [...] não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo, para tanto, tem que ser ele próprio democrático, nas relações que se estabelecem no seu interior” (O PT das origens. Mimeo NEP, p.7. s/d).

Na carta pró-PT, verificamos a presença das teses que, além de expressarem um conteúdo político fortemente vinculado às concepções oriundas do meio sindical - *partido sem patrões, democracia das massas* - é marcante a presença dos traços e dos princípios norteadores da “ideologia da Revolta”, uma vez que formulações, como a tese de *socialismo com democracia* antes de tudo, procuraram não só demarcar diferenças, mas também tecer contundentes críticas ao Partido Comunista Brasileiro.

Segundo Márcia Berbel (1991), o conteúdo da carta do movimento pró-PT sinalizou para a existência de novos agrupamentos de esquerda, presentes desde o início, no processo da fundação do partido, razão pela qual o novo e plural partido

priorizasse discussões programáticas restritas a questões como: formação de núcleos, decisão a partir das bases, ir até as massas ou democracia interna.

Leôncio Rodrigues (1990), ao estudar os agrupamentos originários do PT, pontua que, além dos “sindicalistas combativos”, vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do SBC, encontra-se uma expressiva presença da Igreja Católica Progressista, concomitantemente, à presença de diferentes agrupamentos de esquerda, desde os oriundos de cisões ocorridas no PCB nos anos 60, até pequenas organizações de orientação trotskysta. Entre os principais grupos trotskytas podemos citar a Convergência Socialista, Democracia Socialista e a Organização Socialista Internacionalista. Já, entre os agrupamentos, rompidos com o PCB e que, posteriormente, integraram o PT, estão a Ala Vermelha, Polop, MEP, Ação Popular.

Para Sader (1988), os agrupamentos remanescentes da luta armada, numa perspectiva já de autocrítica, viram no PT o partido que, fruto das lutas sociais, constituiu-se o veículo, para chegar até as amplas massas. Deste modo, a entrada no partido se justificaria por ser ele o ponto de contado entre a vanguarda revolucionária e os movimentos sociais. Os trotskystas, por sua vez, caracterizaram o PT, como um partido de massas, porém não revolucionário. Para estes, tornou-se necessário travar uma luta interna, contra as tendências “reformistas” e “stalinistas” no sentido de que o PT adotasse um programa revolucionário, colocando em perspectiva, a luta pela revolução socialista

Essa “pluralidade petista”, nos termos utilizados por Berbel (1991), foi enfatizadora da democracia partidária e da participação das bases, ao guardar forte

relação, principalmente, com o *espontaneísmo*, uma característica já presente na greve de 1980 tal qual indicou Antunes (1992). Esse, ao nosso ver, constituiu-se como principal elo de ligação caracterizador da influência do “Novo Sindicalismo Combativo” de São Bernardo do Campo, na fundação do Partido dos Trabalhadores.

De qualquer forma, apesar desses elementos indicadores de uma possível “fragilidade programática partidária”, a crise política e econômica brasileira dos anos 80 ao criar as condições favoráveis para a emergência de movimentos sociais contribuiu não só para o fortalecimento e afirmação deste novo e híbrido partido, como também do próprio *Novo Sindicalismo* combativo.

1.5 O sindicalismo cutista nos anos 80

Os anos 80 iniciaram-se, sob o signo de uma forte crise econômica. Em resposta e, sob a pressão do FMI, o Brasil adotou uma rígida política de corte do crédito, bem como da redução dos gastos públicos, responsáveis, tanto pela alta da inflação, pelo forte quadro recessivo, como pela desvalorização da moeda. Paul Singer (1999), salientou que, entre os anos 1981-83, a adoção de tais medidas significou uma retração do mercado interno de aproximadamente 6,28% do PIB.

É nesse contexto, que as indústrias viram-se obrigadas a direcionar um maior volume de sua produção para o mercado externo. Os grupos oligopolistas, em particular, viram-se pressionados, ainda que de forma restrita, a efetuarem novos investimentos, para poderem se ajustar ao padrão da competitividade do mercado

internacional. O montante de capital aplicado pelo dinâmico setor automobilístico, por exemplo, tornou-o paradigmático dessas novas tendências sinalizadoras de um inicial, porém sintomático processo de reestruturação produtiva.

Na passagem de 1980-81, os investimentos das montadoras, no segmento de autoveículos saltaram de US\$ 519.667 para US\$670.710 já, no setor de autopeças, entre 1981-82, as somas dos investimentos foram de US\$226.000 para US\$271.000 (Cardoso, 2000:53). Assim é que estas primeiras iniciativas de modernização no Brasil foram ainda tímidas, quando comparadas à realidade do parque automotivo nos países capitalistas centrais. Só nos Estados Unidos, em 1979, a GM, para fazer frente à competitiva indústria automobilística japonesa que havia acabado de conquistar 20% do mercado americano, investiu cerca de 40 bilhões de dólares, no projeto de reestruturação de suas empresas (Gounet, 1999:38).

Contudo, e ainda que, timidamente, sem perder o cativo mercado brasileiro, o crescimento da produtividade em torno de 16% nos anos de 1980-85, refletiu não só no curto período de recuperação econômica (1983-85), como, também na restrita e seletiva introdução de tecnologias microeletrônica (Alves, 1998:132), acompanhadas da *“introdução de novas formas de organização do trabalho, baseadas no enriquecimento dos cargos e nos grupos semi-autônomos numa lógica que em geral ainda não se diferia dos princípios da administração científica”* (Leite, 1994:136).

De forma que, tanto os grupos semi-autônomos como o uso de tecnologias microeletrônicas, são parte constituinte das novas formas de produção flexível de feição toyotista. Esta emergiu e se impôs para o conjunto do capital produtivo,

principalmente, nos países capitalistas centrais, a partir dos anos 80. Analistas, como Coriat (1994), salientam que, ao criar o sistema *just-in-time/Kanban* – Ohno, engenheiro da Toyota – procurou, a partir desses princípios, produzir segundo as necessidades do consumo, evitar estoques, criar uma “fábrica enxuta”, obter flexibilidade nos processos produtivos, introduzir a idéia do tempo de trabalho partilhado, promover um certo grau de autonomia e intervenção dos trabalhadores na produção, criar trabalhadores multifuncionais ou polivalentes.

Em síntese, combinar um conjunto de medidas técnico-organizativas aliadas a um maior envolvimento e comprometimento operário. Por atender às novas necessidades da acumulação pós-crise de 1973, os paradigmas toyotistas tornaram-se, respeitando às peculiaridades de cada país ou região, a máxima flexível universal do capital na produção à época da mundialização, conforme veremos mais à frente. Alves (1998) aborda a reestruturação no Brasil dos anos 80 como sendo um “toyotismo restrito”.

Portanto, seja pela instabilidade conjuntural daquele período, uma instabilidade que se estenderia por toda a década de 80, seja a prioridade dos metalúrgicos do ABC, em firmar-se a partir do chão de fábrica, ambos os fatores terminaram erguendo uma série de obstáculos limitadores desse inicial processo de reestruturação. Foi priorizando as práticas conflitivas que o Sindicato dos Metalúrgicos de SBC conquistou as primeiras comissões como a da Ford (1981) e da Volkswagen em 1982. Roque Silva (1987), ao discutir a formação desses primeiros tipos de representação, demonstra que, no caso da Ford, a comissão de fábrica resultou de uma greve realizada em novembro de 1981 contra a demissão de

450 operários. Uma luta que, iniciada contra as demissões, acabou impondo o reconhecimento formal de uma comissão de fábrica que atuava na clandestinidade.

É emblemático o caso da Volkswagen, pois a instituição pela empresa (1980) da Comissão de Colaboradores relacionava-se à instalação e funcionamento do seu primeiro Circulo de Controle de Qualidade. A iniciativa vanguardista desta empresa revelou que o próprio capital preocupava-se, não só com a criação de mecanismos, capazes de garantir melhor qualidade aos seus produtos, como também garantir adesão e comprometimento operário, com seu projeto de modernização.

O calcanhar de Aquiles dessa iniciativa estava na conjuntura recessiva dos anos de 1980-81, já que, só a Volkswagen havia, nesse período, demitido cerca de 13 mil trabalhadores. Nessas circunstâncias críticas, o Sindicato dos Metalúrgicos não só passou a denunciar e a boicotar a representação patronal, como também exigir a formação de uma nova comissão de fábrica, eleita livremente pelos operários. Finalmente, após dois anos de resistência, conquistou-se uma representação interna, sem qualquer interferência patronal (Silva, 1987:213-215).

O caso da Volkswagen, tornou-se paradigmático daquelas tendências posto que demonstrava como as primeiras tentativas do capital em introduzir uma política ainda que limitada de reestruturação, esbarrava na resistência operária, um prelúdio do que viriam a ser as ações do sindicalismo cutista, em particular dos metalúrgicos de SBC na década de 80.

Apoiando-se nesse tipo de ação conflitiva, o Novo Sindicalismo de SBC nos anos 80 caracterizou-se por construir a resistência operária, a partir da unidade classista do conjunto da categoria. Os movimentos de massa foram, na

perspectiva do Sindicato, o elemento gerador e fundante da força operária, contraposta ao desemprego, ao arrocho salarial, à miséria e às péssimas condições de trabalho e de vida (Galvão,1996), uma postura agressiva e de “resistência” que se contrapôs à própria e persistente estrutura corporativista estatal.

O ponto alto dessa política sindical conflitiva culminou na fundação da Central Única dos Trabalhadores, em 1983. Uma nova Central Sindical na qual os metalúrgicos do ABC (ícones do novo sindicalismo), estiveram desde o início à frente de sua fundação. Em 1986, os sindicalistas vinculados à corrente Unidade Sindical fundariam a Central Geral dos Trabalhadores (Iram Rodrigues,1997: Cruz,2000).

Esta concepção conflitiva esteve na base do tipo de ação sindical, responsável pelas inúmeras greves ocorridas nos anos 80, particularmente, após o processo de passagem, para o regime democrático, transição conservadora na perspectiva cutista. Diferenciado-se, inclusive, do “sindicalismo de resultados”, defendido por Luis Antônio de Medeiros e Rogério Magri, dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos SP, e Sindicato dos Eletricitários de SP respectivamente, já que estes adotaram a tática de greves por empresa.

As greves de massas e confrontos seriam, portanto, um mecanismo essencial de pressão na perspectiva do Novo Sindicalismo, responsável pelo sensível aumento das greves a partir de 1985, conforme demonstram os dados da tabela abaixo.

Número de greves ocorridas nos anos 80

Ano	nº de greves
1981	150
1982	147
1983	330
1984	443
1985	664
1986	1.082
1988	912
1989	2.193

Fonte: (In: Cruz, 2000:95). Tabela do Autor.

Vemos que, no geral, a década de 80 assistiu a uma curva ascendente, no que diz respeito ao número de paralisações. Verificamos-se, porém, que, a partir de 1985, estas ganham um novo impulso, aumentando drasticamente o *quantum* de greves realizadas. É neste quadro de redefinição política que a CUT - entidade sindical majoritariamente petista – veio a se firmar, enquanto central sindical cuja singularidade fora dada, por sua postura agressiva, tal qual o foram as paralisações contra o Plano Cruzado II -1986, o Plano Bresser –1987, e o Plano Cruzado e Verão -1989 (Galvão, 1996)⁴.

Por sua vez, ao assumir essa postura grevista ofensiva, o sindicalismo cutista, em especial, o dos metalúrgicos do ABC - agressivo na defesa de reivindicações econômicas – terminou contribuindo para que se erguessem obstáculos à implementação de uma política de cooperação do trabalho, em relação ao capital (Alves, 1998).

⁴ Quando procuramos analisar os motivos das greves, ocorridas nos anos 80, verificamos a reafirmação do seu conteúdo econômico. Nota-se uma demonstração da robustez e força, e ao mesmo tempo, a dos próprios limites da ação sindical deste período, conforme demonstramos anteriormente. Entre 1980-84, 47,2% das paralisações vincularam-se a questões salariais, entre 1985-86, 74,3% e em 1987, 76,5% (Noronha, 1994). É importante salientar que a Participação da CUT, nessas greves, estavam em sintonia com a postura sindical, adotada pelos metalúrgicos de SBC. Aliás, o ex-presidente daquele sindicato, Jair Meneghelli, foi quem estava à frente da Central Sindical.

Num certo sentido, observamos um contraste, em relação à forte retração das atividades sindicais nos países capitalistas centrais. Esse contraste é revelador da crise, política e ideológica, então existente, no seio do sindicalismo reformista - especialmente o europeu - um reflexo direto da nova ofensiva do capital sobre o mundo do trabalho na época da mundialização.

De qualquer maneira, mesmo não sendo tema central proposto nesse nosso trabalho, encontramos vários dos seus elementos, relacionados a mudanças que sofridas no Brasil, a partir de 1990, principalmente, no que diz respeito ao processo de reestruturação produtiva. Procuramos, ainda que rapidamente, enfocar algumas das características da mundialização, a partir do que aponta Chesnais (1996).

1.6 Mundialização e reestruturação produtiva

Em resposta à crise iniciada em 1973, o capital, a partir dos países capitalistas centrais, promoveu, com maior intensidade nos anos 80, mudanças profundas no âmbito econômico e político. Questionando os mecanismos sustentadores do *Welfare State*, tal qual se configurou no pós-guerra, tais transformações terminaram por desestabilizar as próprias bases das relações entre capital e trabalho, trazendo novos problemas para o sindicalismo dos países capitalistas centrais.

Contudo, o capital é movimento de valorização (Marx, 1962) e, justamente, por conter, em seu cerne, a lógica auto-expansiva em meio a crescentes dificuldades de sua realização na produção, impulsionou, de forma ainda mais intensa a acumulação via D-D', através de gigantescos e centralizados capitais, como os Fundos Mútuos de Investimentos e os Fundos de

Pensão, instituições cuja característica, são predominantemente rentistas e parasitárias. Segundo Chesnais (1996) essas instituições tiveram, como peculiaridade, priorizar a busca de sua valorização no interior da própria esfera financeira, sobrepondo-se e determinando as formas de valorização realizada no processo produtivo.

De qualquer forma, a predominância do capital financeiro, na época da mundialização, não aponta, e nem poderia, para o fim da valorização, via capital produtivo, ao contrário, este continuou sendo a única fonte de produção da riqueza e da extração da mais-valia. Conforme salienta Chesnais (1996), o caráter concentrado do capital especulativo e sua lógica, essencialmente financeira, ao se impor às demais formas de capital, terminou determinando e impulsionando a própria reestruturação do capital na produção; uma intrínseca relação, quase uma junção, entre capital especulativo e produtivo:

A ascensão de um capital muito concentrado, que conserva a forma monetária, a qual favoreceu, com grandes lucros, a emergência da globalização financeira [...] acentuou uma lógica financeira ao capital investido no setor de manufaturas e serviços [...] É neste contexto que deve ser situada a implementação, pelos grupos industriais das oportunidades proporcionadas pelas novas tecnologias, a começar pelas tecnologias informacionais aplicadas à produção industrial e às atividades de gestão e finanças (Chesnais, 1996:33-34).

Vemos, portanto, que uma característica peculiar do novo complexo de reestruturação produtiva na época da mundialização, é dada pelas transformações, na produção, tornando-a flexível, adaptada às necessidades da “fábrica enxuta”. Neste caso, a realização do valor, a partir da mundialização, imperativamente

obrigou o capital, através da reestruturação produtiva, a buscar sua realização a curtíssimo-prazo.

Seria um processo impulsionado pela grande quantia de capital dinheiro, concentrado em diferentes tipos de Fundos de Investimentos, que no seu movimento de valorização, não só penetra, mas determina a dinâmica e a forma de ser do trabalho no interior da esfera produtiva, contribuindo para aprofundar e se expandir geometricamente, e de forma a adquirir um caráter sistêmico; a racionalidade do aparato toyotista, para o conjunto do sistema produtivo do capital.

É por isso que a reorganização produtiva, a desconcentração do trabalho e o uso de empresas-rede são aspectos centrais no processo de reestruturação. No mundo do trabalho, as alterações na produção, concomitantemente às mudanças no estatuto jurídico, contribuíram para tornar a classe trabalhadora muito mais heterogênea, complexificada e fragmentada (Antunes, 1995).

No seu conjunto, todas estas alterações conformaram-se como sendo importantes fatores da crise instaurada no seio do sindicalismo dos países capitalistas centrais na década de 80. Seria e foi uma crise que ganhou maior proporção e profundidade, na medida que, no aspecto político, se instaurou o quadro neoliberal. Sendo Thatcher, na Inglaterra (1979) e Reagan, nos EUA (1980), os pioneiros, na aplicação desses novos “modelos” neoliberais, converteram-se em paradigmas para os demais países capitalistas.

O neoliberalismo remete-nos, portanto, ao como conjunto de medidas políticas e econômicas aplicadas, com certas particularidades, por diferentes governos capitalistas, desde àqueles vinculados à tradição liberal aos sociais-

democratas. Sendo o objetivo do neoliberalismo atender às novas necessidades de valorização do capital, sua tônica é dada por um conjunto de reformas como privatizações, reformas políticas e fiscais, maior controle dos gastos e orçamentos do Estado, a desregulamentação e flexibilização do trabalho e abertura do comércio mundial, segundo negociações ocorridas no âmbito do G-7 e, posteriormente, na Organização Mundial do Comércio (1995). Nos anos 80, esse programa neoliberal, expressando a nova ofensiva do capital, ganhou um caráter sistêmico ao se impor, inclusive, para países de governo não conservadores, como foi o caso de Mitterrand na França, Daniel Gonzáles na Espanha, Mario Soares em Portugal e de Craxi na Itália (Anderson, 1995).

1.7 O sindicalismo dos países capitalistas centrais na era neoliberal

Na Inglaterra, os efeitos das políticas neoliberais repercutiram, de imediato, sobre o movimento trabalhista:

“O emprego na indústria, onde a densidade sindical era alta, diminuiu em dois milhões entre 1981 e 1982, enquanto o emprego em serviços, onde a taxa de sindicalização era pequena, aumentou de maneira similar. Entre 1979 e 1987, o emprego nos dez grupos industriais com maior participação sindical caiu, enquanto o emprego nos quatros grupos onde a densidade era menor cresceu em 8%” (McIlroy, 1997:49).

Paralelamente, desencadeou-se uma forte ofensiva contra as tradicionais organizações sindicais, ao serem promulgadas as Leis do Emprego (1980-82-88) e a Lei sobre Sindicatos (1984). Assim, tanto as Leis de Emprego como a Lei sobre Sindicatos reduziram consideravelmente o poder das entidades trabalhistas ao

impor: 1) proibição do sindicato exigir do empregador a demissão de um empregado não sindicalizado; 2) imposição de consulta escrita aos trabalhadores das empresas, por parte dos sindicatos, quando da decretação de greve; 3) eleição dos dirigentes sindicais mediante o escrutínio por correspondência; 4) determinou eleições dos dirigentes sindicais a cada cinco anos; 5) estabelecimento de garantias para os empregados que se recusam a aderir a paralisações do trabalho (McIlroy, 1997).

Na grande maioria dos países europeus, o processo combinado e simultâneo, entre a reestruturação produtiva e as novas tendências neoliberais, ambos os fatores foram responsáveis pelo desencadeamento, no período de 1973-89, de um vertiginoso aumento no número de desempregados. Na Alemanha, os índices elevaram-se de 0,6% para 6,8%; de 1% para 17,1% na Espanha; de 2,7% para 9,4% na França; de 2,1% para 6,2% na Inglaterra; de 6,4% para 12,1% na Itália. As exceções foram Suécia e Dinamarca. Nos Estados Unidos, em que pese o grande aumento do desemprego, entre 1973 –1983, passando de 4,9% para 9,6%, o índice caiu para 5,3% em 1989. Isto se explica pela geração de novos empregos, mas de baixa qualificação, remuneração e produtividade (Mattoso, 1995:83).

Os efeitos do desemprego massivo incidiram diretamente na capacidade de mobilização, e até mesmo, na manutenção de diversas entidades sindicais que, como no caso inglês, assumiram formas organizativas defensivas. Ali, os sindicatos procuraram minimizar os efeitos dessas novas pressões por meio de fusões. Enquanto em 1979, havia 112 sindicatos filiados a TUC (Trade Union Congress) em 1994, este número tinha declinado para 69 (Mcilroy, 1997). Um aprofundamento

do processo de reestruturação institucional-sindical, fruto da própria reestruturação verificada nas empresas, particularmente, nas indústrias automobilísticas como indicou Previtalle (2002).

Tentando apreender a crise estrutural do sindicalismo europeu, Leôncio Rodrigues (1999) destaca as quedas dos índices de sindicalização e da menor ocorrência de greves. Neste sentido, assinala que, no período 1975-88, a média ponderada de sindicalização apresentou uma tendência à curva declinante⁵.

De 37%, em 1975, a taxa de sindicalização baixou, para 28%, no conjunto dos países pesquisados: Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Irlanda, Itália, Holanda, Noruega, Suécia, Suíça, Reino Unido, Austrália, Japão e Nova Zelândia. Pondera, todavia, que em países como Austrália, Dinamarca, Alemanha, Itália e Suécia, os sindicatos tiveram pouca, ou quase nenhuma, perda na década de 80, pois suas baixas haviam se concentrado basicamente entre os anos 1975-80. No Canadá e EUA, constata-se uma tendência oposta, a queda drástica de 30%, em 1975, caiu para 18% em 1988 (Rodrigues, 1999:23).

Em relação aos movimentos paredistas, observamos que as greves, essas perderam frequência nos anos de 1986-90 e 1990-95. Nesses períodos, as médias de paralisações realizadas foram: no Canadá de 634,0 para 389,8; EUA de 50,0 para 37,2; França de 51,4 para 12,3; Holanda de 31,4 para 18,8; Itália de 1.355,6 para 830,8; Reino Unido de 840,4 para 254,6 (Rodrigues, 1999:141).

Esses problemas, tomados no seu conjunto, colaboraram para que o sindicalismo desnudasse sua aguda crise, não necessariamente de caráter estrutural,

⁵ As médias ponderadas, segundo o autor, incluem estimativas para países que em relação a alguns anos, não têm informações sintetizadas.



mas de ordem política e ideológica. É o que salienta Bihr (1991), ao debruçar-se sobre as posturas assumidas por diversas entidades sindicais que, como a CFDT francesa, a CGIL italiana, a DGB alemã e a norte americana AFL-CIO, empenharam-se em construir uma *nova política de acordos e concessões*:

Os sindicalistas *modernos* (CFTD na França, CGIL na Itália, a DGB na Alemanha, a AFL-CIO nos Estados Unidos) constataram a impossibilidade de renovar os termos do antigo compromisso social sem modificá-los [...] procurando estabelecer um *novo compromisso* aceitam rediscutir a relação salarial fordista (indexação dos salários aos preços, o uso contratual da força de trabalho, etc.) procuram com isso obter novos benefícios tais como; redução da jornada de trabalho, “participação democrática” na vida da empresa, formação profissional, introdução negociada das novas tecnologias, etc. (Bihr, 1999:80-81).

Essa reformulação defensiva que caracterizou a ação sindical dos países capitalistas centrais, no decorrer dos anos 80, demonstrou, de certo modo, a debilidade típica do sindicalismo corporativo tradicional, em se opor às políticas neoliberais ou às novas tendências que marcaram o aprofundamento das reestruturações produtivas, nos seus múltiplos aspectos; alterações no estatuto jurídico, a terceirização, a reorganização do trabalho, as novas tecnologias.

Diante da nova ofensiva do capital, este tende a revelar a sua natureza essencialmente defensiva, na medida que as direções sindicais se vêem compelidos a adotar, sob pena de arruinar-se, uma perspectiva ideológica típica de um sindicalismo de *participação* (Alves, 1992: 04).

No Brasil em particular, a derrota da Frente Brasil Popular (1989), ao mesmo tempo, que significou uma profunda derrota do sindicalismo cutista, a ascensão de Collor e a adoção do novo corolário neoliberal, ensejou um conjunto de mudanças

no plano econômico. Seu governo peculiarizou-se por buscar sintonizar-se às transformações desenvolvidas nos países capitalistas centrais, desde os anos 80.

Os efeitos imediatos das medidas neoliberais e da reestruturação produtiva, a disseminação mais intensa dos novos paradigmas flexíveis na produção nos anos 90, repercutiram de imediato e, negativamente, sobre o trabalho. Ao se instaurar uma forte crise, no seio do sindicalismo metalúrgico do ABC, criaram-se as condições impulsionadoras das práticas propositivas, conforme veremos mais a frente no segundo capítulo de nossa pesquisa.

1.8 O governo Collor e a reestruturação da indústria automobilística

A vitória eleitoral de Collor representou uma inflexão na vida política e econômica do país. Ao adotar medidas compatíveis com o ideário do livre mercado, suas iniciativas serviram para demarcar o período preciso da entrada do Brasil no neoliberalismo.

Suas teses viam-se fortalecidas à medida que, do ponto de vista internacional, a queda do muro de Berlim (1989) e da URSS (1990), propiciaram uma ofensiva ideológica do capital que propagou a supremacia das teses do livre mercado. Dessa forma, seu governo, navegando em sintonia com essa onda anti-estatista/comunista, terminou incorporando as teses do Consenso de Washington (1989) que propugnava, para o conjunto dos países emergentes, justamente, a adoção das medidas neoliberais (Fiori, 2001).



Assim, medidas relacionadas ao confisco de parte dos ativos financeiros industriais, a extinção do Befiex (Benefícios Fiscais de Exportação), em consonância com os imperativos do capital à época da mundialização, vieram acompanhadas da imposição de uma abrupta e inédita abertura comercial. Como parte dessa estratégia de modernização forçada, programas como o PICE (Diretrizes gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior) e do *Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade*, serviram para estabelecer e impor novos padrões e metas de produtividade e competitividade, impulsionando - principalmente nas indústrias automobilísticas - a disseminação dos CCQ (Círculo Controle de Qualidade), CEP (Controle Estatístico de Processo), CQT (Controle de Qualidade Total), *Just-in-time*, *Kaizen* (melhorias-contínuas).

De fato, aproveitando-se da reserva de mercado instituída desde dos anos 50, a manutenção dos Benefícios Fiscais de Exportação - garantia de isenção tributária na importação de máquinas, equipamentos e matérias-primas, além do não recolhimento do IPI e ICM para exportação - colaborou, para que nos períodos de crise da economia brasileira, as indústrias automobilísticas recorressem a diferentes estratégias para manter suas taxas de lucros favoráveis. Na conjuntura recessiva dos anos 80, as montadoras produziam abaixo da capacidade, como forma de reprimir a oferta e elevar preços. No entanto, quando medidas protecionistas foram extintas em 1990, acelerou-se o processo de reestruturação no setor (Arbix, 1996).

É, neste novo contexto dos anos 90, que se intensificou a introdução de uma série de mudanças organizacionais, concomitantemente, ao uso cada vez maior da automação microeletrônica. Um processo relacionado à ampliação dos novos



paradigmas técnico/organizacionais que, a partir dos pólos modernos industriais, indicou a disseminação sistêmica da reestruturação produtiva no Brasil (Cardoso, 2000).

Assim, superada a fase de incertezas, criadas com a abertura da economia, assistiu-se ao aprofundamento da reestruturação produtiva. Seja pela pressão exercida pelos grupos transnacionais para que houvesse o barateamento de sistemas avançados de automação microeletrônica ou, pelos benefícios da política cambial, ambos os fatores contribuíram, decisivamente, para a intensificação do uso desses tipos de equipamentos. Sintomático foi o aumento na utilização de robôs que saltou de 63 em 1991, para 960 em 1996, sendo que desse total, 650 encontravam-se no setor automobilístico (Alves, 1998:266).

Esse processo de modernização deu-se, num primeiro momento, em meio a um ambiente profundamente recessivo, constatado pela substancial queda no PIB que, de muito baixo em 1991 (1,08%), caiu para 0,83% em 1992 (Alves, 1998). Uma forte retração das atividades econômicas que, concomitantemente, à exigência de maior competitividade dos produtos industriais brasileiros, foi responsável pela disseminação, na produção, da introdução dos princípios norteadores da *lean production*. Seus reflexos rapidamente repercutiram no nível de emprego.

Só, no período de 1990-93, ocorreu a impressionante evaporação de, aproximadamente, dois milhões de postos de trabalho na indústria (Coutinho, 1994). No paradigmático setor montador, o impacto produzido entre

os anos de 1991-92, por exemplo, significou o corte de 50.000 mil postos de trabalho de um total de 150.000 mil encontrados no país (Castro, 1995).

Na busca de alternativas para o aumento do desemprego, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC deu seus primeiros passos, no sentido de interferir, de forma mais efetiva, no planejamento, na adoção e gestão das novas tecnologias. Foi assim que, no seu VI Congresso (1991), votaram-se resoluções propugnadoras da participação dos trabalhadores, na definição das inovações internas das empresas. Para tanto, o sindicato promoveu pesquisas, cursos, intercâmbios nacionais e internacionais, objetivando formar quadros capazes de discutir a aplicação e o gerenciamento dessas novas tecnologias.

A partir daí, o sindicato incorporou o tema da reestruturação produtiva nas próprias pautas de negociações, valorizando saídas negociadas, em contraposição às tradicionais práticas conflitivas, como a operação "vaca brava" ou a greve "pipoca" (movimentos de resistências dos anos 80 contra a adoção de novas tecnologias). Essa inflexão é apreendida por Bresciani quando destaca que:

“[...] o início dos anos 90 demarca uma busca mais acelerada e consistente do que caracterizamos como influência contratada. Visam as entidades sindicais, com isso, a garantir algum controle sobre o processo de reestruturação, seja por ocasião das chamadas campanhas salariais do conjunto da categoria, seja por empresa, buscando especialmente garantias relacionadas à manutenção do emprego e à reciclagem profissional” (Bresciani, 1994:207).

Ao analisar a reestruturação das indústrias automobilísticas brasileiras, Alves (2000) relacionou esse processo e, sua disseminação, a um conjunto de

circunstâncias políticas e econômicas internas e externas. Pontuou que, se a abertura comercial funcionou inicialmente como um importante fator impulsionador da reestruturação, por outro lado, a crise de acumulação do capital vivenciada pelo setor automobilístico, tanto no Brasil como no plano internacional, constituiu-se elemento desencadeador desse processo de modernização.

Um fator importante indicador dessa latente crise de acumulação nas indústrias automobilísticas dos países capitalistas centrais, expressou-se na sua limitada capacidade de expansão dos mercados consumidores internos. No ano de 1990, por exemplo, a relação de veículo/habitante na Alemanha era de 1.9, Bélgica 2.3, Canadá 1.6, Espanha 2.7, França 2.0, Itália 1.9, Japão 2.1, Reino Unido 2.2, EUA 1.3 (Dieese Subseção - ABC, 1997). Evidencia-se pequena margem de manobra das companhias transnacionais quando se trata de expandir suas vendas no interior desse tradicional e agora restrito, mercado europeu.

Alves (2000) enfatiza que o acirramento da competitividade, ao colocar novos obstáculos para a realização do processo de acumulação, contribuiu para que grupos transnacionais e automobilísticos passassem a adotar estratégias agressivas, sobre novos nichos de mercados, encontrados principalmente, em países emergentes ou blocos econômicos como o Mercosul que antecipou de 2000, para 1994, as reduções nas tarifas de importações de 35% para 20%. Um novo período de acirrada concorrência entre as indústrias automobilísticas que, na tentativa de recompor taxas de lucros, travaram uma acirrada luta pela descoberta de novas

regiões (*greenfields*) dentro e fora do Brasil, cuja flexibilidade do trabalho permitiriam a recomposição das taxas de lucro.

Uma estratégia ofensiva do capital que, na busca de saídas para que se concretizasse a acumulação, ao promover o desemprego estrutural, tal fenômeno relacionou-se, segundo Mészáros:

“[...] à lógica da produção destrutiva capitalista verificada pela expulsão de milhões de indivíduos do processo de reprodução social, do próprio processo de trabalho” (Mészáros, 1997:152).

Como parte desse processo, na segunda metade dos anos 90, no âmbito dos países capitalistas centrais, a indústria automobilística se encontrava, com grandes dificuldades para realizar o processo de acumulação. Numa perspectiva crítica, Kurz (2001) traz novos elementos que, também, apontam para a crise de acumulação e seus sintomas no setor automobilístico:

“[...] cabe ao destino da indústria automobilística um sentido decisivo para toda economia mundial [...] Já em 1997 aparece em Londres um estudo em que advertia para o excedente mundial da produção automobilística [...] a luta por segmentos em mercados saturados conduziu a uma guerra de preços até hoje em vigor – agora de forma mais aguçada [...] essa tendência originária nos EUA, empolgou nesse meio tempo todo o mundo da indústria automobilística. Resultado lógico: preços decrescentes com custos ascendentes e, por conseguinte lucros decrescentes [...] A inflação dos custos conjugada a preços reduzidos e lucros reais minguados ou inexistentes levou à queda nos índices das bolsas. O valor acionário da Daimler-Benz, por exemplo, caiu de 70 para 47 bilhões de dólares, no primeiro semestre de 2000, o mercado de carros de passeio europeu caiu 6%, e o alemão, 11%. Para a Ford, a grande perdedora, a queda foi de 30%. Nos EUA, as vendas da Chrysler despencaram mês a mês na casa dos dois algarismos”. (Folha de São Paulo: *Caderno Mais*, 07/01/2001).

Sendo o Brasil considerado uma região *greenfield*, é natural supor que o aprofundamento da reestruturação produtiva tenderia a recrudesce os constantes ataques às antigas conquistas da classe trabalhadora ou intensificar um alto grau de exploração já existente.

Foi, portanto, na conjunção de múltiplos fatores – mercado interno restrito, superprodução, aumento da capacidade ociosa, intensificação do uso de novas técnicas e tecnologias, etc. – que se ergueram obstáculos, para que concretizasse a acumulação, uma crise inicialmente verificada no plano internacional, mas que terminou agindo, como importante fator para se disseminar, com maior intensidade, a reestruturação produtiva.

Dessa forma o Brasil conheceu entre 1990-93, em especial na indústria automobilística, sua primeira fase de reestruturação. Um processo, cujos resultados foram extremamente significativos para o capital conforme os dados relativos ao aumento nos índices da produção e da competitividade do setor, indicado no quadro logo abaixo.

Produtividade nas montadoras do Brasil

Ano	Produção (mil)	Emprego (mil)	Produtividade (Autoveículo/trabalha dor)
1990	914,5	118,2	7,7
1991	960,2	111,0	8,7
1992	1.073,9	107,7	10,0
1993	1.391,4	106,2	13,1

Fonte: Subseção Dieese - ABC, 1997.

Observando, atentamente, a tabela acima é possível constatar que, na fase inicial da abertura econômica (a partir de 1990), o capital conseguiu, num curto

espaço de tempo, uma combinação de resultados bastante positivos, em relação à melhoria da competitividade, quando se considera a redução numérica da mão-obra, o aumento da produção e uma maior taxa de produtividade, apontando, ao mesmo tempo, para as tendências irreversíveis da indústria automobilística brasileira, no que tange o processo de reestruturação produtiva.

Nos anos subseqüentes, a produtividade (autoveículos/trabalhador) da indústria automobilística no Brasil continuou, conforme indicou estudos do Dieese-ABC (1997), sua curva ascendente: 14,8 em 1994; 15,1 em 1995; 17,4 em 1996 e 20,3 em 1997. No entanto e, apesar do reconhecido avanço, quando estes índices são comparados aos de algumas plantas européias em adiantado processo de reestruturação, vemos que no Brasil, os ataques do capital, sobre o mundo do trabalho nos anos 90 ainda poderiam considerar-se na sua fase inicial.

Na planta da Nissan, por exemplo, em Sunderland - Reino Unido - a produtividade encontrada foi de 72 veículos por trabalhador; na GM de Eisenach - Alemanha de 67; na Toyota de Burnaston - Reino Unido - de 66; na Ford de Valencia - Espanha - de 54; na Peugeot de Mulhouse - França - de 51; na Fiat de Melfi - Itália - de 50 (Dieese Subseção ABC, 1997)

O processo de reestruturação, contudo, desencadeou-se no Brasil, mesmo considerando num primeiro momento, as adversidades e incertezas advindas com a abertura comercial (1990), o cenário marcado pela instabilidade econômica e pelo quadro recessivo. Após o Plano Real, quando a economia



entrou numa fase de maior estabilidade, de forma mais intensa, assistiu-se a disseminação das estratégias de cariz flexível na produção.

Neste caso, verificamos que, tanto as transformações macroeconômicas, como o aprofundamento do processo de reestruturação, conformaram-se enquanto elementos constituintes, impulsionadores e reveladores da inserção brasileira no âmbito da nova economia global.

1.9 FHC, (des) estabilização e reestruturação produtiva

De modo geral, a estabilidade monetária assentada na sobrevalorização do Real (até janeiro de 1999) e nas altas taxas de juros, ao propiciar melhores condições para o planejamento industrial que, objetivava, principalmente, aumento nas exportações, de forma contraditória, não foi capaz de manter a economia brasileira num ritmo contínuo e permanente de crescimento. Verificamos que, após uma ligeira alta do PIB em 1994-95, ocorreu sua constante queda nos anos de 1996-98-99, com pequenas oscilações para cima como no período de 1997-2000, conforme indica a tabela abaixo.

Oscilações do PIB no Brasil

Ano	%
1994	4,89
1995	6,90
1996	1,00
1997	4,20
1998	1,09
1999	- 1,04
2000	3,36

Fonte: IBGE, 30/11/2001. Tabela do autor.

Tais oscilações, no pós-Plano Real, revelaram algumas das contradições, relacionadas à integração brasileira aos fundamentos da economia global, pois à medida que o capital produtivo se viu impelido a reestruturar-se, as altas das taxas de juros atuaram no sentido contrário. Tratou-se de um mecanismo de defesa em função da vulnerabilidade brasileira demonstrada quando das crises do sistema global do capital, na época da eclosão das crises do México (1995), da Tailândia, Indonésia, Coréia do Sul (1997), da Rússia (1998) e, mais recentemente a crise de Argentina (2001).

De fato, tendo, como meta principal, o fim do processo inflacionário, o Plano Real, assentado na sobrevalorização da moeda - política de cambio mantida até 1999 - e nas altas taxas de juros, contribuiu para que se instaurasse um quadro marcado por fortes contradições sistêmicas na produção. Na verdade, a contração das atividades produtivas, conforme o pífio crescimento do PIB, esteve relacionada às constantes altas das taxas de juros. Uma necessidade para que o Brasil pudesse cobrir os déficits nas contas correntes, criando as condições que lhe permitissem honrar seus compromissos com os credores internacionais; uma exigência inegociável do ponto de vista das agências como o Banco Mundial, FMI, Bird (Fiore, 2001).

Neste caso, desenvolveu-se, na produção, um processo contraditório, pois, ao mesmo tempo, em que o capital produtivo estava impelido a reestruturar-se, o aumento dos juros erguia-se como forte obstáculo para tanto. Ao inibir a valorização, via produção, essas contradições, ao subjugar o capital produtivo desnuda um dos pressupostos fundamentais da acumulação capitalista na época da



mundialização; o predomínio da forma de valorização D-D' segundo Chesnais (1996).

Em meio a essas ondas de instabilidade, tanto externas como internas, foram os setores mais dinâmicos que despontaram como os principais impulsionadores da reestruturação, uma vez que são, nas grandes corporações que se encontram um maior volume de capital fixo, exigindo aplicações constantes de novos investimentos na produção e sob pena de se perder espaço no mercado.

Por outro lado, verificamos que a reestruturação ao impor novos e sistêmicos patamares de concorrência, dessa luta desenfreada, "desordenada", emerge novas contradições. Nesse sentido, o processo de reestruturação por que passaram as 630 unidades de produção do setor automobilístico, em escala mundial, resultou que, no ano de 2000, o setor se deparasse com uma capacidade produtiva ociosa de aproximadamente 20 milhões de automóveis.

Essa acirrada competitividade levou a uma nova onda de fusões fazendo com que 75% da produção mundial de veículos ficassem nas mãos de seis grandes grupos: GM (incluindo Saab, Isuzu, Subaru, Suzuki e 20% da Fiat) com 22,8 % do mercado, Ford (incluindo Mazda, Jaguar, Volvo) com 16,8%, Volkswagen (incluindo Audi, Rolls-Royce e Skoda) com 9,4%, Toyota (incluindo a Daihatsu) com 9,2%, Renault-Nissan com 8,7%, Daimler-Chrysler com 8,3%, e as outras companhias que não se fundiram como Fiat, BMW, Alfa Romeo, Peugeot/Citroen com 24,8% (Folha de São Paulo, 20 de março de 2000).

Sintonizado às novas tendências, impulsionou-se no Brasil, o segundo momento do processo de reestruturação da indústria automobilística logo após

Plano Real. Nesse setor, é possível verificar um aumento considerável do montante de investimentos aplicados, refletindo diretamente no aumento do volume de produção:

Reestruturação da indústria de automotores pós 1994

Ano	Produção (Unidades)	Investimento (US\$mil)	Emprego
1994	1.581.389	1.310.711	107.134
1995	1.629.008	1.799.654	104.614
1996	1.804.328	2.438.160	101.875
1997	2.069.700	2.092.145	104.941
1998	1.586.291	2.335.010	83.049
1999	1.356	1.791.111	85.100
2000	1.691	1.651.000	89.134
2001	1.812	—	85.257

Fonte: Anuário Anfavea de 2002. Tabela do autor.

*Os dados excluem a produção de máquinas agrícolas. Os dados compreendem somente os empregos diretos, excluindo os decorrentes da terceirização de atividade.

Percebemos, nesse quadro que, refletindo esse processo, tal qual ocorreu na época Collor também, deu-se uma forte e constante retração do emprego nesse setor. Um aumento das taxas de desemprego, cuja retração no número da força de trabalho se coaduna, perfeitamente, com os princípios da *lean productio*, apesar da pequena oscilação para cima, entre os anos de 1999 e 2000.

Esta tendência, claramente apontada na tabela acima, indica uma redução de mais de 20% da força de trabalho na indústria automobilística. Mas, se focarmos a região do ABC, veremos que a diminuição dos trabalhadores do setor é reveladora dessa nova ofensiva do capital. Em janeiro de 1990, os operários das montadoras, na região, perfaziam um total de 57.939, após o início da reestruturação produtiva, viram-se reduzidos a 33.877 em junho de 2000 (Dieese Subseção ABC, 2000).

Portanto, o aprofundamento do processo de reestruturação produtiva indica que, de múltiplas formas, como, na terceirização, alterações jurídicas garantidoras de conquistas trabalhistas, uso de novas técnicas e tecnologias, incidiram negativamente, sobre o proletariado mais moderno e, historicamente melhor organizado. Paralelamente ao aumento do desemprego, todos esse fatores consubstanciaram-se, enquanto elementos responsáveis pela crise instaurada no sindicalismo nos anos 90.

Neste caso, a dimensão da redução numérica dos trabalhadores metalúrgicos no ABC torna-se emblemática. Se, em julho de 1989 - época ainda de uma reestruturação restrita - contabilizaram 192.411 trabalhadores, no curto espaço de tempo - em junho de 2000 - baixou para 93.308, o que representa uma drástica diminuição de mais de 50%, na base daquele que figura como um dos mais importantes sindicatos ligados a CUT (Subseção Dieese ABC, 2000).

Por outro lado, além de sua crise estrutural, verificada pelo aumento do desemprego, o maior controle da inflação, um pressuposto indispensável para o Plano Real, retirou do sindicalismo cutista, sua principal bandeira de luta tal qual havia sido nos idos dos anos 80: a reposição das perdas salariais.

Neste novo contexto, marcado por novas investidas do capital sobre o mundo do trabalho, fortaleceram-se as práticas e estratégias propositivas, entre os metalúrgicos do ABC. Implementaram-se novas práticas sindicais sintonizadas, no “seu fazer”, à tese da *concertação sindical*. Um novo padrão de ação sindical que ganhou, com a emergência da Câmara do Setor Automotivo (1992-93) uma visibilidade para além do ABC.

De forma propositiva, o sindicato procurou também desenvolver inúmeras negociações descentralizadas - por fábricas - cujo eixo centrou-se na defesa do emprego, na participação dos lucros e dos resultados, em diferentes discussões acerca de mudanças, tanto na gestão como na organização do trabalho, na flexibilização da jornada, dos salários.

Esse novo tipo de ação sindical, caracterizada como sendo a busca pela “influência propositiva”, a possibilidades de influenciar no processo de reestruturação de acordo com os teóricos da *concertação*, ideologicamente, correspondeu a uma mudança no discurso da direção metalúrgica. Foi, a partir do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, mais especificamente, dos ACTs assinados entre Mercedes Benz-ABC e a representação trabalhista - Sindicato e Comissão de Fábrica - que se deu o marco inicial para o desenvolvimento e a aplicação dessa nova tese *política-sindical cooperativa*, tal qual veremos no segundo capítulo.



CAPÍTULO II – A UTOPIA DO POSSÍVEL: O PROPOSITIVISMO NA MERCEDES BENZ

2.1 Concertação sindical

Como procuramos demonstrar no capítulo anterior, os anos 90 singularizam-se por marcarem o momento em que, primeiro com Fernando Collor e, posteriormente, com Fernando Henrique Cardoso, o Brasil incorporou-se à dinâmica política e econômica do capital na época da mundialização. No âmbito do mundo do trabalho, os avanços e os efeitos do processo da reestruturação produtiva, verificado, principalmente, em setores de ponta como as indústrias montadoras, contribuíram para que se instaurasse uma crise política ideológica no seio do sindicalismo cutista, particularmente, no Sindicato dos Metalúrgicos de SBC.

Reconhecendo a inevitabilidade da disseminação e do aprofundamento da reestruturação produtiva - um processo caracterizado pela busca de novos padrões industriais mais competitivos no pós-abertura econômica - Márcia Leite (1997), explicita o ponto fundamental da tese da *concertação sindical*. Segundo a autora, apesar de aparentemente paradoxal, a modernização do parque produtivo brasileiro alcançaria resultados, bem mais satisfatórios se desenvolvida à luz de uma estratégia empresarial, pautada pelo reconhecimento da importância de uma participação ativa das representações trabalhistas nesse processo.

Nesse sentido, Leite (1997) descreve dois tipos de estratégias empresariais, relacionadas ao processo de reestruturação, a *low road* e a *high road*. No primeiro

caso, as empresas procuram focar seus esforços na diminuição de custos, especialmente os relacionados ao trabalho produtivo; no segundo, ao reconhecer a importância da contribuição ativa dos trabalhadores, as empresas procuram desenvolver uma relação baseada numa política de pessoal, centrando seus esforços na capacidade de adaptação e aperfeiçoamento constante dos trabalhadores, em relação às novas exigências de qualificação do mercado de trabalho.

Em relação ao sindicalismo, de acordo com Leite (1997), este deveria privilegiar um tipo de política, cujo eixo estaria assentado, prioritariamente, dentro de uma postura de negociação que focasse suas ações, no sentido de influenciar ao máximo, tanto no desenvolvimento como na aplicação dos novos processos técnicos/organizativos.

Esta nova postura sindical entre tradicionais contendores só, aparentemente, seria paradoxal, pois na medida em que o capital assumisse uma postura mais “democrática” - recebendo e incorporando propostas e sugestões apresentadas pelo mundo do trabalho – tal postura, tender-se-ia refletir positivamente na produtividade e qualidade. Como resultado, a médio e longo prazo, ocorreria a ampliação da participação da empresa no mercado.

Portanto, pensando na reestruturação produtiva, como a possibilidade desta vir a cumprir um papel estratégico para o desenvolvimento de uma política industrial, elemento essencial para tornar a indústria brasileira mais competitiva, mas sem indicar que sua disseminação, sua dinâmica, venha a se dar, subordinadamente, às novas formas de acumulação capitalista, Leite (1997) afirma que:

“[...] as experiências mais exitosas de reestruturação tendem a ser aquelas que consideram o trabalho não como custo a

ser cortado sempre que possível, mas antes como um bem ou um recurso que a empresa deve investir. São nesse sentido, aquelas que se baseiam em estabilização da mão-de-obra, em investimento, em qualificação e treinamento, em políticas de carreira e compensações financeiras compatíveis com os esforços despendidos pelos trabalhadores no cotidiano da produção [...] poderia haver uma convergência entre interesses dos sindicatos e dos trabalhadores e interesse das empresas no que se refere à busca de um trabalho mais qualificado estável, participativo e bem pago” (Leite, 1997:12).

Essa “convergência de interesses”, pautada pela valorização do trabalho participativo, qualificado e estável, através da incorporação de garantias, via negociação, corresponderia, do ponto de vista do comportamento sindical, a uma postura, “mais madura”. Bresciani (1994) qualificou-a como sendo um tipo de ação sindical que se desloca, inicialmente, de um padrão de *influência tácita* para um tipo que se firma como sendo da *influência contratual*.

Para o autor a *influência tácita* caracteriza-se por ser um tipo de influência cotidiana, exercida pelas Comissões de Fábrica, em face às mudanças, propostas ou previstas, na organização do trabalho. “O exercício da *influência tácita* transforma-se, em quantidade, cada vez maior, numa capacidade de se obter informação, de negociar e de alcançar determinado grau de *influência contratual*” (Bresciani, 1994:28).

Esse novo padrão de ação sindical, inaugurado a partir dos anos 90 e pautado na busca da *influência contratual*, conforme, definição de Bresciani, refletiu uma inflexão no movimento metalúrgico do ABC que, paulatinamente, endossou a lógica de um sindicalismo mais *propositivo* e menos *conflitivo*.

Por outro lado, a postura propositiva assumida pelos Metalúrgicos do ABC, a partir dos anos 90, guarda forte relação com as resoluções do III Concut, realizado em 1988, em Belo Horizonte. Do embate entre concepções de uma central sindical-movimento e uma central-organização, venceu a segunda proposta. Segundo Iram Rodrigues, iniciou-se a implantação da CUT, como estrutura verticalizada, administrativa; enfim, “uma organização complexa e burocrática, uma empresa sindical dotada de racionalidade. Simbolicamente, o III Concut significou o fim da fase heróica da CUT. Abria-se um novo patamar onde a construção de um amplo aparelho administrativo, institucional, se colocava na ordem do dia” (Iram Rodrigues, 1997:117)

Nesse caso, sintomática dessa tendência foi a resolução aprovada no Iº Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos do ABC de 1993⁶, cujo teor político mostrou-se revelador do novo padrão de ação sindical. Buscando traçar os objetivos nos quais o sindicato, de forma mais consistente, aprofundaria ou garantiria sua influência nos diferentes tipos de negociações referentes ao processo de reestruturação produtiva, apostou-se numa nova orientação sindical propositiva:

Nosso sindicato deve continuar defendendo a discussão da mudança na organização do trabalho que representem enriquecimento das tarefas, maior autonomia e democracia no local de trabalho e que não resultem em aumento de ritmo, redução de mão-de-obra, competição entre os trabalhadores etc., ou seja, a nossa intervenção deve ser no sentido de que haja, sim, mudanças na organização do trabalho, de forma a torná-lo mais humano (Iº Congresso SMSBC: Resoluções, 1993).

⁶ Em 1993, ocorreu a unificação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema com o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Região. Formou-se assim, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do ABC. Após três anos da unificação, ocorreria sua separação dada a disputa pela composição da nova diretoria.

Esse deslocamento em direção ao novo padrão de ação sindical, inaugurado por instituições com forte tradição de negociação, como o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, de acordo com Iram Rodrigues (1995), apontava para a implementação de uma política de *cooperação conflitiva*, em detrimento ao *conflito antagônico*. Tratou-se, segundo o autor, de uma estratégia sindical, diferenciada dos anos 70 e 80, uma vez que, tanto a reestruturação produtiva como as alterações no âmbito da política, colocaram novos desafios àquele que ficou conhecido como sendo o ícone do sindicalismo combativo. Uma continuidade, porém, em outros termos, do tipo de sindicalismo que, apoiado no conflito, singularizou-se pela luta por melhores condições de trabalho e salário, contra o Estado autocrático e os patrões.

A estratégia sindical propositiva dos anos 90 foi distinta porque foram incorporadas, em sua agenda, novas reivindicações como a “defesa do emprego, a mobilidade do pessoal, a desverticalização das relações de trabalho, a terceirização, a manufatura celular, o trabalho em grupo, as inovações contínuas (Kaizen), participação nos resultados e na discussão da flexibilização da jornada.

Dessa forma, tentou-se negociar um conjunto de novas reivindicações que, objetivando atenuar os efeitos negativos do processo de reestruturação produtiva levaram os metalúrgicos do ABC a, não só discutirem o processo de inovação tanto estrutural, tecnológico e gerencial, como também, não sem conflitos, encaminharem suas contendas, para um amplo processo de diálogo, em prol das saídas negociadas (Iram Rodrigues, 1999).

O propositivismo, contudo, não se constitui enquanto um único modo de ser da prática sindical, mesmo sendo força hegemônica na CUT, a corrente



Articulação se vê obrigada a conviver com posições dissonantes. Salerno (1993) procurou tipificar três distintas características de ação sindical, frente ao processo de reestruturação produtiva:

[...] uma primeira, radical e de esquerda, que abdica intervir, pois se recusa a gerir o capitalismo. A segunda, predominante no sindicalismo, atua sobre fatos consumados, procurando negociar, com vistas a minimizar o impacto da reestruturação, uma vez que não conseguem intervir na definição e execução dos projetos empresariais; uma atuação sempre posterior às mudanças. E o terceiro tipo que se caracteriza, por adotar uma postura propositiva, onde a negociação se efetua, de forma antecipada à adoção de medidas reestruturantes. Para tanto, o sindicato estabelece critérios, no que concerne à reestruturação, elaborando e apresentado projetos próprios de mudanças (Salerno, 1993:13).

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC esteve assim, incluído no terceiro tipo. Sua ação correspondeu, representou como vimos, um deslocamento do antigo padrão de *ação sindical conflitiva*, para um tipo de ação de cariz *propositivo*.

Um sindicalismo que entendemos ser sintonizado, no plano teórico, com a tese da *concertação sindical* que vislumbra a necessidade/possibilidade de uma maior influência dos trabalhadores, em relação às inúmeras problemáticas, colocadas não só no interior das empresas (Leite, 1997), mas também, de forma mais ampla, a possibilidade de participação e interferência na discussão de novos padrões técnicos industriais, nos termos postos por Glauco Arbix (1996) e Alexandre Comin (1998), ao defenderem os mecanismos de negociação tripartite, como a Câmara Automotiva.

2.2 O sindicalismo propositivo no ABC

A participação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em 1992-93, no âmbito da Câmara do Setor Automobilístico, correspondeu à própria inflexão política, sofrida pela Central Única dos Trabalhadores; um importante momento caracterizador desse novo padrão de atuação sindical, valorizador de um sindicalismo *participativo propositivo*.

Tratou-se de uma nova concepção sindical, impulsionada no ABC, em consonância às proposições do grupo majoritário Articulação Sindical. Este, no IV Concut (1991), opôs-se enfaticamente à tese de uma central, confrontacionista, propugnada por diferentes agrupamentos mais à esquerda. De forma oposta, a Articulação fez prevalecer a estratégia de uma Central Sindical que, mais do que dizer “não”, deveria preocupar-se em apresentar propostas, relativas à superação da crise e retomada do crescimento econômico. Enfim, esta política configuraria uma nova CUT, cujo objetivo prioritário estaria em propor e apostar nos projetos de recuperação da economia capazes de gerar e distribuir renda, condição *sine qua non*, indispensável, para a promoção da igualdade social (Iram Rodrigues, 1997:183).

Sintomático dessa inflexão, na política cutista, foi a adesão dos metalúrgicos de SBC à Câmara Setorial Automotiva, cogitada, desde o governo José Sarney, como parte da tentativa de constituição de um “pacto social” entre empresários, governo e trabalhadores. Contudo, a postura oposicionista tanto da CUT como do PT ao governo da Nova república, como salienta Galvão (1996), contribuiu, para que

ambos, não só recusassem essa proposta, mas a denunciassem, inclusive, como uma tentativa de cooptação ideológica da classe trabalhadora⁷.

O deslocamento do antigo padrão *conflitivo antagônico* para um tipo de ação sindical *cooperativo* (Iram Rodrigues, 1995) relaciona-se, do ponto de vista macro econômico, às dificuldades encontradas no setor automotivo pós-abertura. Uma crise verificada na drástica redução de sua participação no mercado nacional que de 15,5% do PIB no ano de 1975, diminuiu para 8,3% em 1991 (Anuário estatístico da Anfavea, 1995:35). Ou seja, uma crise estrutural do ramo automobilístico, um setor que em função de sua importância e seu papel estratégico no ABC, tendia a repercutir negativamente sobre o conjunto da categoria metalúrgica.

É nesse contexto, por exemplo, que, além do fechamento da Ford motores (1991), assistimos um a processo de demissão em massa no setor. No conjunto das montadoras foram demitidos mais de 5.000 mil trabalhadores. De 57.939 operários encontrados no ano de 1990, houve uma diminuição para 52.959 em 1992. Tal redução refletiu-se imediatamente na cadeia produtiva, desencadeando um total de 46.564 novas demissões entre os metalúrgicos do ABC (Dieese subseção ABC, 2000). Um desemprego estrutural relacionado à perda da competitividade dos automóveis brasileiros no mercado mundial. Se, em 1987, o Brasil havia exportado 346.000 veículos, em 1991, esse volume despencou para 193.000 (Anfavea, 1995:22).

⁷ Na década de 80, os materiais impressos tanto pela CUT como pelo PT, estampavam a seguinte mensagem; “xô Sarney”. Ou ainda, satirizando a corrupção no governo federal, contrastavam ao slogan: “tudo pelo social”, dizendo: “tudo pelo pessoal”.



Uma situação agravada pelo fato desse aumento do desemprego não só ter decorrido numa conjuntura recessiva - um dos efeitos da abertura - mas principalmente, do aprofundamento do processo de reestruturação produtiva, conforme veremos mais à frente.

Se, conforme procuramos demonstrar no capítulo anterior, a direção sindical dos metalúrgicos do ABC, expressava a *consciência contingente* de uma parcela da moderna classe operária, vinculada, principalmente, ao setor automobilístico, diante do processo de reestruturação, essa *consciência contingente* assumiu também novas feições.

Na conjuntura dos anos 90, em que a dinâmica da reestruturação produtiva assumia formas de novas e profundas “provocações” do capital, em relação ao mundo do trabalho, o sindicalismo do ABC, à medida que se viu impossibilitado de impor resistências à nova ofensiva capitalista, passou a promover ações de nítidas características defensivas.

A busca permanente pela influência no processo de modernização das empresas, no plano da ação sindical, correspondeu à gestação gradativa de um tipo de sindicalismo participativo que elegia a negociação do processo de reestruturação como o principal objetivo e motor da política sindical. Nesse sentido, Vicente Paula da Silva, personificando essa emergente tendência propugnava:

“[...] o sindicato deve acompanhar o processo de modernização e lutar para que os trabalhadores possam participar permanentemente das negociações na implementação desses novos processos de trabalho, novas tecnologias e novas formas de relações no trabalho [...] o sindicato não pode ficar fora de empresa, tem que organizar os trabalhadores, pressionar e buscar novas formas de negociação [...] os sindicatos que pensarem somente em

reivindicações salariais ou discussões de questões imediatas vão ficar para trás na história” (Entrevista de Vicentinho concedida a Wachendorfer& Castro, 1995).

A tese da ação sindical “participativa”, exposta por Vicentinho, é extremamente significativa, na medida em que desnuda as dificuldades do sindicalismo em manter e sustentar o anterior *padrão de ação conflitiva*, ao mesmo tempo deixa transparecer intrínseca relação entre o aprofundamento do processo de reestruturação produtiva e a nova postura do sindicalismo metalúrgico.

A percepção de Vicentinho, situada em aspectos contingenciais parece, relacionar-se a um sentimento, existente no seio da própria categoria, pois além de desempregar e desmobilizar, a reestruturação produtiva enquanto forma sistêmica do capital, na produção, segundo Antunes (1995), atinge a subjetividade do operário. O estatuto precário do emprego, responsável pela deterioração das suas condições materiais afeta a própria forma de ser, o íntimo do conjunto do operariado.

Expressando uma percepção, situada no nível do cotidiano, a fala de Vicentinho refletiu um possível sentimento existente no seio da própria categoria metalúrgica, frente à ofensiva do capital. Uma ofensiva que no plano objetivo foi representada pela reestruturação produtiva, mas que, no aspecto subjetivo, pode ter contribuído para a instauração e disseminação do “medo”, do “temor”, frutos das “incertezas” e, da banalização do sofrimento individual e coletivo. Sentimentos oriundos da impotência, da fraqueza, mediante os novos desafios no qual deparam-se os trabalhadores conforme aponta Dejours (2000). De alguma forma, a conjunção desses elementos, em seus diferentes níveis, constituíram-se como obstáculos à realização de

ações coletivas, nos moldes dos movimentos de massa, responsáveis pela transformação dos metalúrgicos em ícones do *Novo Sindicalismo*.

Nesse contexto, na fala de Vicentinho, ao argumentar em favor do deslocamento do antigo padrão de ação no ABC em direção a um tipo de sindicalismo mais conciliador e menos conflitivo, fica demonstrada uma forte relação com a própria defensividade, no plano subjetivo da categoria, ante as dificuldades encontradas a partir dos anos 90.

Em suma, essa transição, na direção de um tipo de sindicalismo “negociador”, *propositivo*, foi reflexo da nova conjuntura política e econômica que, sintonizou-se e viu-se na tese da *concertação sindical*, sua justificativa política. Um novo padrão de ação sindical que, como vimos, compartilha da tese de que os trabalhadores poderiam, através dos seus mecanismos de representação, intervir, positivamente, no processo de reestruturação produtiva (Bresciani, 1994; Leite, 1997).

2.3 Câmara Setorial e o neocorporativismo

A participação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, no âmbito da Câmara Automotiva, deu maior representatividade a esse fórum de negociação tripartite de nível *meso*. Segundo Cawson, os rearranjos mesocorporatistas, ocorrem quando participam de um mesmo fórum organizações preocupadas em defender interesses específicos de um setor ou profissões (apud Arbix, 1996:94)⁸.

⁸ No acordo de 26/03/92 ficaram estabelecidos: redução de 6% do IPI e do ICMS, redução de 4,5% nas margens de lucro do setor montador, 3% de redução dos fornecedores de autopeças com 5% de queda nos preços e redução de 2,5%, na margem de lucro, na comercialização e revenda. No âmbito das relações de trabalho: correção mensal e integral do salário, a partir da data do acordo e da manutenção do nível de emprego até 30/06/92, prorrogação da data-base de abril para julho de 1992, criação de um grupo de trabalho para discutir o tema do Contrato coletivo de Trabalho. No acordo de 15/02/93 ficou acertado a redução do IPI de 36% para 30% de veículos com potência de até 100 HP.

Diante disso, temos, como principal significado para o sindicalismo cutista, o momento crucial, revelador da inflexão política, por que passou aquele sindicato. Um novo padrão de ação sindical que, apoiado na “idéia força” de *participação e influência* demarcou uma brusca ruptura com a postura conflitiva, adotada nos idos anos 70 e 80.

Nesse caso, é emblemática a fala de Vicentinho, ícone do *Novo Sindicalismo propositivo*, quando justificou a presença dos metalúrgicos do ABC na Câmara Setorial Automotiva:

“Com minha experiência considero importante negociações que envolvam empresários, trabalhadores e governo. Não abandonamos nem um dos nossos princípios, assumimos somente a responsabilidade de propor alternativas para o crescimento” (Entrevista de Vicentinho concedida a Wachendorfer & Castro, 1995).

Sua fala tornou-se reveladora, não porque se dispôs a adotar uma postura sindical que privilegiasse a negociação contraposta ao confronto, até porque, fechar acordos, negociar são inerentes à práxis sindical. Assim, o novo traço revelador é que essa direção, compromissada, em encontrar respostas às repercussões negativas do processo de abertura econômica, assumisse como sendo atribuição das representações sindicais a da responsabilidade de discutir e propor “alternativas” para a retomada do crescimento econômico.

redução de 31% para 25% para veículos com potência inferior a 100 HP e com mais de 1.000 cilindradas, de 14% para 8% para veículos com menos de 1.000 cilindradas e de 12% para 9% no ICMS, de 10% para 8% de comerciais leves, manutenção em 12% para todos os veículos, inclusive comerciais leves, e redução para 7% dos impostos para os caminhões. Redução nos preços dos produtos na ordem de 3% para as montadoras, 1,2% nas autopeças e 0,8% nos distribuidores. Na relação capital-trabalho ficou decidido aumento real dos salários de 20% escalonado em três vezes, ampliação do nível de emprego e extensão do acordo para os trabalhadores da base de São Paulo, Osasco e Guarulhos (Comin, 1998: 46-49).

A percepção de Vicentinho como se pode aferir de sua fala parece vincula-se aos pressupostos da *concertação sindical* que, como vimos, faculta às entidades sindicais, a responsabilidade/possibilidade de se implementar políticas de compromissos, relacionadas à modernização e à competitividade industrial brasileira.

Esse deslocamento em direção à constituição de um sindicalismo, marcadamente propositivo, ao pressupor alterações significativas, no padrão das ações sindicais, ancoradas em movimentos de massa conflitivos, provocou novas discussões, em torno da permanência da tradicional estrutura corporativista estatal ou tendências à adoção de uma postura sindical neocorporativa.

Para analistas, como Costa (1994), o desenvolvimento das últimas tendências, tende a fortalecer e a expandir um neocorporativismo do tipo setorial:

“O problema é que temos sindicatos por categoria, temos entidades de cúpulas até, mas não temos entre essas entidades de cúpula e a base sindical fragmentada nenhum mecanismo de articulação intersetorial que conduza até essa cúpula a diversidade de interesses no interior da classe como um todo [...] E é exatamente por isso que me leva a pensar que a expansão do corporativismo societal possa evoluir no sentido da consolidação de corporativismo setorial [...] a manifestação mais clara dessa evolução é exatamente o funcionamento das câmaras setoriais” (Costa, 1994:62).

Segundo a autora, ao enfatizar as tendências, para o desenvolvimento de um corporativismo setorial, procura marcar diferenças com a tese de Almeida (1994), no que tange às tendências e ao curso dos rearranjos da estrutura corporativa no Brasil. Assim, se Costa (1994) salienta a existência de espaços para o desenvolvimento de negociações, em setores melhores organizados politicamente, Almeida (1994) argumenta que a representação de interesses, apoiados no corporativismo encontra-se em declínio, à medida que também se alteraram, as estruturas produtivas.

Estariamos, segundo Almeida, vivenciando um período fortemente marcado pelo declínio do corporativismo enquanto forma de representação de interesses e, em prol de um novo padrão pluralista de representação (Almeida, 1994:57)⁹

De qualquer modo, parece-nos que o sistema corporativo setorial tem-se fortalecido dado à desigualdade existente nos diversos níveis da estrutura produtiva brasileira, diferenças que ganham novas dimensões na medida que se intensificou o processo de reestruturação produtiva nos anos 90.

Este sistema de representação tende a se firmar como padrão de ação sindical, já que nos setores dinâmicos, os operários além de tradicionalmente terem uma maior experiência organizativa - como é o caso dos trabalhadores da indústria automobilística - se situam no núcleo duro do capital produtivo. Nessas circunstâncias, conseguem, em alguns momentos, obter certas concessões em detrimento, inclusive, dos interesses da categoria como um todo (Galvão, 1996; Boito Jr., 1999).

Em decorrência desse processo, tendencialmente, aprofundar-se-ia a heterogeneidade e a complexificação da classe operária, colaborando para o surgimento de um número maior de obstáculos, no sentido de que o sindicalismo venha a adotar perspectivas de ação, em defesa dos projetos globais. Uma fragmentação prejudicial, até mesmo para o encaminhamento de propostas de cunho reformista, como o Contrato Coletivo de Trabalho, defendido pela Articulação Sindical já no III Concut de 1988 (Rodrigues, 1991).

Neste caso, mesmo que a premissa da proposta do Contrato Coletivo de Trabalho procure abarcar o conjunto da classe operária, a tendência, face ao processo

⁹ Sobre a origem e a defesa de interesses fundados, no sistema corporativista estatal de representação, ver ainda, Almeida (1975).

de reestruturação é o de acentuar as assimetrias encontradas no sistema produtivo, cujo rebatimento nas formas de representação sindical, tende a firmar um neocorporativismo setorial, conforme salientaram Tapia (1994) e Araújo (1994).

Para alguns analistas, como vimos, as posturas neocorporativas vinculam-se às diferenças existentes, no próprio padrão produtivo, razão pela qual se aprofundaram as tendências, em direção ao fortalecimento do corporativismo setorial propriamente dito. Para outros, como é o caso de Boito Jr. (1999), o neocorporativismo desenvolvido pelos metalúrgicos do ABC - sem desconsiderar é claro, os efeitos negativos, oriundos tanto das medidas econômicas adotadas por Collor, como da reestruturação produtiva - advém, em grande parte da opção política de caráter reformista efetuada pela direção cutista, particularmente no ABC. Segundo Boito Jr. (1999), é isso que se pode aferir das propostas que visam; a necessidade de se planejar uma nova política industrial, gerar emprego, distribuir renda.

Ao mesmo tempo, na perspectiva do autor, o neocorporativismo advém das dificuldades, para se manter um sindicalismo de massa e de confronto, caracterizando-se cada vez como um tipo de sindicalismo, cuja ação mais conciliadora e propositiva, impulsionada, a partir da Câmara Automotiva, se firmou enquanto forma neocorporativa da prática daquele sindicato no decorrer dos anos 90 (Boito Jr., 1999)¹⁰.

Na perspectiva de Alves (2001), o padrão da ação sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90 - o *neocorporativismo propositivo* - relacionou-se à incorporação ideológica da social democracia no Brasil. Ou seja, foram incorporadas, sem a devida crítica, as percepções da reprodução sistêmica do capital, colocadas pelo novo complexo

¹⁰ Com relação às posturas neocorporativas e à fragmentação da ação sindical no ABC, a partir da participação dos metalúrgicos, no âmbito da Câmara Setorial Automotiva, ver Galvão (1996). Sobre a construção de uma política de parceria, ver Soares (1998).

de reestruturação produtiva, conforme se patenteiam as negociações sindicais no nível meso e micro;

“a praxis sindical neorcorporativa vai traduzir, no plano egoístico-corporativo, o novo momento da política social democrata. Alteram-se os signos da prática sindical, ocorrendo uma transformação da ação sindical [...] o “explorador” passa a ser “parceiro” e a perspectiva de “classe” dá lugar a de “atores sociais” (Alves,2001:51).

De forma que, o neocorporativismo *meso* e *micro*, enquanto característica da ação sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90, situa-se como uma forma de ação vinculada à política da *concertação sindical*. Representa não apenas uma nova forma de ser do sindicalismo. Segundo Alves (2001), representa um tipo de conduta sindical, cuja ação de caráter defensivo desnuda a debilidade do sindicalismo, tanto no plano político, ideológico e material de *per si*, fazer frente à nova ofensiva do capital.

Existiu e persiste no ABC, uma ofensiva capitalista concretizada e materializada no desencadeamento do processo de reestruturação enquanto forma sistêmica de ser do capital na produção. Decorrente desse processo emergiu um tipo de neocorporativismo defensivo, expresso nas negociações descentralizadas, por fábrica. Sendo a MBB-ABC, um caso emblemático, é dela trataremos a seguir.

2.4 A concertação sindical na MBB-ABC

É dentro da perspectiva teórica do *concertacionismo*, que Bresciani (2001) analisa as inúmeras negociações, processadas entre representação dos trabalhadores (Sindicato e Comissão de Fábrica) e a MBB-ABC, nos anos 1990-2001. Empresa que a partir de 1998, passou a fazer parte do grupo Daimler Chrysler. Um conglomerado formado pela Mercedes Benz, Daimler e Chrysler do Brasil para disputar o altamente

competitivo mercado latino americano de caminhões e ônibus. Uma competição anda mais acirrada a partir de criação do Mercosul.

Ao analisar o desenvolvimento desse tipo de negociação descentralizada Bresciani(2001), não só sustenta sua validade, como valoriza tal processo negocial, reputando-o, como sendo um caso paradigmático: o “contrato da mudança”. Trata-se de uma nova situação, onde capital e trabalho visualizam e sustentam a necessidade de se buscar novos formatos de gestão, inovação organizacional e tecnológica. Um caso típico de *Inclusão Institucionalizada*, cujos traços estão resumidamente expostos logo abaixo:

Definição da Inclusão Institucionalizada para o caso da MBB-ABC

Traços gerais.	Toma a produção enquanto espaço também inovativo, com base na valorização de novos papéis operatórios dos trabalhadores diretos, seja na micro mudança contínua ou em novos arranjos organizacionais e tecnológicos.
Aspectos Complementares.	Ocupação de espaços da gestão da mudança organizacional, mediante a atividade regulatória dos sindicatos e das representações trabalhistas locais.
	Um segundo aspecto relaciona-se ao envolvimento nos programas de gestão dos trabalhos desenvolvidos, discutidos e definidos também de forma negociada, operando como um pilar-suporte gerencial à inovação de processos.

Indo um pouco mais além desse quadro, focado na análise da *Inclusão institucionalizada*, o autor aponta, a existência de duas outras hipóteses (ou tipos de

relação) relativas aos trabalhadores na condução (ou não), das inovações de processos. A da *Exclusão*, que se define “como modelo e práticas organizacionais que, essencialmente, bloqueiam a participação dos trabalhadores diretos na condução da inovação. Inclui também a inviabilidade das contribuições informais dos trabalhadores diretos à inovação de processo”. Ou então, a *Inclusão Instrumental*, “caracterizada pela presente - adoção definida pela gerencia - de práticas de organização do trabalho que embutem procedimentos sistemáticos de mudanças continuas dos micros processos e/ou valorização dos trabalhadores na implementação de micro mudanças. Pode ser acompanhada (ou não) de mudanças nas normas de gestão dos recursos humanos. A prerrogativa da inovação permanece com a gerência” (Bresciani, 2001:07)

Notamos, contudo, através do quadro exposto acima, que o autor, ao conceituar o processo de negociação desenvolvido entre representação trabalhista e a direção da MBB-ABC, define-o como sendo do tipo de *inclusão institucionalizada*. Nesse aspecto, reforça a tese de que a reestruturação pode agilizar-se pela política de negociações, de forma que estas avançam, ao incorporarem um amplo leque de temáticas, vinculadas à reestruturação. É essa a principal e inovadora relação, entre capital e trabalho que tem, não sem muitos sobressaltos, alçado a condição de paradigma as negociações sucedidas nos últimos dez anos, na Mercedes Benz-ABC, segundo Bresciani (2001).

Nesta empresa, independente de sua vinculação à produção de caminhões e ônibus, o que prevaleceu nesse novo processo negocial, tornando-o diferencial, em relação às tendências prevalecentes, nas demais empresas do setor montador

(segundo a lógica *concertacionista*), é, justamente, o aprofundamento dos mecanismos pautados pelas mudanças negociadas/contratadas, nos moldes da *inclusão institucionalizada*. Esta, não só confere legitimidade à representação trabalhista, no interior da empresa, como contempla, ao mesmo tempo, um amplo leque de questões, desde as relativas ao novo padrão tecnológico, até os aspectos referentes à reestruturação organizacional, do gerenciamento e da gestão. Ultrapassam, portanto, os estreitos de uma visão, limitadamente, técnica do processo. É por isso, que Bresciani (2001), realça o caso MBB-ABC quando afirma:

“A dimensão institucional se coloca [...] destacando-se a importância das inovações organizacionais de tipo mudança no sistema gerencial da firma [...] nota-se que as mudanças na governabilidade das empresas afetam o modo pela qual estas planejam e coordenam a aprendizagem coletiva, e acrescentamos, pode afetar a própria tomada de decisão sobre o processo de inovação” [...] “O trajeto realizado pela Mercedes visa especialmente estruturá-la de modo a desenvolver capacidades tecnológicas vinculadas ao trabalho produtivo direto, bem como buscar a melhoria dos processos de forma permanente e sistemática, com base na contribuição do trabalho” (Bresciani, 2001:31-32- 39).

O processo negocial na MBB-ABC não se desenvolveu conforme ressalta o autor, sem conflitos, mas foi conduzido, com base na participação do trabalho, correspondeu, portanto, a um tipo de ação sindical marcadamente propositiva. Trata-se de uma tese, aliás, reafirmada por Paulino & Marcolino (1999), que, ao pesquisarem sobre “a busca de novos espaços de negociações sindicais, frente à reestruturação”, também tomaram, como referência os acordos relacionados às negociações desenvolvidas na MBB-ABC, no decorrer dos anos 90.

Sem, privilegiar uma discussão teórica, quanto aos pressupostos e significados da *concertação sindical* e da sua vinculação com o *sindicalismo propositivo*, a pesquisa realizada por estas sociólogas ganha relevância, à medida que descrevem os múltiplos e diferenciados Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) assinados, entre direção da MBB-ABC e as representações trabalhistas. Dos principais ACTs assinados, podemos destacar:

ACTs assinados entre Representação Sindical e Mercedes Benz –ABC

Acordos Coletivos de Trabalho	Ano da assinatura do ACT	Objetivos dos ACTs
Alteração de nomenclatura e função	Novembro de 1993	Readequação de funções e salários.
Terceirização	Abril de 1994	Aumentar competitividade, flexibilização e a especialização da produção para aumentar a qualidade e a produtividade.
Manufatura Celular	Abril de 1994	Reagrupamento dos equipamentos e ferramentas numa nova disposição, possibilitando a um único operário, a produção de uma “família” de peças.
Melhorias contínuas ou Kaizen	Fevereiro de 1995	Através da análise dos processos de fabricação, a empresa procuraria criar novos fluxos produtivos mediante a eliminação de desperdícios, adaptação dos postos de trabalho às condições dos trabalhadores. Dessa forma, visa diminuir estoques, eliminar movimentos desnecessários ou tarefas que não agregam valor.
		Um conjunto determinado de atividades seria realizado...

Trabalho em grupo	Março de 1995	...por um grupo de trabalhadores visando a melhoria da qualidade, produtividade, qualificação profissional e a superação do trabalho fragmentado, garantindo um certo nível de autonomia aos trabalhadores, desde que não ocasionassem prejuízos ao fluxo produtivo, nem requeressem recursos materiais extras.
Participação nos lucros e resultados	Junho de 1995, maio de 1997, junho de 1998	Criado com base nas medidas provisórias n. 1006 de 25/05/95, a MP n. 1539/31 de 09/05/97 e a MP n. 1619-45 de 10/06/98. Uma forma de reajuste salarial variável não incorporado aos demais direitos trabalhistas e estabelecido a partir de três variáveis: produtividade, qualidade e absenteísmo.
Flexibilidade da jornada de trabalho	Fevereiro de 1996	As partes buscam superar as dificuldades impostas por uma economia globalizada e de um mercado interno e internacional altamente competitivo, estabelecendo normas para o atendimento dos interesses recíprocos, especialmente, no tocante às jornadas de trabalho, seus intervalos entre a intra-jornada, sobre jornada e remunerações buscando flexibilizar a produção, em face da flutuação, sazonalidade e, até imprevisibilidade dos mercados decorrentes dos fatores acima mencionados.
Readequação dos salários	Outubro de 1997	Visa ao aumento da competitividade dos produtos e da otimização dos recursos humanos. Ambos, representação sindical e empresa, consideram que a organização do trabalho...

		...exige uma reformulação no perfil das atribuições dos trabalhadores, objetivando a participação ativa, na busca de soluções, produtividade e qualidade.
Contrato por tempo determinado	Fevereiro de 1998	A empresa poderia contratar até 250 trabalhadores horistas por prazo determinado, submetidos às regras acordadas na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria. A prioridade para o preenchimento destas vagas seria dada aos ex-empregados da empresa.
Banco de Horas	Outubro de 1999	A empresa procurará adaptar a jornada de trabalho horista ao fluxo e demanda da produção.

Fonte: Comissão de fábrica MBB-ABC. In Paulino & Marcolino, 1999. Quadro nosso.

Como podemos observar, no quadro acima, o processo de negociação, construído nos moldes dos diferentes Acordos Coletivos de Trabalho entre a MBB-ABC e a representação trabalhista, ao contemplarem um amplo leque de questões, relacionadas a Alterações de Cargo e Salários, Terceirização, Manufatura Celular, Melhorias Contínuas, Trabalho em Grupo, Participação nos Lucros e Resultados, Flexibilização da Jornada de Trabalho, Contrato por Tempo Determinado e Banco de Horas, demonstram, quanto ao processo de reestruturação produtiva, que muito além das antigas reivindicações e contendas trabalhistas procuram envolver também e dar conta de problemáticas relacionadas à modernização da empresa, no sentido de torná-la flexível e competitiva (Iram Rodrigues, 1995).

Ainda, sobre o processo de modernização negociada, e, em andamento na Mercedes Benz - um processo negocial, marcado pela “participação inclusiva” dos trabalhadores, sob os auspícios do *sindicalismo propositivo*, dos Metalúrgicos do ABC nos anos 90 - é possível abstrair que no caso da MBB-ABC, o desenvolvimento da prática cooperativa relaciona-se com os pressupostos da *concertação sindical*.

De acordo com Márcia Leite (1997), o desenvolvimento da reestruturação produtiva no *nível micro* – nas fábricas – de forma negociada, torna-se valorizadora do diálogo, ao somar forças entre aqueles que, anteriormente eram vistos somente como “antigos contendores”. Estes, mutuamente, concentram-se em encontrar soluções para problemas referentes aos seus “interesses comuns”. Tal comportamento possibilita que, do processo de negociação, apareçam resultados tendencialmente positivos, tanto para o capital como para o trabalho.

Adotando uma perspectiva crítica, em relação ao *sindicalismo propositivo*, Soares (1998) indica que os pressupostos nos quais se tomam capital e trabalho como “parceiros” ou “colaboradores”. Essa prática, ideologicamente assentada no jogo de interesses comuns, no plano político, não só atinge a independência da classe operária, como ergue novos obstáculos à organização e ação independente do operariado.

No caso da MBB-ABC, parece-nos também, que as discussões entre empresa e representação trabalhista, pressuposto indispensável para levar adiante o processo de reestruturação produtiva naquela planta, necessitou do consentimento sindical, numa

conjuntura política e econômica no início dos anos 90 muito desfavorável ao sindicalismo.

Esse consentimento ancorou-se na “moderna prática”, no novo padrão de ação sindical “*radicalmente flexível*” do SMSBC e da Comissão de Fábrica da MBB-ABC. Desse modo, vimos desenvolver-se um tipo de sindicalismo, cuja responsabilidade, inclusive, foi de ter colaborado para se criar uma atmosfera propícia a um maior envolvimento operário, agora designados como sendo colaboradores pelo capital¹¹. Em síntese, configurou-se uma nova dinâmica de negociação que, desenvolvida sob controle da empresa, torna-se paradigmática, dados os seus resultados e seus significados políticos e ideológicos, conforme veremos a seguir.

2.5 O Processo de negociação de 1990 a 1995

Estando entre as primeiras empresas fabricantes de caminhões que se instalaram no Brasil na década de 1950, a MBB/ABC conseguiu manter nos períodos subseqüentes - décadas de 1960, 1970 e 1980 - o domínio quase absoluto sobre o mercado interno brasileiro. Porém, a partir das mudanças macroeconômicas, ocorridas na virada dos anos 90, que acirraram a competição no mercado interno, esta empresa viu-se pressionada, no sentido de definir um projeto de reestruturação.

¹¹Para uma discussão sobre os processos e as metamorfoses no mundo do trabalho e seus impactos sobre a classe operária, ou seja, questões relacionadas às diversas formas de envolvimento operário, ao consentimento e a própria debilidade sindical, advinda da somatória desses elementos e processos, ver: Coriat (1994), Antunes (1995), Alves (2000).



Como empresa líder no mercado, após a abertura econômica era natural que a MBB passasse a se preocupar ainda mais em como manter essa liderança, pois se existiam cinco empresas concorrentes no início dos anos 90, ao final da década, no Brasil, esse número já tinha se elevado para oito: Internacional Navistar, Fiat Iveco, Agrale, Ford, Volkswagen, General Motors, Scania, Volvo e a própria Mercedes (Anfavea, 1999:64-65). É nesse ambiente, tendencialmente mais competitivo, que a MBB-ABC criou em 1991, seu Centro de Desenvolvimento Tecnológico (Relatório Social da MBB-ABC, 1991).

É importante notar que, paralelamente e como parte da estratégia de modernização, a implementação do processo de reestruturação veio acompanhada de um novo discurso empresarial, centrada na atenuação dos conflitos com os operários da fábrica. A esse respeito tornam-se emblemáticas as considerações do gerente do Centro Tecnológico:

“O pessoal que opera o equipamento, seja ele uma máquina ou uma simples pistola automática, é fundamental. Se a gente não conseguir vender esse produto, o nosso projeto para o pessoal [...] para o operador, ou para um mentor ou o usuário final, agente encontra uma oposição muito grande para introduzir a tecnologia. Ela pode ser maravilhosa em termos de custo, em termos de tecnologia, se a gente não conseguir vender essa idéia para o pessoal que vai realmente utilizá-la na fábrica [...] a gente não consegue implantar [...] na verdade você está tratando com o pessoal que é o dono do trabalho” (Entrevista concedida a Bresciani, 2001).

Como se vê, o capital de forma consciente teve como preocupação a construção de um consentimento capaz de criar uma atmosfera, um clima de maior adesão e colaboração operária ao seu projeto de mudanças. Do ponto de vista da representação trabalhista, a iniciativa empresarial, a de procurar para negociar, ao coadunar-se com

o tipo de *sindicalismo propositivo* em construção no ABC, serviu como um grande facilitador para encetar discussões em torno das propostas lançadas pela MBB-ABC em outubro de 1992, corporificada no seu “Projeto Fábrica 2000”.

Essas propostas da empresa, o “Projeto Fábrica 2000”, segundo Paulino&Marcolino (1999), objetivavam buscar “a segmentação da fábrica, a implementação de melhorias contínuas/kaizen, a criação de células de manufaturas, a criação de grupos de trabalho e a terceirização” (Paulino&Marcolino,1999:06). De acordo com Bresciani, para Sindicato e Comissão colocou-se uma “escolha entre assistir, resistir ou debater a mudança. Tratava-se de um caso incomum, em que se apresentava a perspectiva de negociar um projeto no papel e não suas conseqüências” (Bresciani,2001:145).

Esta opção coaduna-se com os pressupostos do *propositivismo*, de que cabe aos sindicatos elaborarem e apresentarem projetos, ou seja, adotar uma postura que signifique “ir mais além do que dizer não”. A direção sindical, diante da proposta de negociação, lançada pela direção da MBB-ABC, passou a enxergar, nesse processo negocial a possibilidade de se encontrar “saídas”, para a crise industrial instalada após a ascensão de Collor. Demonstrativo dessa nova orientação política sindical é a própria fala de Tarcísio Secoli, funcionário da MBB-ABC e diretor do SMSB, ao afirmar:

“Eu acho que começou a mudar a partir do esgotamento do modelo, que era o modelo do “contra”, modelo de você radicalizar, porque (naquela época) os patrões não tinham a menor intenção de sentar e conversar [...] então agora dá para todo mundo ir para o mesmo patamar [...] a necessidade do movimento sindical não só falar contra, mas elaborar alternativas para as coisas que a gente era contra, essa linha

foi radicalizada na Mercedes” (Entrevista concedida a Iram Rodrigues, 1995).

É com esse espírito de colaboração - sugerindo a existência de bons e maus patrões, os que aceitam e os que não aceitam dialogar - que se formou uma comissão representada por membros da Comissão de fábrica, dirigentes da empresa e assessores técnicos do Dieese Subseção ABC. Uma comissão de trabalho plural que, além de analisar o projeto específico apresentado pela MBB-ABC, deveria observar e captar os aspectos positivos das experiências, já desenvolvidas na Mercedes Benz da Alemanha. Nesse sentido, a ida até a matriz da empresa - as “missões”, conforme ficaram conhecidas as duas viagens de 1993 - explicou-se, de acordo com os pressupostos da ação sindical propositiva pela necessidade de ver de constatar *in loco*, acompanhar e procurar “entender” como se desenvolveram as negociações e a implementação, principalmente, dos grupos de trabalho, das células de produção e das melhorias contínuas/kaizen.

Convencidos da necessidade de se discutir, interferindo no processo de “mudança”, Sindicato e Comissão de Fábrica, após os contatos com sindicalistas alemães, apresentaram o projeto *Qualidade de Vida no Trabalho na Mercedes Benz do Brasil*. Uma pauta de reivindicações complementar ao “Projeto Fábrica 2000”, propugnando que, na mesa de negociação, conjuntamente aos aspectos referentes à reestruturação produtiva, se discutisse também os seguintes itens:

- 1- garantia de benefícios sociais
- 2- melhorias das condições de trabalho
- 3- redução da jornada de trabalho
- 4- incentivo à educação e formação profissional

- 5- reestruturação de cargos e salários
- 6- negociação dos processos de reestruturação do trabalho
- 7-participação nos lucros e resultados
- 8-metas de produção, investimentos e emprego
- 9-democracia no local de trabalho

Criou-se, a partir de 1994, uma expectativa entre o Sindicato e a Comissão de Fábrica. Ambos avaliaram de que o grande salto qualitativo foi o de se ter conseguido estabelecer parâmetros e reivindicações próprias entre atores diferentes, porém com projetos e reivindicações específicas em torno de um objetivo comum; a modernização da MBB-ABC, sem maiores prejuízos para empresa ou aos trabalhadores. Em meio a essa atmosfera de otimismo, afinal os trabalhadores estavam influenciando na reestruturação da MBB-ABC, é que foram acordados os diferentes ACTs, por nós já assinalados.

O acordo sobre Terceirização (1994), um marco inicial para levar à frente “o contrato da mudança”, afetou inicialmente 850 horistas (do setor de bancos, cromeação, pára-choque, molagem, rodas e pneus, estamparia) e 150 trabalhadores indiretos (lanchonete, da coleta de lixo, da carpintaria, e da manutenção de máquinas) que, não podendo ser demitidos foram realocados para diferentes setores. Tratou-se de um acordo sintonizado à postura sindical propositiva que, pressentindo sua inevitável disseminação em inúmeras empresas da região, justificou:

De forma geral, o sindicato tem ainda buscado a negociação e contratação da forma pela qual a terceirização se dará concretamente colocando suas condições dentro de um espírito de efetiva modernização industrial e melhoria também da qualidade de vida dos trabalhadores (SMSBC,1993:51).

É com essa mesma expectativa, na qual se apostava ser possível negociar a modernização industrial assegurando benefícios ao trabalhador, que foram assinados os acordos, ainda em 1994, os ACTs relativos à Manufatura Celular, em 1995 o ACT sobre Melhorias Contínuas/Kaizen e o ACT que procurou regular a formação dos Grupos de Trabalho (Paulino&Marcolino,1999:13).

Se os diferentes Acordos Coletivos de Trabalho, do ponto de vista do *sindicalismo propositivo* visavam, a partir de 1994, construir uma relação entre capital e trabalho na qual o processo de reestruturação não significasse demissão, não conseguiram, contudo, impedir que a própria MBB-ABC adotasse esse procedimento. Em setembro de 1995, fatores macroeconômicos relacionados à política recessiva do início de 1995, a abertura da economia e a instalação da nova fábrica de caminhões da VW em Rezende, segundo Bresciani (2001), foram os fatores que comprometeram o processo de negociação, pois a empresa de forma unilateral, sem negociar, demitiu cerca de 1.500 trabalhadores (Bresciani,2001:173).

Analisando esse processo de enxugamento, numa perspectiva crítica, Alves (2000) não só relaciona as demissões na MBB-ABC ao desemprego estrutural, um fenômeno relacionado às contradições contemporâneas do capital, como procura elucidar as razões e limites do sindicalismo propositivo ao salientar:

“Na etapa da mundialização do capital, existe uma pressão política das corporações transnacionais para mudar o nível das articulações neocorporativas. Evitam-se contratos coletivos de trabalho articulados por categoria no plano nacional e incentivam-se os contratos coletivos de trabalho por empresa [...] na medida em que os sindicatos são levados, muitas vezes por estratégias políticas - ou pelas próprias circunstâncias adversas - a aceitar os acordos por empresa, o poder de barganha do trabalho tende a se debilitar mais ainda, diante da reestruturação produtiva [...] o que se percebe é que os

defensores da “influência propositiva” tendem a imputar, de certo modo, a frustração e o descrédito de experiências negociadas, não à lógica intrínseca do capital [...] em nenhum momento é posto em dúvida, por exemplo, o valor da política sindical de “influência contratada”, que poderiam estar superestimando a disposição do capital em ceder à prerrogativa de controle da força de trabalho (Alves, 2000:317-318).

É por isso que ao encontrar dificuldades em reverter demissões, face à irredutibilidade da empresa em rever sua posição quanto ao corte dos funcionários, em resposta ao ato “arbitrário” cometido pela MBB-ABC, o Sindicato e Comissão de Fábrica retiraram-se do processo de negociação e passaram a denunciar a atitude antidemocrática da Mercedes Benz.

Todavia, a saída da representação trabalhista do processo de negociações não impediu que a empresa prosseguisse seu projeto de reestruturação, forçando para que, de certa forma, ainda que na defensiva, Sindicato e Comissão de fábrica retornassem em 1998, à mesa de negociação. Estes, tentariam novamente “interferir” na modernização em curso.

Portanto, quando foi necessário demitir, a MBB-ABC, alegando dificuldades conjunturais tais quais Bresciani (2001) - a recessão do início de 1995, o aumento da concorrência e a dificuldade nas vendas - ignorou a principal reivindicação do Sindicato e da Comissão de Fábrica: a manutenção do nível de emprego. Neste caso, torna-se importante reportarmo-nos à entrevista dada por um representante da Comissão de Fábrica um mês antes das demissões de setembro de 1995.

“[...] a avaliação que a gente faz é que essas mudanças viriam, com nossa concordância ou sem ela. Então, o fato da Comissão de Fábrica da Mercedes interferir, negociar, não foi por vontade própria, mas por falta de alternativas [...] A expectativa nossa com a relação a essas mudanças é tentar amenizar o que elas trazem de ruim e não com a grande

expectativa de que agora vamos controlar a fábrica [...] nossa visão, nosso objetivo, foi o de minimizar os impactos negativos com relação ao emprego, principalmente de não perder postos de trabalho” (entrevista concedida a Iram Rodrigues, 1995).

O que nos chama a atenção, na fala desse membro da Comissão de Fábrica, é sua avaliação, seja dos limites, seja da defensiva sindical, na qual vinha se desenvolvendo o processo de negociação na MBB-ABC. Um contraste, em relação aos teóricos da *concertação sindical* que, procurando ressaltar a positividade desse tipo de negociação, ao realizar suas análises excluem as contradições de interesses, inerentes à condição de classe entre contendores como capital e trabalho. Contradições de caráter ontológico que não desaparecem pelo fato dos atores envolvidos assumirem uma postura menos conflitiva e mais negocial.

2.6 O propositivismo na defensiva (1996 a 2000)

Os anos de 1995 a 1998 caracterizaram-se pelo esforço empresarial, mesmo com a ausência da representação sindical, em procurar aprofundar, ainda que unilateralmente, a reorganização da produção.

Quando dissemos “ainda que unilateralmente”, queremos chamar a atenção para o fato de que a ruptura do processo de negociação em 1995 colocou em xeque a interpretação dada pelos teóricos da *concertação sindical* que, vêem nesse novo padrão negocial a possibilidade de se construir uma política de compromissos em torno de interesses conjunturalmente comuns (Leite, 1997, Paulino&Marcolino, 1999; Bresciani, 2001). Parece-nos que a MBB-ABC em

nenhum momento abriu mão do seu poder de decisão, principalmente no que diz respeito às questões consideradas essenciais pela empresa.

Nesse caso, contraposto ao “otimismo” que tomou conta da representação sindical, diante da possibilidade de se encontrar espaços para as “saídas negociadas”, é interessante reproduzir a fala do gerente do Centro Tecnológico quando reafirmou a posição de controle e mando do processo produtivo pelo capital:

“[...] é um negócio de convencimento, porque o pessoal acha que não têm o dever de estar desenvolvendo coisas [...] o kaizen faz inovação mas é no nível daquilo que você pode tocar, muda de posição, muda a forma como os pedidos chegam, está ali no ambiente e o operador pode opinar realmente [...] agora, o operador não tem contato com que está acontecendo no país, em outros fornecedores, não é função dele. Embora seja a idéia da companhia mudar isso, todo esse projeto de “Fábrica 2000” é criar um comprometimento maior das pessoas com esse tipo de coisa. **Mas a função essencial na mudança é nossa**” (Bresciani, 2001:186. grifo nosso)

Notamos, por essa fala que, quando o capital se viu pressionado a propor saídas, seguindo o caminho das negociações “democráticas”, no decorrer desse processo, não abriu mão de, estrategicamente, manter sob seu controle o teor, os tipos e as formas da reestruturação propriamente ditas. Procurou também ter absoluto controle, no que diz respeito à condução das discussões colocadas em pauta.

Cabe ressaltar ainda que, o paradigma do “contrato da mudança”, na MBB-ABC segundo interpretação de Bresciani (2001), a tônica dada pela empresa, em relação à reestruturação da produção não se pautou, necessariamente, pela busca do uso intensivo de novas tecnologias.

A flexibilização do processo produtivo deu-se basicamente, apoiada na experiência adquirida previamente, com a criação dos 5 Grupos de Trabalho pilotos. Um processo que, por ter contado com a participação efetiva da representação trabalhista entre 1994-95, de certa forma, deu à empresa, quando foi preciso, condições de promover, mesmo que unilateralmente, sua disseminação por toda a fábrica.

A reestruturação organizacional na MBB-ABC priorizou a formação de Manufaturas Celulares (equipe de trabalho vinculada à produção, composta de 8 a 15 operários), Grupos de Trabalhos (formados por diversos operários, altamente qualificados de áreas afins, técnicos e engenheiros, cuja tarefa central consistiu em pensar e realizar, “fazer” Kaizens em toda a fábrica. Na realização dos kaizens, podem ser consideradas, ou não, sugestões feitas por operários das Manufaturas de produção). Por fim, o próprio Kaizen que, consiste na busca constante de como melhorar a qualidade do produto final.

De qualquer forma, o processo de reestruturação produtiva na MBB-ABC, mesmo centrado basicamente nos aspectos organizacionais e, não necessariamente em novas tecnologias, implicou até 1998, em novos investimentos, na ordem de 2,3 bilhões de dólares (Comissão de Fábrica MBB-ABC, 1998).

Porém, o caso da MBB-ABC é emblemático, entre outras questões, por revelar que, diferentemente das análises de Arbix (1996), Comin (1998) ao defenderem a Câmara Setorial Automotiva relacionando o gesto, a ida do capital e do novo padrão de ação sindical propositivo do ABC, como sendo um tipo de ação vinculada à



perspectiva da modernização tecnológica da indústria brasileira. Uma postura demonstrativa de responsabilidade e visão de futuro “dos atores sociais”.

Se, por um lado, os defensores dos fóruns tripartites, vêm na modernização negociada a possibilidade de garantir nível de empregos, ou a superação dos impasses relacionados à deficitária estrutura produtiva brasileira. Por outro, a tese liberal expressa por Rodrigues (1992) e Pastore (1998), relacionam o aumento do desemprego à necessidade do uso de novas tecnologias, fim do corporativismo contrário a flexibilização leis trabalhistas, ou ainda, o baixo nível de qualificação da mão-de-obra brasileira. Neste caso, ambas interpretações não tocam no fato de que, a reestruturação produtiva, a modernização-flexibilização corresponde a luta do capital em buscar a realização da valorização. A ausência dessa análise permite pontos de contatos entre os teóricos da *concertação sindical* e a *interpretação liberal*.

Ao contrário, inclusive, das “apologias” feitas ao uso das novas tecnologias, verificamos que no caso da MBB-ABC, a reestruturação priorizou a ampliação do número de Grupos de Trabalho que em 1999, chegou a um total de 244, envolvendo cerca de 2.406 trabalhadores (Bresciani, 2001:207). De igual relevância são os dados de Paulino&Marcolino (1999), quando buscam demonstrar que o processo de reestruturação produtiva nos anos 90 teve, um forte caráter organizacional. Afirmam as autoras:

“[...] na linha de produção [...] na área de montagem de um novo modelo de motor (eletrônico) ocorreram inovações tecnológicas no processo de montagem, teste e revisão, mas na última década a empresa investiu pouco em tecnologia [...] As últimas inovações tecnológicas introduzidas datam ainda de 1985-86 [...] as CNCs - Máquina de Comando Numérico Computadorizado - continuam substituindo máquinas antigas. Com exceção as CNCs, de 1986 a 1997,

apenas quatro robôs foram introduzidos. Somente em 1998, a empresa pretendia retomar investimentos em equipamentos mais modernos, o que não ocorreu, pois houve queda na produção (Paulino&Marcolino,1999:16-17).

Reagindo à ofensiva desencadeada pela MBB-ABC, a ação sindical assentada nos pressupostos do sindicalismo *conflitivo propositivo*, tal qual definiu Iram Rodrigues (1995), através de ações como a operação “Kinder Ovo”, não só denunciaram o aumento dos ritmos e das tarefas, a rotinização e a rotatividade nos grupos trabalho, como também reivindicaram o direito de voltar a influenciar, “negociando”, o processo de reestruturação em curso¹².

No entanto, se a representação trabalhista “conseguiu” retomar o diálogo com a empresa, as discussões e os ACTs, assinados após 1998, em torno do re-enquadramento salarial dos trabalhadores nos grupos de trabalho, o aumento no número de acidentes fatais relacionadas à disseminação “desordenada” dos grupos de trabalho, a continuidade das demissões, o uso de trabalhadores sob contrato por tempo determinado, a implementação do PLR - participação nos lucros e resultados - a montagem dos bancos de horas, procurou, com isso, atuar, no sentido de tentar reverter ou atenuar os impactos advindos com o processo de reestruturação tocado pela MBB-ABC entre 1995-98.

¹² Operação “Kinder Ovo” foi o nome dado às paralisações relâmpagos (tentativa de sabotagem) ocorridas entre 1996-97. Organizadas pela Comissão de Fábrica, essas paralisações ocorriam em setores, onde a empresa planejava e desenvolvia, sem consulta, a formação de grupos de trabalho, manufatura celular e kaizens. Com esta operação, o sindicalismo propositivo procurava pressionar e garantir algum tipo de influência sobre processos já previamente definidos pela empresa. Finalmente, no segundo semestre de 1998, a empresa aceitou voltar a discutir algumas problemáticas levantadas pela Comissão de Fábrica. Essas novas negociações não impediram que a empresa, alegando novamente dificuldades nas vendas, promovesse em novembro desse mesmo ano, 683 demissões entre os trabalhadores horistas.

Isso nos levar a concluir que, o sindicalismo propositivo e suas práticas neorcoporativas marcadas por atuações no nível da fábrica, no caso em discussão, com maior ênfase ainda a partir de 1998, agiu na verdade, sobre fatos já consumados. Um tipo de ação marcadamente reagente, reveladora do caráter defensivo assumido pela representação trabalhista diante da ofensiva do capital, conforme sugere Alves (2000).

Cabe ainda ressaltar que o propositivismo, entendido, como sendo uma forma de ação sindical defensiva (Alves, 2000), ao procurar desconsiderar os antagonismos de classe na produção, corroborou para que a representação trabalhista, no caso da MBB-ABC, através das inúmeras negociações realizadas, ao fim, e apesar das críticas ao neoliberalismo, quando aceitou por em pauta um conjunto de reivindicações de caráter flexível, incorporou na prática os pressupostos neoliberais que, como indica Krein (1999)¹³, procurou justamente flexibilizar as “rígidas” relações de trabalho.

Neste contexto, tanto de mutações relacionadas aos aspectos organizacionais da produção em si – Grupos de Trabalho, Manufatura celular e Kaizen, mas, também, da construção de uma “nova relação contratual” entre capital e trabalho, uma trajetória de mudanças, que nos interessa apreender e apontar algumas das tendências verificadas na MBB-ABC, relacionadas ao processo de reestruturação da empresa.

¹³ Em seu estudo sobre reforma da legislação do trabalho no Brasil. Krein (1999) afirma que, na segunda metade dos anos 90, foi com o uso de Medidas Provisórias que se instituiu, por exemplo, o PLR (1994 a 1999), Trabalho Temporário (1996), Trabalho por Tempo Determinado (1998), Trabalho em tempo Parcial (1998), Banco de Horas (1998), Suspensão do Contrato de Trabalho (1998), (at alli, Martins, 179:2000). As negociações descentralizadas, desenvolvidas na MBB-ABC, abre a possibilidade, de se argumentar que a postura sindical propositiva adotada nesta empresa, na prática, representou a flexibilização da CLT.

CAPÍTULO III – SINDICALISMO PROPOSITIVO: ALCANCES E LIMITES

3.1 Participação e influência

No capítulo anterior, procuramos demonstrar que os anos 90 singularizaram-se pela gestação/implementação, entre os metalúrgicos do ABC, de um novo padrão sindical, assentado numa postura mais propositiva e cooperativa do trabalho, em relação ao processo de reestruturação produtiva. Dessa maneira, do ponto de vista da ação sindical, coadunada à lógica participativa, assistimos a uma inflexão, que se traduziu na tendência à secundarização das práticas conflitivas desenvolvidas nos anos 80.

Expressão desse processo, procurando agir na definição/execução dos novos paradigmas produtivos (Bresciani, 2000), o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC passou a apostar, na constituição de um novo tipo de sindicalismo, cuja orientação privilegiou a constituição de mecanismos de negociação/participação pautando-se na convivência democrática no reconhecimento e respeito mútuo, entre capital e trabalho. Um novo padrão sindical coadunado aos pressupostos políticos, econômicos e ideológicos, da *concertação sindical*. Nesse caso, o processo de negociações na MBB-ABC, constituiu-se como sendo um caso paradigmático.

Por outro lado, ainda que privilegiando a constituição de um sindicalismo propositivo, para se impor, enquanto novo paradigma, no seu desenvolvimento e na sua dinâmica, deparou-se com resistências. A recusa inicial da MBB-ABC e

posterior reconhecimento do sindicato, enquanto interlocutor nas discussões e no curso da reestruturação da fábrica, foi resultado dos embates e dos conflitos da representação trabalhista, contra o capital.

O que verificamos, inicialmente, no caso MBB-ABC, nos anos 1990/92, é que o reconhecimento desse emergente sindicalismo - ainda que propositivo - sua pressão para colocar-se enquanto representante do chão de fábrica nas negociações, o seu grau e tipo de influência no processo de reestruturação foi decidido no terreno da luta e da resistência operária:

“A Mercedes, como qualquer outra empresa percebeu a necessidade de reestruturar seu sistema de produção, mas ela tentou fazer isso de forma unilateral. Nós trabalhadores é que interferimos e propusemos a participação nessas mudanças de reestruturação. Forçamos a empresa a apresentar o projeto de reestruturação que ela tinha na época” (Dirigente sindical da MBB-ABC, 2002).

No segundo capítulo desse trabalho, preocupamo-nos em relativizar, contudo, a “influência” e o “controle” da Comissão de Fábrica, mostrando que a reestruturação da empresa, sua dinâmica obedeceu, em última instância, às novas necessidades do processo de valorização.

O novo é que suas múltiplas características, formas e efeitos, seguiram-se os traços, definidos pela produção flexível; uma necessidade imposta ao capital produtivo na época da mundialização como afirmou Chesnais (1996). No entanto, mesmo em se tratando de uma nova ofensiva do capital, foi necessário reconhecer, por outro lado, a influência e a participação ainda que relativa do trabalho no caso da MBB-ABC.

Evidenciou-se, através da fala desse dirigente sindical, não a recusa em se discutir a modernização da fábrica, mas sua oposição às mudanças *unilaterais*. Ao mesmo tempo, esse discurso sintonizado à tese da *concertação sindical*, indica uma certa capacidade de interferência da Comissão de Fábrica, em “garantir” que, de alguma forma, a reestruturação produtiva se desenvolvesse levando em conta um relativo grau de participação da representação sindical no processo de modernização da fábrica.

Se tomarmos a produção como espaço da disputa, a “zona do agrião”, nos termos de Bresciani (1997), adquirir o direito de negociar pressupõe travar uma luta na qual o reconhecimento, enquanto interlocutor requer, e impõe, como pré-requisito, a demonstração da capacidade de organização e de pressão do mundo do trabalho; uma condição *sine qua non*, para se contrapor à nova ofensiva do capital. Um reconhecimento, cujo alcance e interferência no processo de reestruturação, ainda que de caráter relativo, se desenvolveu em meio a conflitos. A esse respeito torna-se ilustrativa a fala de outro dirigente sindical da MBB-ABC quando reconstituiu as pressões operárias para quebrar a resistência da empresa em relação a práxis propositiva:

“A idéia da empresa no início era o seguinte, o discurso era: “a empresa muda ou fecha”. Num primeiro momento ela pretendia excluir o sindicato, dizia que a gestão pertence à empresa [...] quando a empresa tentava fazer modificação, colocar o cara para operar várias máquinas, mudar o cara de posto de trabalho, os trabalhadores se recusavam e falavam: “olha, até queremos fazer, mas primeiro acerta com o sindicato. Faz um acordo com o sindicato, na hora que tiver acordado a gente participa do processo” [...] quando a empresa percebeu que, ela não faria as modificações sem negociar, então aí já no início de 1991/92, ela começa a chamar o sindicato pra

negociar, começa as negociações” (Dirigente sindical da MBB-ABC,2002).

De imediato, o que fica patente na fala deste sindicalista é a reafirmação da exigência que se faça consultas prévias à Comissão de Fábrica, antes de se implementar medidas no sentido de reestruturá-la. O direito de interferir e negociar os termos das mudanças, não só permanece como exigência, como também, é elevada a condição de signo, de razão motivadora da ação sindical propositiva. Porém, sua fala quando se refere ao comportamento operário de negação e resistência às mudanças unilaterais, deixa transparecer a forte presença do sindicato na empresa.

Se houve algum tipo de participação e interferência no processo de mudança, como demonstram os inúmeros acordos realizados entre representação sindical e empresa e se a reestruturação tomou, a partir de 1992, uma forma negociada, isto se deve, em grande medida, à capacidade organizativa da representação sindical presente no local de trabalho.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC caracterizou-se por ser uma entidade sindical cujo processo de inserção, particularmente nas empresas montadoras, deu-se com base nas históricas lutas de resistência do moderno operariado. Um processo que remonta às origens do sindicalismo combativo conforme demonstramos no primeiro capítulo. Se, ainda hoje, é possível encontrar na maioria das indústrias automobilísticas do ABC, Comissões de Fábrica, trata-se de uma conquista do operariado construída ao longo dos últimos vinte anos:

“Acho que dado o momento histórico, o momento é esse da negociação [...] a partir do instante em que a via da

negociação não dá mais vamos partir pra outro tipo de organização. Porque pra ter negociação já tem todo um processo anterior ai que é a organização dos trabalhadores” (Dirigente sindical da MBB-AB, 2002).

É importante ressaltar que no caso da MBB-ABC, a Comissão de Fábrica (fundada durante a greve de 1985) não só é reconhecida estatutariamente pela empresa, como também do ponto de vista organizativo. A Comissão, além do seu escritório central, dispõe de salas nos diferentes setores de trabalho. Como em outra montadoras, sua presença é reputada como de fundamental importância pelo operariado:

“A comissão de fábrica aqui dentro, nas montadoras de um modo geral tem um peso enorme porque nada se negocia sem a comissão de fábrica. Tudo o que vai se passar aqui, tudo que vai acontecer a Comissão de Fábrica tem um peso enorme [...] ninguém hoje assina nada sem passar pela comissão”.

Outro depoimento reafirma essa percepção:

“Pra começar, as mudanças dentro da empresa hoje, com o sindicato forte [...] tem que ter a liberdade do sindicato [...] a Comissão de Fábrica é muito importante dentro de uma empresa, principalmente aqui no ABC” (Entrevistas com quadros operários, realizadas em 2002).

Portanto, é a partir de sua inserção, dessa sua estrutura organizativa fincada no local de trabalho que a Comissão de Fábrica impôs-se, não só como interlocutora, mas também garantiu sua participação no processo de reestruturação da empresa. Nessa medida, tanto conseguiu assegurar um certo grau de interferência, como negociar contrapartidas, conforme veremos mais à frente.

Nesse sentido, ganha validade a tese de Previtalli (2002) de que no processo de mudanças da fábrica, essa interferência sindical, mesmo que seguindo uma perspectiva participativa, pode ser concebida como sendo práticas que ergueram resistências, colocaram obstáculos a um desenvolvimento unilateral do processo de reestruturação.

Contudo, se por um lado, urge reconhecer o desenvolvimento das negociações na MBB-ABC, como sendo em parte, expressão da indiscutível capacidade organizativa do operariado metalúrgico, do seu correspondente poder de pressão e do enraizamento daquela direção sindical no chão da fábrica; Por outro, é necessário considerar que o processo de reestruturação da MBB-ABC, pautado na busca permanente da empresa em se manter enquanto empresa moderna, competitiva, enxuta e flexível, num setor altamente competitivo como o automobilístico, implicou sob vários aspectos, para o próprio capital, em repensar na constituição de uma “nova” fábrica. Esta teve que se pautar não só por novas técnicas produtivas, mas repensar sua relação com o pessoal da fábrica.

Após dez anos do início do processo de reestruturação, a empresa rejubila-se de suas conquistas:

“Seguimos investindo fortemente na qualificação de nossas equipes [...] preocupa-nos construir um ambiente de trabalho cada dia mais motivador, valorizando aspectos como qualidade de vida, trabalho em equipe e valorização profissional [...] a Mercedes Benz é a única hoje, no Brasil, a oferecer uma linha completa de caminhões com motores eletrônicos”¹⁴.

¹⁴ Relatório Social Anual de 2001. Outros mecanismos relacionados a diferentes formas de envolvimento, foram desenvolvidos pela empresa: o banco de sugestões, a semi-autonomia na produção, o PLR, o projeto “Queremos Ouvi-lo” que consistiram no preenchimento de um questionário por todos operários que, anonimamente, avaliaram as diversas políticas, em diferentes

De fato, a MBB-ABC viu-se compelida a enfrentar a crescente competitividade do setor automotivo. Sintomático dessa tendência é que das 53 unidades produtivas, existentes hoje no país, 27 dessas empresas foram inauguradas entre 1996-2002 (Anuário Estatístico da Anfavea de 2002).

No caso da MBB-ABC, ao iniciar seu projeto de reestruturação em 1990 e, de forma negociada a partir de 1992, na condição de grupo transnacional com fábricas espalhadas em 21 países do globo, agiu tendo a exata dimensão do que representaram as novas formas de disputa no mercado mundial. Passados dez da reestruturação, no seu informativo *Nós*, a empresa, pôde jactar-se de: “chegamos no ano de 2002 com a marca Mercedes Benz em mais de 30 países” (*Nós*, 2002:7).

Porém, quando analisamos o discurso da empresa, exposto acima, evidencia-se algumas de suas novas diretrizes. Notamos que, refletindo a implementação das mudanças, na reconfiguração da “nova fábrica”, como parte de sua reestruturação, procurou-se constituir formas de relacionamentos, visando a reduzir, os conflitos inerentes à relação entre capital e trabalho. Concomitantemente à consolidação dos novos paradigmas produtivos, ganhou força, no interior da empresa, a idéia da “adesão”, do “envolvimento” e da “participação” operária; elementos essenciais à implementação da flexibilidade de cariz toyotista, uma condição fundamental para a empresa manter sua competitividade no mercado.

níveis, promovidas pela empresa. O Projeto “Mão na Massa” que consistiu na visita a orfanatos, asilos.



Nesse sentido é que ganha importância a idéia do envolvimento, enquanto um dos pressuposto nos quais as empresas se apóiam, objetivando criar um terreno propício para que, no âmbito da produção, venham a se desenvolver inúmeras ações pró-ativas, não só do operário individualmente, mas também e, inclusive, das entidades sindicais:

“Em todo caso, é esse um ponto sobre o qual gostaríamos de insistir, parece-nos essencial compreender que a introdução do sistema [...] só pode ser feita após reorganização em profundidade do sindicalismo, e após um jogo complexo de contrapartidas regrando as relações industriais” (Coriat, 1994:46).

No processo de reestruturação patenteia-se a necessidade do capital de se criar um novo e imperioso parâmetro, na sua relação cotidiana, com o mundo do trabalho. A hegemonia do sistema flexível, de acordo com Coriat, requer uma atmosfera de adesão, o que pressupõe envolvimento e cooperação dos trabalhadores, sugerindo que, nos casos onde existe uma forte e tradicional organização operária, sindicatos representativos, torna-se necessário a instituição de uma relação “pactuada” entre capital e trabalho.

Numa perspectiva crítica, Santos (2001) mostra que, na sua fase inicial o toyotismo japonês - paradigma da flexibilidade na produção - se apoiou no tripé formado pelo: emprego vitalício, um sistema de progressão salarial e no sindicalismo de empresa. Através desses incentivos, procurava-se criar uma atmosfera de maior adesão e envolvimento operário aos projetos das empresas. Porém, a partir da crise de acumulação verificada nas grandes corporações



japonesas nos anos 90, o capital se viu impossibilitado em manter esse conjunto de “concessões”.

Teixeira (1998), referindo-se também, ao processo de reestruturação no Japão e à relação do capital com o movimento sindical nesse processo, mais especificamente, à derrota do sindicalismo combativo, ou melhor, sua supressão por um sindicalismo pró-ativo, indica que:

“As técnicas de produção na terra do sol nascente [...] estão mergulhadas num compromisso social que exige uma total reestruturação dos sindicatos, que terão que esquecer e abandonar suas antigas regras de negociação, nas quais os conflitos entre capital e trabalho eram decididos por meio de greves. No lugar do conflito, as técnicas japonesas de gestão exigem regras pactuadas de negociação, em que as partes contratantes devem se reconhecer reciprocamente como parceiros de um projeto comum de sociedade” (Teixeira, 1998:37).

Neste caso, reconhecer a influência do sindicalismo propositivo no processo de reestruturação, significa entendê-lo como sendo de um valor limitado na medida em que sua ação pró-ativa é “prevista”, “induzida”, torna-se parte constituinte desse processo de mudanças movidas pelo capital. Nesse sentido, devemos relativizar seu papel e influência já que tanto a dinâmica como a forma da reestruturação se mantém, em última instância, sob controle do capital.

Contudo, se é de interesse do capital envolver, criar mecanismos e formas de adesão operária ao seu projeto de reestruturação, é importante notar que o grau e o teor da nova forma de exploração da força de trabalho que emergem da empresa reestruturada, vincula-se diretamente à capacidade dos

sindicatos, ainda que propositivos, em impor limites a nova forma de acumulação. Nesse sentido, devemos reconhecer a positividade das práticas sindicais como às desenvolvidas na MBB-ABC ao conseguir, negociar algumas contrapartidas ou impor algum tipo de resistências no processo de reestruturação (Previtali, 2002), conforme veremos mais à frente. E ainda mais, a aparente “contradição” adesão/resistência, mais do que uma situação paradoxal revela a permanência, no âmbito da produção, dos interesses antagônicos que não se dissolvem nas práticas sindicais propositivas.

Portanto, parece-nos, fundamental abordar as ações sindicais cooperativas/participativas, sem perder de vista o caráter ontológico da relação capital/trabalho. As compreendemos, como sendo resultantes das próprias circunstâncias históricas. Dessa forma, podemos, conforme veremos a seguir, apontar alguns dos alcances e dos limites das práticas propositivas, tal qual aquelas desenvolvidas na MBB-ABC.

3.2 Alcances e limites do propositivismo

Se, com a abertura econômica, a constituição da Autolatina em 1990, a inauguração da WV caminhões de Rezende em 1995, a MBB-ABC viu-se ameaçada na posição de líder no mercado brasileiro, após o desencadeamento



do seu processo de reestruturação, podemos dizer que a empresa conseguiu manter sua liderança, conforme nos mostra o quadro abaixo:

Produção e venda de veículos de transportes no mercado brasileiro

Empresa	Caminhões	Ônibus	Total
Mercedes Benz	21.135	8.131	29.266
Ford do Brasil	13.114	-	13.114
GM	3.923	-	3.923
Iveco Mercosul	3.209	142	3.351
WV do Brasil	17.844	3.991	21.835
Scania do Brasil	5.428	853	6.281
Volvo do Brasil	4.209	514	4.723

Fonte: Anuário Estatístico da Anfavea, 2002*.

*Principais empresas que atuam na produção e comercialização**.

**Os Veículos de Transporte são divididos em: Veículos Leves, Médios, Semi-Pesados, Pesados, Extra-Pesados, Plataformas de ônibus e Máquinas Agrícolas. No caso da Mercedes a empresa concentra sua atuação nos segmentos de caminhões e plataforma de ônibus. Para aspectos técnicos mais detalhados sobre os diferentes tipos de Veículos de Transporte ver: Brasciani (2000).

Observando o quadro acima, é notória a supremacia da MBB-ABC, nos segmentos de caminhões e plataformas. Analisando a produção de caminhões, por exemplo, verificamos uma substancial diferença de 2.291, em favor da MBB-ABC, quando comparada sua produção e venda à concorrente situada na segunda posição. No segmento de ônibus, a diferença aumenta para 4.140 veículos produzidos e vendidos.

A partir daí, é possível dizemos que, se o processo de reestruturação da empresa nos anos 90 traçou, como meta inicial, a manutenção de sua hegemonia no mercado, cumpriu seu objetivo, sua supremacia foi mantida. Sintomática, a manifestação da empresa quando afirma para o conjunto de seus “colaboradores” que:

“Com base nessa liderança e em nossa vocação inovadora, seguimos antecipando tendências do mercado [...] este círculo permanente de crescimento que nos dá confiança para trilhar nosso caminho com segurança e visão de alcance” (Relatório Social 2001) ¹⁵.

Por outro lado, como parte desse processo de mudanças uma série benefícios trabalhistas, de forma negociada, emergem como contrapartidas. Aquilo que, para nós, constitui-se como sendo alcances do sindicalismo propositivo na reestruturação da empresa. Pode-se arrolar os direitos mantidos ou conquistados; a assistência médica, transporte, alimentação, auxílio educação para cursos que vão desde o ensino fundamental até o curso superior e de idiomas, seguro de vida, seguro de acidentes pessoais, lazer, empréstimos de veículos, auxílio creche, indenização por morte ou invalidez (Custos e Benefícios, informativo Recursos Humanos: janeiro de 2002).

A positividade dessas contrapartidas é dada quando vemos, como demonstramos ao final do capítulo anterior, intensificar nos anos 90, a flexibilização das leis trabalhistas (Martins, 2000). Esta objetivou reduzir ou, até mesmo pela eliminar garantias trabalhistas, ainda que sob amparo legal, via CLT. Neste contexto de ofensiva capitalista, a manutenção de antigos benefícios e a conquista de novos, conforme se deu no caso MBB-ABC, podem ser tidos como resultados positivos. Refletem a inserção e a influência

¹⁵Neste mesmo relatório verificamos a divulgação de uma série de novos produtos lançados pela empresa: o caminhão médio L-1212 e os semi-pesados L-1418 / L-1622, o extrapesado 1922S. Sete novos modelos de plataformas de ônibus com destaque para a linha 0-500U.

“relativa” do mundo trabalho, particularmente, a Comissão de Fábrica. Essa positividade é realçada pelo próprio operário:

“As principais mudanças são a questão da entrada em cena do que eles chamam de valorização do humano”.

De forma mais direta, outro operário valoriza conquistas relativas à melhora das condições de vida, transporte, saúde e lazer:

“Bem ou mal você tem um restaurante de qualidade na empresa, o clube, os convênios médicos, o ônibus, etc...”
(Entrevistas realizadas com operários em 2002).

Um outro ponto crucial nesse processo de reestruturação é a questão do valor da remuneração direta. A ausência das campanhas salariais massivas do conjunto da categoria tende a não só enfraquecer os laços de solidariedade operária, como, a não ocorrência de movimentos unitários traz fortes rebatimentos no plano da consciência, ainda que contingente da classe.

Como tendência, acentua-se a fragmentação, repercutindo negativamente, inclusive, nos próprios ganhos salariais, conforme analisa Galvão (1996). Talvez seja essa a razão pela qual, na própria MBB-ABC, onde historicamente os salários diretos adquiriram valores maiores se comparados às outras montadoras do ABC,¹⁶ que encontramos críticas à política salarial da empresa e seus elevados lucros:

“As reivindicações nossas sempre foram aumentos salariais e melhores condições de trabalho [...] o salário é pouco pelo que nós fazemos [...] agora pra empresa sim,

¹⁶ De acordo com o Relatório Social da MBB-ABC de 2001, o salário médio das montadoras no Brasil, situam-se em torno de R\$ 1.950,45. Já, nas empresas do grupo Daimler Chysler a média salarial é de R\$ 2.283,63 .

é um grande negócio, ela teve um lucro absurdo”
(Entrevista realizada em 07/2002).

Nota-se que, apesar da reestruturação negociada, das transformações tanto técnicas como organizacionais por que passou a fábrica nesses últimos anos, quando focadas questões como a dos salários diretos esse tende, mesmo após a reestruturação da fábrica a persistir como um eterno problema. Uma permanente reivindicação, que remonta as lutas travadas pelos metalúrgicos do ABC, as inúmeras manifestações e greves conforme demonstramos em nosso primeiro capítulo.

A participação da Comissão de Fábrica no processo de reestruturação, todavia, permitiu que se negociasse outras formas de salários indiretos, como o acordo do PLR. Neste caso, quando comparadas às percepções operárias relativas aos ganhos salariais diretos e o valor salarial obtido com base na remuneração indireta, é possível encontrar nas falas operárias opiniões que relativizam suas críticas:

“É um pensamento que eu tento retratar de lá, quando a gente pensa que a situação econômica está bem ruim e a Comissão tem uma negociação com a empresa que permite que o décimo terceiro metade seja pago entre março e abril. A primeira parte do PLR (Participação nos Lucros e Resultados) em junho, a outra parte no final do ano, e mais algum adiantamento entre o ano [...] toda essa negociação a cada três meses, mesmo você não tendo aumento real de salário, mas você tendo mais algum pra gastar, isso é um resultado, não tem como negar! Eu acho que isso é um ponto positivo” (Entrevista realizada com operário da MBB-ABC em 07/2002).

O chão da fábrica é, contudo, um espaço, para além da produção material em si, é o local onde se materializa, onde se corporifica a essência da relação

capital/trabalho. Partindo desse ponto de vista, se procurarmos focar a essência dessa relação parece-nos que, independente das negociações ou das influências das instituições sindicais como o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em última instância, a força que lhes confere o “direito” de negociar reafirma, outros tipos de “direitos” antagônicos aos seus, os do capital. Nisso, pensamos residir o limite essencial do sindicalismo, e particularmente do padrão propositivo.

Marx, ao estudar os fundamentos nos quais se apóiam os “direitos” do capital e do trabalho na sociedade capitalista, foi ao âmago da questão ao indicar:

“O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, incorpora fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. Do seu ponto de vista, o produto do trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho que só pode consumir adicionando-lhes meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre outras coisas que comprou, entre outras coisas que lhes pertencem” (Marx, 1968:210).

Partindo da premissa de Marx de que a produção capitalista é a produção de mais valia, vemos que:

“[...] esta pressupõe que a jornada de trabalho esteja dividida em trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar-se o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais valia absoluta gira em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais” (Marx, 1968:585).



Neste caso, ao negociar benefícios, aumento de salários ou mesmo o processo de reestruturação produtiva, o padrão de ação sindical propositivo pode contribuir para que se dissimule, em nome de negociar os “direitos”, a exploração do trabalho fundada nessa relação. Ou seja, mormente aos “direitos” do trabalho se reafirma implicitamente o direito do capital.

Após uma década do processo de reestruturação produtiva na MBB-ABC, apesar das garantias sociais e salariais asseguradas nos inúmeros ACTs assinados, nota-se a permanência latente, ainda que de forma submersa, da contradição intrínseca à relação capital e trabalho:

“[...]não vou falar para você que não foi uma coisa que ela não melhorou. Em aspecto visual, em aspecto de trabalho ela melhorou, mas só que quem pagou o preço fomos nós [...] Ela trabalha nesse sentido, ela vê o lado dela, da empresa, não viu o lado do trabalhador [...] hoje é produção, produção. Ela diz que se preocupa com o homem em si, mas ela não tem essa preocupação não, ela vê você só pra lucro [...] pra Mercedes nós somos uma mão-de-obra que não tem valor algum” (entrevista realizada em 2002).

Na fala acima, é notória a presença dessa contradição. Podemos então, sugerir que o propositivismo ao buscar constituir “parcerias” com o capital, contribui para que, essa consciência situada no nível contingente, não se desenvolve no sentido de aflorar a consciência necessária, contraposta tanto política como ideologicamente ao capital de acordo com Mészáros (1995).

O entrevistado afirma e reconhece ter havido mudanças importantes relacionadas a melhorias nas condições de trabalho, por outro lado, quando afirma que a “*empresa só vê produção, produção*”, denuncia a tendência ao aumento

tanto do ritmo como da intensidade do trabalho. Sua consciência contingente sugere que a reestruturação produtiva atendeu principalmente ao interesses do capital: *“não vou falar para você que foi uma coisa que ela não melhorou. Em aspecto visual, em aspecto de trabalho e ela melhorou, mas só que quem pagou o preço somos nós”*. Essa sensação paradoxal de sensíveis melhorias em algumas condições no trabalho, contrapostas, à intensificação e prolongamento da jornada de trabalho, conforme fala de outro operário:

“[...] eu acho que a influência se deu pelo seguinte. Primeiro, mudou fisicamente é nós vivíamos numa situação eu creio [...] que os trabalhadores tinham mais esforço físico e a distribuição física da empresas entre carrinhos e locais para se buscar peças, um ficava no lado norte, outro no lado sul da empresa. O trabalhador tinha que andar mais, tinha que levar de lado pro outro as coisas, primeiro isso foi mudando. Isso foi cópia do que já existia na Europa, no Japão, é como já se vivia na Mercedes matriz. Então primeiro essa questão física da forma da produção [...] com isso teve melhorias sim, tem caso de pessoas que tinham tendinite, tudo porque não tinha equipamentos para carregar algumas peças [...] daí houve melhoria no mecanismo. Isso já foi diminuindo o absenteísmo, diminuindo a procura ao médico, o atrito da empresa com as pessoas que tinham que ir para a Caixa [...] que entravam com processo contra a empresa. Primeira coisa mudou esse quadro, você vê que as pessoas estão melhores fisicamente [...] “Eu acho que o mais negativo nessa história toda é que parece que a gente trabalha 40 horas dentro da fábrica e tem que trabalhar mais ainda, mais do que 40 horas”.

A reestruturação, em muitos casos, se traduziu como um desafio ao operário que se viu compelido a assumir novas funções, tarefas:

“Nessas mudanças [...] eu era operador de máquinas, hoje sou obrigado a operar, preparar, controlar e fazer TPM (manutenção preventiva total) que são pequenos reparos... hoje você tem que fazer tudo” (Entrevistas realizadas em 2002).

Essa dicotomia encontrada no processo de produção pautada pelos novos paradigmas flexíveis, um processo movido pela necessidade de maior produtividade e melhor qualidade, em essência parecem reafirmar a natureza do modo de produção que, para Marx; *“a produção capitalista não é apenas a produção de mercadorias ela é essencialmente produção da mais valia”* (Marx, 1968:584).

Tendo essa assertiva marxiana como ponto de referência, é possível considerar que as ações sindicais propositivas e suas novas formas de resistências como a operação *Kinder Ovo*, conseguem, no máximo, negociar contrapartidas, conforme demonstramos. Não é capaz, e nem se propõe, a fazer uma oposição negadora do capital na produção.

Neste caso, ganha validade a tese de Marx de ser os sindicatos organizações operárias incorporadas à sociabilidade capitalista. Por isso, conseguem, no limite, reivindicar melhorias, mas sem necessariamente contrapor-se ou questionar radicalmente a natureza antagônica das relações impostas pelo modo capitalista de produção (Marx, 1988).

Notamos, portanto, que a tendência contemporânea, mais especificamente no ABC, diante do processo de reestruturação produtiva, é promover a modernização industrial cooptando através do processo negocial o trabalho. Do ponto de vista sindical, o propositivismo tende a apostar em um novo perfil de sindicalismo apoiado em novos quadros operários que emergem dessa nova classe operária oriunda da fábrica reestruturada.



3.3 MBB-ABC , uma nova fábrica

Quando focarmos o perfil operário encontrado no grupo MBB, a partir de 1989, temos como referência o início do processo de reestruturação produtiva desencadeada nas suas empresas (ABC, Campinas).

Passados doze anos, as antigas características referentes ao perfil dominante dos operários do grupo em 2000, e mais especificamente, o perfil operário encontrado na MBB-ABC em 2001, como resultado dessas inúmeras transformações, têm-se um processo marcado pela emergência de uma nova e peculiar classe operária no que diz respeito à escolaridade, idade, qualificação profissional.

Vinculada a esse processo transformador, podemos inicialmente destacar a disseminação entre os trabalhadores do grupo e, em particular no ABC, da valorização do ensino formal como condição do moderno aperfeiçoamento profissional.

A melhoria da escolaridade como um pressuposto para a manutenção do emprego ou adequação às novas de trabalho, tem sido introjetada à mentalidade operária pelo capital, contribuindo para a elevação, de forma considerável, do nível de formação:



Nível de escolaridade no grupo Daimler Chrysler do Brasil (1989 a 2001)

Nível Em 1989	Ano de 1989 Nº total	Ano de 1989 Em %	Nível Em 2000	Ano de 2000 Nº total	Ano de 2000 Em %	Ano de 2001 Nº total MBB-ABC	Ano de 2001 Em % MBB-ABC
1º grau	15.841	72,6	Ensino fund. Incom.	2.341	23,2 (a)	1.468	14,2 (e)
2º grau	3.267	14,9	Ensino fund. Comp.	1.782	17,6 (b)	2.454	23,8 (f)
Curso superior	2.700	12,3	Ensino Méd. Incom.	1.040	10,3 (c)	1.104	10,7 (g)
Mais de onze anos de estudo (14,9+12,3= 27,2%)			Ensino Méd. Comp.	2.217	21,9 (d)	2.372	23,0 (h)
			Superior Incom.	549	5,4	2.218	21,5
			Superior Comp.	2.159	21,4	664	6,4

Fonte: Relatório Social do grupo Daimler Chrysler dos anos 1989, 2000 e 2001.

Quando nos atemos aos dados referentes aos novos níveis de escolaridade, o que de imediato nos chama a atenção é o fato de 72,6% dos funcionários do grupo Mercedes, incluindo a área administrativa, terem no ano de 1989, no máximo até oito anos de estudo formal, sugerindo que, se fosse possível rastrear os operários diretamente vinculados à produção, os números provavelmente apresentariam índices acima dos 72,6%.

A tabela ainda nos mostra que os 27,2% dos que haviam frequentado alguma instituição de ensino formal por mais de 11 anos, poderia ser considerada uma taxa relativamente baixa. Estaríamos, portanto, diante de uma fábrica de clássica composição fordista, onde a baixa frequência no ensino formal, verificada entre os funcionários produtivos diretos, em geral, era compensada pelos cursos profissionalizantes, geralmente, fornecidos por instituições, como o Senai ou escolas técnicas (Rodrigues, 1970; Humphrey, s/d).

Porém, passados doze anos de permanentes mudanças, o que nos interessa são as novas tendências que podem ser apreendidas através dos dados empíricos. É possível verificar, por exemplo, que, em 2000, os operários, com até oito anos de estudo formal, diminuem de 72,6% para 40,8% (a + b), enquanto aumentou de 14,9% para 32,2% (c+d), aqueles que possuem até onze anos de frequência escolar. Os com formação superior saltam de 12,3% chegando a 21,4% (de 21.808 cai para 12.672 o nº de funcionários do grupo), quase o dobro dos números encontrados em 1989. Focalizando esses dados, podemos dizer que a reestruturação forçou aqueles que permaneceram nas fábricas do grupo Daimler Chrysler, a ingressarem nas escolas de nível médio ou a universidade.

Contudo, as transformações em relação ao nível de escolaridade têm outras dimensões. Refletindo uma permanente necessidade de mudanças, a continuidade do processo de reestruturação, mais especificamente da MBB-ABC, implicou, se analisarmos cuidadosamente a tabela, numa intensa “correria”, em direção aos estudos. Emblemático é que, quando consideramos o curto prazo que separa os anos de 2000 a 2001, verificamos que diminuiu em



2,8% (a+b - e+f) os que têm até oito anos de estudo formal, aumentando em 1,5% (c+d - g+h) os com até onze anos de escolaridade. Mas, o que de fato chama mesmo a atenção é o aumento substancial da taxa daqueles que buscaram o ensino superior, saltando de 5,4% para 21,5% os que passaram a frequentar algum curso universitário em 2001.

Essas tendências relativas ao nível de escolaridade na MBB-ABC são apreendidas no chão da fábrica, com acuidade, conforme atesta um dos operários entrevistados:

“Olha só, no passado você tinha aquele metalúrgico, no ditado popular era catado a laço, hoje a contratação você tem quer ter o 2º grau e está cursando inglês. É o mínimo que a empresa exige pra você entrar”.

Essa mesma percepção é compartilhada por outro quadro operário, quando se associa “o novo perfil operário” aos novos desafios sindicais:

“não tem mais aquele negócio de pegar um trabalhador burro...não existe mais isso. Existe um pessoal bem politizado, bem preparado pra enfrentar a situação de acordo com que é imposta naquele momento”.

Contudo, essa busca de instrução deve ser entendida, como parte das múltiplas contradições e necessidades que marcam o processo de reestruturação. Ao nosso ver, não se deve ignorar a importância e o caráter emancipatório que reveste o gesto, a ida dos operários à escola ou às universidades. Porém, o estudo posto como uma necessidade vinculada unicamente aos objetivos da produção tende a reproduzir novos estranhamentos somados aos já postos pela sociabilidade capitalista.

É por isso que, há momentos em que o estudo é visto pelos próprios operários como uma atitude positiva, enquanto em outros, encarado de forma negativa, ou até como uma capitulação à política de reestruturação. Essa posição aparece, principalmente entre os operários mais antigos. Por isso, torna-se emblemática a fala de um dirigente da juventude metalúrgica do ABC:

“O jovem está de cabeça cheia hoje em dia...ele levanta as 4:30 da manhã para trabalhar, sai as 15:00 horas da fábrica, chega as 16:00 horas em casa vai tomar banho vai pegar material vai jantar e vai direto para a faculdade, chega a meia noite da faculdade. No sábado faz o inglês, faz o alemão, ou ainda estuda, é meu caso né. Então ele está passando por algumas coisas...uma cobrança muito forte de toda sociedade, até dos próprios pais já que tem muitos pais que tem filhos aqui na empresa. Então o próprio pai cobra do filho dele: “filho, ó, você tem que estudar...você tem que fazer isso... ó, você tem futuro aqui dentro da empresa”. Então acho que tem uma cobrança muito forte de toda sociedade. Acho que é uma questão estrutural até...que cobra esse jovem pra ele ser assim”(Entrevista realizada em 2002).

Notamos uma contradição viva. O pai operário, em geral, bastante reticente quanto a sua volta aos estudos, cobra do filho uma postura exatamente oposta. O próprio sindicato ao oferecer cursos de qualificação profissional, sem esclarecer seu verdadeiro “sentido”, sem os diferenciar dos inúmeros oferecidos no “mercado de ensino”, colabora para o aprofundamento desse tipo de estranhamento engendrado no mundo do trabalho.

Creemos, portanto, ser impossível não reconhecer que houve significativas mudanças no grau de instrução dos operários. Da mesma forma, é fundamental apontar que a melhoria, no nível de escolaridade, relaciona-se, de forma estrita, ao

aprimoramento da qualificação profissional. É o que nos mostra a tabela logo abaixo.

Qualificação nos grupo Daimler Chrysler nos anos 1989,2000 e 2001

Ano de 1989 (níveis)	Ano de 1989 Nº total	Ano de 1989 Em %	Ano de 2000 (níveis)	Nº total em 2000	Ano de 2000 em %	Ano de 2001 Nº total MBB-ABC	Ano de 2001 em % MBB-ABC
chefias	1.610	7,3	executivos	552	4,3	425	4,1
especializados	6.740	30,9	Tecnic/ adm.	3.679	29,0	2.936	28,5
qualificados	10.660	48,8	operadores	8.192	64,6	6.684	65,0
Semi- qualificados	2.199	10,0	aprendizes	249	1,9	235	2,2
aprendizes	599	2,7	----	----	----	----	----

Fonte: Relatório Social do grupo Daimler Chrysler dos anos 1989, 2000 e 2001.

* Com a reestruturação das empresas do grupo Daimler Chrysler, os relatórios anuais assumiram formas mais detalhadas, com vistas a um melhor acompanhamento do processo de mudanças. É o que ocorre com relação as antigas nomenclaturas, definidoras do nível de qualificação profissional, até e após 1989.

De imediato, ao olharmos para o quadro acima, verificamos uma importante alteração na divisão dos níveis de qualificação, nos últimos anos. Contudo, a tabela nos mostra, só aparentemente, se refere às novas nomenclaturas ou designações, na definição do grau de qualificação profissional dos operários, em substituição ao velho padrão de referência vertical fordista. Até porque as nomenclaturas refletem algo de novo. Seu teor ganha maior significação, quando

notamos que sua vinculação ao processo de reestruturação é marcado pela busca incessante da empresa em cumprir dois objetivos estratégicos.

1-) A nova nomenclatura não só reflete cortes no número de funcionários não produtivos diretos como veremos mais a frente, como implicou na eliminação de cargos de chefias, gerências e pessoal administrativo. A reestruturação afetou a antiga estrutura profissional de trabalho e de mando. Sugerindo que, como parte das mudanças a semi-autonomia verificada nos grupos de trabalho - uma “concessão” do capital - resultou no relativo enfraquecimento das antigas chefias “fordistas” no interior da fábrica. A esse respeito, um operário comenta:

“Uma coisa positiva é a mudança da chefia que não pode ser mais autoritária. Com isso, as pessoas passaram a denunciar, hoje a chefia tem que pensar bastante no que vai falar. Hoje os trabalhadores sentem menos pressão direta da chefia e denuncia algo que está muito ruim pra Comissão de Fábrica” (Entrevista realizada em 2002).

2-) Ao mesmo tempo, a nova estrutura mais enxuta, horizontalizada, mais leve e transparente, parece coadunar-se à busca de uma atmosfera no chão da fábrica propícia à germinação e a disseminação da idéia de adesão/colaboração. Um objetivo não só desejado, mas incessantemente perseguido pela empresa, conforme já salientamos. E ainda, quando novamente se discute qualificação, dos seis diferentes níveis, encontrados no ano de 1989, em 2001 estes se reduziram a quatro.

Neste aspecto, o que se deu na MBB-ABC é similar à estratégia utilizada pela Nissam quando lançou seu primeiro carro na Inglaterra em 1986. Procurando

construir um consentimento capaz de gerar envolvimento operário ao seu projeto de mudanças, a empresa, segundo afirma Teixeira, tomou a seguinte iniciativa:

“Quando a Nissam lançou seu primeiro carro na Inglaterra, a mensagem de sua campanha publicitária vendia a idéia de uma fábrica onde não houvesse mais greves nem excesso de trabalhadores. Imaginava ver um mundo onde a *staff* administrativa vestisse a mesmas roupas que os trabalhadores da linha de montagem. Um mundo onde trabalhadores e gerentes pudessem reunir-se todos os dias para discutir como eles poderiam fazer melhor seu trabalho. Onde não se trabalhasse unicamente por dinheiro, mas, por prazer e orgulho” (Teixeira, 1998:34)

No caso da MBB-ABC, as novas nomenclaturas revelaram que, na “nova fábrica”, não há mais espaço para os não qualificados; ao contrário, ser qualificado é condição única para manter-se na empresa.

Na “nova fábrica”, não mais se discute grau de qualificação, o que se procura introjetar é a idéia de que, entre seus colaboradores, mesmo que atuando em áreas diferentes - os operadores, técnicos administrativos, executivos e aprendizes, todos, sem exceção, são parte de uma grande equipe; desempenham tarefas igualmente importantes, todos são “colaboradores”.

Portanto, os parâmetros, relacionados ao grau de qualificação na MBB-ABC, hoje, são outros. Leva-se, em consideração a escolaridade, a participação em diferentes cursos promovidos pela empresa ou fora dela, estudo das línguas estrangeiras, domínio do processo produtivo nas suas diversas e múltiplas fases de execução e, se possível, de elaboração.

Podemos, num certo sentido, apontar que, na fábrica do grupo MBB-ABC do século XXI, tornou-se anacrônico discutir quem é ou não qualificado.

O que se procura definir é quem cumpre o que, no processo produtivo. Quais são os aprendizes (2,2%), os operadores (65,5%), o pessoal técnico/administrativo (28,5%) os executivos (4,1%). Em outras palavras, estar na MBB-ABC significa ser qualificado, e ser qualificado é a condição para estar na MBB-ABC.

Segundo a empresa, os investimentos no treinamento de pessoal seguem uma curva ascendente. Foram realizados em 2001, por exemplo, 2.688 cursos de treinamento, um total de 614,3 mil horas computadas. Participaram 31.613 colaboradores, uma média per capita de 48,4 horas. Um custo que incluindo cursos no exterior, chegou a 8,8 milhões de reais. No plano de estímulo ao estudo formal foram investidos 3,7 milhões, perfazendo um total de 12,5 milhões de reais (Relatório Social do Grupo Daimler Chrysler de 2001).

Todavia, para que possamos apontar, de forma mais segura, as novas tendências e características relativas ao novo perfil operário que emerge da fábrica reestruturada, outros elementos ainda podem ser analisados. Nessa perspectiva, um item importante referente às mudanças nas empresas do grupo Daimler Chrysler, situa-se dentro de uma realidade, constatada tanto no operariado do grupo em geral, ou como na fábrica situada na região do ABC. De modo particular, diz respeito às alterações no tempo de empresa nos respectivos anos de 1989, 2000 e 20001:



Tempo de empresa dos funcionários do grupo Daimler Chrysler do Brasil

Em 1989 Tempo/quantum		Ano de 1989 Em %	Em 2000 (quantum)	Ano de 2000 Em %	Em 2001 (quantum) MBB-ABC	Ano de 2001 Em % MBB-ABC
De 1 até 5 anos	13.628	62,4	3.628	28,6	2.259	21,9
De 6 a 15 anos	5.691	26,0	5.252	41,4	4.680	45,5
De 16 a 25 anos	2.216	10,1	2.969	23,4	2.647	25,7
Mais 25 Anos	273	1,2	823	6,4	694	6,7

Fonte: Relatório Social do grupo Daimler Chrysler dos anos 1989, 2000 e 2001.

Ao focarmos o ano de 1989, verificamos que a maioria dos operários com até cinco anos de empresa, quase 3/4 ou 62,4% do total, constituíam a maioria absoluta do quadro funcional. Para nós, uma hipótese plausível, para esse elevado índice vincula-se à instabilidade política e econômica verificada na década de

1980. A alternância entre recessão e picos de crescimento leva a bruscas modificações nos índices de emprego/ desemprego, num curto espaço de tempo. Constituiu-se como um importante fator para a ocorrência de uma alta rotatividade da mão-de-obra, contribuindo assim, para a presença de um elevado número de operários com pouco tempo de empresa.

Todavia, passados onze anos, em 2000, o quadro se mostra bastante modificado ao vermos que, o número de operários do grupo Daimler Chrysler com tempo de “casa”, entre seis e quinze anos oscilou de 26,0 % para 41,4%. Considerando esses índices, é possível aferir que, no decorrer da transição da “antiga” para a “nova” fábrica, nos anos de 1989 e 2000, as empresas do grupo procuraram, ao reestruturar-se, conciliar a antiga experiência profissional “das tarefas parciais” fordistas, com a presença gradativa e, em número cada vez maior, de um perfil operário mais adaptado a empresa flexível.

É o que podemos concluir, quando verificamos que 28,6% dos operários do grupo, em 2000, tinham até cinco anos de empresa. Ou seja, foram contratados no período de 1996 a 2000. Uma tendência mantida na fábrica MBB-ABC em 2001, de acordo com a tabela.

Nesse sentido, a terminologia “pós-fordismo”, utilizada por Teixeira (1998) ao se referir à nova fábrica flexível, mostra-se ao nosso ver, não plenamente correta. O que pudemos verificar, em nossa pesquisa é que, ao promover as mudanças, o capital não desprezou, ao contrário, incorporou à fábrica reestruturada, o saber operário adquirido na fase fordista.

Este é sem dúvida, um tema que merece ser aprofundado, mas que não nos impede de apontar que no caso da MBB-ABC o que podemos observar é a permanência, não só de instrumentos e máquinas que remontam à “era” fordista. O novo aprendizado “flexível” requer, como pré-requisito, sob vários aspectos, o “velho” conhecimento adquirido no período fordista.

Na “nova fábrica” vivencia-se, ao mesmo tempo, um interessante processo de rupturas/aperfeiçoamento/incorporação, tanto no conhecimento operário como das técnicas de produção. Um “novo” período marcado dialeticamente, pela manutenção do “velho” incorporado ao novo. Nesse caso, a fábrica flexível e seus novos paradigmas produtivos que emergem desse processo, tratada conceitualmente como pós-fordista, tende a ver as mudanças somente como sendo “rupturas”.

Além dos dados apresentados se, concomitantemente ao nível de escolaridade, à qualificação profissional e ao tempo de casa, considerarmos à idade dos operários, o estado civil o sexo, podemos definir o perfil dominante encontrado na MBB-ABC, após os doze anos do processo de reestruturação da fábrica.

Dessa forma, se analisarmos atentamente o quadro abaixo é possível verificar alguns importantes dados que apontam para o perfil dessa “nova classe operária” na MBB-ABC.



Perfil dominante dos funcionários da Daimler Chrysler do Brasil-ABC (2001)

Escolaridade		Tempo		estado	
Em %	Idade	de casa	qualificação	civil	Sexo
Ensino médio	31 a 50 anos	De 6 a 15 anos	Operacional	casados	Masculino
Completo (23,0%)	6.805 ou	4.680 ou	Qualificado	7.071 ou	9.583
Superior Inco.(21,5%)	66,1% do total	45,5% do total	6.684 ou	68,7%	ou
ou			65% do total	do total	93,2 %
44,5% do total					do total

Fonte: Relatório Social de 2001.

Partindo dos itens expostos na tabela acima, estaríamos, portanto, diante daquele que constitui o perfil dominante do operário na MBB-ABC ,após doze de início das mudanças na fábrica e, com base nesses números torna-se possível demonstrarmos algumas das novas tendências. O nível de escolaridade, por exemplo, daqueles com 11 a 16 anos de estudo (44,5%) situa-se bem acima da média encontrada na Região Metropolitana de São de Paulo, que segundo o Dieese (2001) é de 25,0%, praticamente o dobro.

Tendo como referência o ano de 1989, vemos que os 66,1% que em 2001 encontravam-se com 31 a 50 anos de idade, aqueles que tinham de 19 a 38 anos quando se deu o início do processo de reestruturação. Cruzando este item com a média de 6 a 15 anos de tempo de casa dos 45,5% encontrados em 2001, os números permitem-nos supor que a nova classe operária, na sua constituição, emergiu mediante a mescla daqueles com uma tradicional formação fordista, ou seja, era composta por operários ingressantes no decorrer

dos anos 1987 a 1995. Seria um novo perfil operário que nos parece estar de acordo com as necessidades e desafios da MBB-ABC. É o que sugere a sensível melhora no nível da escolaridade, na qualificação profissional.

Por último, quando relacionamos os 65,0% dos trabalhadores operacionais qualificados, partimos do princípio de que não existe, na empresa, a partir de 2001, operário sem qualificação profissional, com os 93,2% que pertencem majoritariamente ao sexo masculino, notamos que a presença feminina entre os quadros de funcionários da MBB-ABC encontra-se reduzida a módicos 6,8%.

Atualmente, na MBB-ABC, toda forma de trabalho considerada não atividade fim (limpeza, restaurante, jardinagem, manutenção predial, etc.) são todas terceirizadas. A única exceção é o serviço de vigilância por razões de segurança. Apesar de não termos investigados a relação dos terceirizados com os operários da fábrica, ficamos sabendo conforme informação dada por um dirigente sindical que, os terceiros não gozam de nenhum direito trabalhista ou social, oferecido pela empresa.

Tal situação gera inúmeros constrangimentos, conforme relato de um quadro operário:

“[...] é duro você ir almoçar poder tomar sopa, comer arroz feijão, carne, saladas ter até sobremesa e saber que tem um colega seu, que também trabalhou a manhã inteira, mas vai comer sua marmita requentada em local reservado pela empresa bem longe do nosso restaurante, ou comer um lanche de pão com mortadela lá fora. Quando volta do almoço e encontro novamente o colega, fico até constrangido” (entrevista realizada em 2002).

Essa dissonância dos perfis de operários que convivem no mesmo espaço físico, aponta para outras problemáticas. Como tendência, é apoiado no “núcleo duro”, o operário qualificado pós -reestruturação, que se procura firmar o novo padrão sindical na empresa. Um tipo de ação sindical que, no nível da fábrica, ainda luta para erguer as bases de sustentação e de afirmação do “novo sindicalismo propositivo”.

3.4 Concertação política e sindical

Um ponto importante vinculado às metamorfoses do grupo Daimler Chrysler, um desafio para o sindicalismo, mais especificamente no ABC, diz respeito à manutenção do nível de emprego. Aliás, para que houvesse a possibilidade de manutenção dos postos de trabalho, em consonância com os pressupostos teóricos da Concertação Sindical seria indispensável que a Comissão de Fábrica assumisse, conforme abordamos no segundo capítulo, uma postura mais participativa e propositiva em relação ao processo de reestruturação.

Contudo, se atentarmos para os resultados obtidos após uma década em que vigorou na MBB-ABC a tese da ação sindical propositiva, vemos que a principal reivindicação da Comissão de Fábrica, a manutenção dos postos de trabalho não foi plenamente atingida:



Nº de funcionários do grupo Daimler Chrysler do Brasil de 1989 e 2001

Em 1989 (quantum)		Em %	Em 2001 (quantum)		Em %	Diferença em %
SBC	15.305	70,18	SBC	10.280	81,77	+ 11,59
Campinas	4.099	18,79	Campinas	770	6,12	- 12,67
Sofunge*	2.404	11,02	Juiz de Fora**	1.521	12,09	-----
Total	21.808	-----	Total	12.571	-----	- 42,35

Fonte: Relatório Social do grupo Daimler Chrysler dos anos de 1989 e 2001.

* Em outubro de 1995 a Fábrica de Fundição Sofunge foi vendida à fundição Tupy.

**Fábrica inaugurada em 1999, para produção dos automóveis de passeio Classe A e Classe C. Sendo que o modelo Classe C passou a ser produzido, dado sua alta tecnologia, exclusivamente para a disputa no competitivo mercado norte americano.

O exame da tabela acima mostra-nos uma drástica redução de 9.237 mil, ou 42,35% do quantum total do número de funcionários do grupo. No caso do ABC, apesar da inflexão sindical, sua nova postura colaboracionista não conseguiu evitar a perda de 5.025 mil postos de trabalho. Contudo, os números demonstram que a recusa em se discutir, a resistência e a oposição ao processo de reestruturação, limitado às ações meramente sindicais, per si, não foi capaz de fazer frente à eliminação de postos de trabalho. Isto fica evidenciado quando verificarmos o enxugamento de 3.339 empregos na unidade de Campinas.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região, por exemplo, é dirigido, pela corrente sindical cutista ASS (Alternativa Sindical Socialista), núcleo histórico de oposição à Articulação Sindical cutista. Uma corrente crítica do padrão sindical propositivo, cuja postura, porém, não evitou o drástico enxugamento na MBB local. Ao contrario, ali houve perdas bem maiores de postos de trabalho, de acordo conforme o quadro acima.

Essa dificuldade se dá, ao nosso ver, pelo fato de que no processo de reestruturação do grupo Daimler Chrysler, as resistências às novas necessidades de acumulação, dificilmente podem ser organizadas apoiando-se unicamente nas entidades sindicais. A resistência à reestruturação produtiva exige que, concomitantemente, às lutas sindicais, sejam organizadas as lutas políticas.

Porém, no caso do Brasil, a dificuldade resulta, justamente, do fato de que a inflexão cutista, a tese da concertação sindical corresponde, acompanha a inflexão do principal partido de esquerda: o Partido dos Trabalhadores. A idéia da MBB-ABC “democrática” é extensão da tese da concertação social assentada na idéia do Brasil e do “lucro justo”, tal qual tem sido defendido por Lula na campanha presidencial de 2002. Sintomática dessa inflexão foi a recente entrevista dada por Eugênio Staub, empresário do ramo eletrônico, ao declarar seu apoio ao PT. Enaltecendo as qualidades do presidenciável petista, afirma Staub:

“O Lula é o mais capaz de juntar empresários, trabalhadores e classe média” [...] “o PT faz reuniões com empresários para pedir conselhos...você só constrói alguma coisa se além de falar você também ouvir . Eu hoje vejo no PT um respeito muito maior à opinião dos empresários do que nos outros partidos” (Jornal Folha de São Paulo de 23/09/02 no caderno eleições).

É por isso que ganha importância a fala do dirigente da corrente Articulação Sindical, ao procurar justificar as razões nas quais não conseguiram estancar o crescente índice de desemprego, após terem “optado” preferencialmente pelo diálogo com a empresa:

“O fato de participar da negociação da reestruturação produtiva já é um fato positivo. Mais que isso é ganhar o respeito, a credibilidade dos trabalhadores mesmo

sabendo que haveria perdas dos postos de trabalho. É evidente que o sindicato sozinho não tem possibilidade, não tem condições de criar postos de trabalho, embora nós propusemos à empresa várias idéias. A Câmara do setor automotivo que foi um mecanismo que se não gerou emprego, o número de empregos necessários, nós aquela época ao menos estancamos as demissões [...] Infelizmente não há uma política industrial capaz de trazer essa preocupação junto com as mudanças que houve” (Entrevista realizada em 2002).

Notamos que o dirigente, de forma alguma, coloca em questão os limites da postura sindical propositiva desenvolvida na MBB-ABC. Ao contrário, quando se refere ao incessante aumento do desemprego, em defesa do propositivismo, salienta ser este, já no início do processo de negociação, algo previsto, porém inevitável; *“mesmo sabendo que haveria perda nos postos de trabalho”*. Ou seja, se das reivindicações centrais do propositivismo sempre foi a luta pela manutenção dos postos de trabalho, analisando atentamente a fala desse dirigente, fica evidenciado um limite “congenito”, algo sabido e previsto já no início do processo de reestruturação negociada.

É, por isso que, apoiado nos números e na afirmação do dirigente da Comissão de Fábrica, é possível criticamente sugerir que aquela direção sindical ao saber previamente das demissões inevitáveis, ao “aprofundar” o processo de negociações na MBB-ABC, a representação trabalhista, na prática, negociou o desemprego. Uma tese que pode ser reforçada, quando se verifica ainda hoje, a cultura dos PDVs (Plano de Demissões Voluntárias) que, não representa outra coisa, senão uma negociação em torno de quem, do tipo e da forma de demissão.

Recentemente, um importante jornal de circulação nacional noticiou; *“Trabalhadores fazem protestos na Daimler Chrysler”*. Tratava-se de uma paralisação de duas horas contra a dispensa de 656 trabalhadores. Naquela ocasião, o então Coordenador da Comissão de Fábrica desabafou:

“As chefias convocaram nominalmente os empregados dizendo que poderiam aderir a um voluntariado até 31 de agosto ou seriam demitidos a partir de setembro [...] **“não existe nem sequer um PDV”** (Folha de São Paulo, 22/08/02, no caderno dinheiro).”

Ou seja, numa postura claramente defensiva, os sindicalistas argumentam que o problema do desemprego vincula-se, tal qual expressa o dirigente da MBB-ABC, ao atual modelo econômico: *“infelizmente não há uma política industrial”*. Ou ainda, quando o capital, unilateralmente, decide efetuar demissões, o faz sem consulta prévia, sem PDV.

Assim, verificamos que, no plano sindical, se reproduzem, quando o assunto é desemprego, o teor das críticas petista feitas aos oito anos do governo FHC. O PT insistentemente reduz os efeitos das novas formas de acumulação a problemas como: maior dependência do Brasil em relação ao capital externo, o aumento das taxas de juros, a falta de uma política industrial e, até a “falta de vontade política” do atual governo (Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil, 2002).

Os sindicalistas do ABC, em consonância à tese da concertação sindical tendem a apostar que esses problemas no seu conjunto e, mais particularmente, a crise de crescimento da economia brasileira, responsável pelo elevado índice de desemprego, ou ainda problemas específicos do ABC, passam fundamentalmente,

pela formulação de uma nova política industrial. Tal perspectiva se viabilizará com a vitória de Lula na eleição para presidente. A esse respeito, afirma o dirigente do ABC:

[...] eu diria que Lula tem alguns pontos do programa de governo que como a reforma trabalhista ajuda o fortalecimento do sindicato, o compromisso dele com a liberdade e autonomia sindical que nos atravanca muito [...] por outro lado, pensando também um pouco corporativamente, nosso sindicato estabeleceu sete pontos para o setor automobilístico[...] o Lula incorporou no programa dele [...] o incentivo à produção de veículos pela engenharia nacional que pegaria em cheio nosso caso aqui, tem o programa da renovação da frota [...] tanto nos sete pontos do setor automobilístico, como na questão reforma trabalhista. [...] poderia nos ajudar muito a liberdade e autonomia sindical, mas também pela questão mais geral que é a mudança do paradigma econômico (Entrevista realizada em 07/2002).

Nessa perspectiva é que os Metalúrgicos do ABC elaboraram o seu caderno de “Propostas de Plano e Governo 2003/2006”, propondo que para o setor automobilístico sejam perseguidas as seguintes metas:

- 1-) Reinstaurar a Câmara Setorial Automotiva.
- 2-) Ampliação do mercado interno e crescimento da produção nacional.
- 3-) Incremento das exportações e do superávit na balança comercial do setor.
- 4-) Renovação e reciclagem da frota nacional.
- 5-) Estímulo aos veículos e componentes projetados e desenvolvidos pela engenharia nacional.
- 6-) Incentivo à produção e venda de veículos a álcool.
- 7-) Contrato Coletivo Nacional de Relações no Setor de Trabalho.

Constatamos, portanto, que a concertação sindical desenvolvida no ABC a partir de 1990, tanto em relação ao conjunto da categoria ou por fábrica, como foi

o caso da MBB, pautou-se pela busca em estabelecer um processo de reestruturação produtiva negociada entre capital e trabalho. No plano político, apostou-se na *concertação social* entre governo-capital-trabalho, nos termos defendidos pelo PT. Lula venceu, e agora? Quem viver, verá.

Considerações finais

Neste trabalho, procuramos demonstrar que a emergência da indústria automotiva no Brasil significou a introdução de uma nova estrutura produtiva taylorista-fordista e, em especial, na região do ABC, a formação de um operariado de novo perfil. Um momento peculiar da história brasileira na qual, cabia ao Estado ocupar um papel central, nas questões relacionadas ao desenvolvimento econômico.

Vimos, também, que, decorrente dessas transformações emergiu, e manteve-se, nas últimas décadas, não sem mudanças, os pilares sustentadores da antiga estrutura corporativa sindical getulista. A unicidade, o imposto sindical e a contribuição assistencial persistem, mesmo que tenhamos conhecido, ao longo das últimas décadas, diferentes períodos como a Ditadura Militar, a fase de transição para a abertura política, as massivas lutas sindicais dos anos 80 e mais recentemente, as mudanças advindas com a inserção brasileira aos novos paradigmas políticos e econômicos dos anos 90.

Procuramos enfatizar a intrínseca relação entre a crise do Estado autoritário, mais especificamente a partir de 1973, e o surgimento do grupo de “sindicalistas autênticos”. Relacionado a esse processo, vimos que, das lutas de resistência metalúrgica do ABC, em fins dos anos 70, despontaram lideranças que, como Lula, souberam emblematicamente expressar a consciência contingente desse novo operariado metalúrgico.

Ao mesmo tempo, procuramos apontar que, em meio aquelas greves operárias, concepções políticas de viés espontaneísta, teses valorizadoras da idéia de que é a “classe quem faz”, não só se constituía como força hegemônica, como também seus aspectos políticos seriam reafirmados, quando da formulação do Partido dos Trabalhadores em 1980 e da Central Única dos Trabalhadores em 1983.

Se, conforme demonstramos, tanto o PT como a CUT, nas suas origens, incorporaram teses cujo conteúdo programático, trazia elementos típicos do espontaneísmo, ambos, em meio à instabilidade política e econômica dos anos 80, conheceram através tática do confronto o momento de sua afirmação política conforme atestam as inúmeras greves e manifestações de massas realizadas naquela década.

Em certo sentido, um fenômeno aparentemente paradoxal, quando contraposto às derrotas sofridas pelo sindicalismo em alguns dos países capitalistas centrais como o Estados Unidos e Inglaterra. Uma crise relacionada ao advento do neoliberalismo e do aprofundamento do processo de reestruturação produtiva. Uma nova ofensiva do capital que, tanto do ponto de vista político como econômico, passou a questionar, com maior veemência, os fundamentos sustentadores do *Welfare State*.

Contudo, no Brasil, a vitória eleitoral de Collor em 1989, a abrupta abertura econômica promovida pelo seu governo - diretrizes mantidas nas subseqüentes gestões de FHC de 1994 a 2002 - impulsionaram, a partir dos anos 90, de forma sistêmica, o processo de reestruturação produtiva. Um conjunto de mudanças

verificadas, com maior ênfase, nas transnacionais ligadas ao setor automotivo da região do ABC.

Resultante do processo de reestruturação, o próprio operariado tornou-se mais diminuto e complexificado, conforme atesta o aumento expressivo dos operários terceirizados, o fechamento de unidades produtivas como a Ford motores, as transferências de empresas para fora do ABC, a reorganização do processo produtivo, o uso sempre que possível de novas tecnologias. Deu-se, então, um conjunto de mudanças cujo sentido fora dado pela busca da flexibilidade de cariz toytista.

Uma ofensiva do capital no sentido de superar obstáculos à realização do valor na época da mundialização, um movimento inerente à sua lógica auto-expansiva que o obriga a adotar posturas mais agressivas em relação ao mundo do trabalho. É nesse contexto que se insere o novo complexo da reestruturação produtiva, em particular, nas montadoras da região do ABC. Uma ofensiva do capital na produção, responsável por instaurar uma forte crise do sindicalismo metalúrgico do ABC. É nesse contexto, de forma reagente na defensiva, quando analisadas a luz das novas provocações do capital, que emergiu a práxis sindical de cariz propositiva.

Portanto, a partir de 1990, impulsionaram-se estratégias sindicais propositivas que, como as desenvolvidas entre os metalúrgicos do ABC, representou uma inflexão em relação as lutas conflitivas dos anos 80. Uma clivagem política relacionada às tese defendidas e aprovadas pela corrente Articulação Sindical já no III (1988) e no IV Concut (1991).



Nesse caso, a consolidação das teses que propunham uma Central Sindical mais profissional do ponto de vista organizativo e burocrático, concomitantemente à visão política de que CUT deveria ir além do “não”, pensar e propor alternativas e projetos para o país exprimia uma característica essencial, reveladora mesmo dos pressupostos políticos que norteavam a tese da *concertação sindical*. Tese responsável pela adoção de uma postura sindical defensiva, tal qual atesta a participação dos metalúrgicos do ABC, no âmbito de fóruns tripartites, como a Câmara do Setor Automotivo.

Como parte dessa inflexão, vimos que o Sindicato dos Metalúrgicos procurou também, no nível das fábricas, desenvolver inúmeras negociações descentralizadas, cujo eixo centrava-se na defesa do emprego, na participação nos lucros e resultados e diferentes discussões, a cerca de mudanças, tanto na gestão como organização do trabalho, da flexibilização da jornada de trabalho e dos salários. Enfim, direcionaram suas ações com vistas a influenciar na implementação das mudanças relacionadas à reestruturação produtiva.

Ao se aprofundar as negociações tornaram-se nítidos os traços caracterizadores do perfil defensivo da ação sindical propositiva no ABC. Procurando reagir à escalada crescente do desemprego, por exemplo, aquela direção sindical reduziu sua ação no sentido de procurar atenuar, ao máximo, os efeitos negativos do processo de reestruturação. Foi o caso da estratégia sindical, adotada pela Comissão de Fábrica da Mercedes Benz do Brasil, no ABC.

É possível dizer que a ação sindical propositiva, na medida em que se aprofunda e se dissemina o processo da reestruturação, revela a própria

incapacidade do sindicalismo de, per si, fazer frente às novas investidas do capital. Mais do que isso, o propositivismo, sua recusa em conceber criticamente a relação antagônica do capital e do trabalho, seu viés concertacionista como tendência, reafirma a natureza estranhada dessa relação, posta na sociedade regida pelo capital.

Nesse caso, pode-se dizer, que o sindicalismo propositivo, sua ação, traz impactos extremamente negativos para o operariado do ponto de vista ideológico. Ao tomar o capital como parceiro, obstaculiza o desenvolvimento de uma consciência necessária capaz de apontar para a superação da sociabilidade imposta pelo capital.

Nas negociações, não só desconsidera, mas também contribui, para que a flexibilidade toyotista recrie e capture a nova subjetividade operária que emerge da fábrica reestruturada. Vale salientar, que as estratégias sindicais de cariz participativo-propositivo, como no caso da MBB-ABC, como tendência, apóia-se em setores ou parcelas cada vez menores de operários, os “filhos” da reestruturação, o núcleo duro da empresa; para eles é que são negociados os diferentes tipos de benefícios sociais ou salariais.

Dessa forma, terminam contribuindo para que ocorra uma maior fragmentação, tanto política como ideológica do operariado. Um processo que se acelera quando, em nome das mudanças, parte significativa da “velha” guarda - a vanguarda operária - fica no ostracismo político ou é demitida através dos inúmeros PDVs como aposentados. Forjados nos anos de chumbo, oriundos dos embates travados pela categoria metalúrgica, suas posturas, predominantemente

conflitivas, não se coadunam mais ao pressuposto da negociação conforme prioriza o sindicalismo propositivo.

Contudo, parece-nos também, que a estratégia sindical propositiva, um padrão de ação ancorado nos pressupostos da *concertação sindical*, acompanha a própria clivagem política verificada nestes últimos anos no PT. Se, na produção, a postura propositiva, ao tratar como “parceiros” capital e trabalho, obscurece a luta de classes, esta parece vincular-se - no plano político - ao novo pacto social anunciado por Lula nas eleições de 2002. Estaríamos, diante de uma situação, onde a *concertação sindical* seria parte de uma ampla *concertação social* levada a cabo pelo PT. Essa é, sem dúvida, uma problemática que esperamos nos aprofundar nos próximos trabalhos.



OUTRAS FONTES

1. Documentos

“Acordo Coletivo de Trabalho MBB-ABC”, Novembro de 1993.

“Acordo Coletivo de Trabalho MBB-ABC”, Abril de 1994.

“Acordo Coletivo de Trabalho MBB-ABC”, Fevereiro de 1995.

“Acordo Coletivo de Trabalho MBB-ABC”, Março de 1995.

“Acordo Coletivo de Trabalho MBB-ABC”, Junho de 1995.

“Acordo Coletivo de Trabalho MBB-ABC”, fevereiro de 1996.

“Acordo Coletivo de Trabalho MBB-ABC”, Maio de 1996.

“Acordo Coletivo de Trabalho MBB-ABC”, Outubro de 1997.

“Acordo Coletivo de Trabalho MBB-ABC”, fevereiro de 1998.

“Acordo Coletivo de Trabalho MBB-ABC”, Junho de 1998.

“Acordo Coletivo de Trabalho MBB-ABC”, Outubro de 1999.

“Relatório Social MBB”, 1989.

“Relatório Social MBB”, 1999.

“Relatório Social MBB”, 2000.

“Relatório Social MBB”, 2001.

Informativo da Daimler Chrysler *Em foco*. N.28, 2002.

Informativo da Daimler Chrysler p/ fornecedores “*Interação*”. N.37, 03/02.

“*Custos e benefícios*”. Informativo RH Daimler Chrysler-ABC. Janeiro de 2002.



Nós, Boletim da MBB. N.41, fevereiro de 2001.

Nós, Boletim da MBB. N.34, setembro de 2001.

Nós, Boletim da MBB. N.41, junho/julho de 2002.

"O PT das origens. Mimeo Nep,p.7.s/d.

"Programa de governo: subsídios para o debate". Partido dos Trabalhadores, 2002.

"Concepções e Diretrizes do Programa do PT para o Brasil, 2002.

2. Publicação de entidades de classe

ANFAVEA. *Anuário Estatístico – Indústria Automotiva Brasileira*. São Paulo,1995.

ANFAVEA. *Anuário Estatístico – Indústria Automotiva Brasileira*. São Paulo,1999

ANFAVEA. *Anuário Estatístico – Indústria Automotiva Brasileira*. São Paulo,2000.

ANFAVEA. *Anuário Estatístico – Indústria Automotiva Brasileira*. São Paulo,2001.

ANFAVEA. *Anuário Estatístico – Indústria Automotiva Brasileira*. São Paulo,2002.

SMSBC, Sindicato metalúrgicos do ABC. *Reestruturação do complexo automotivo brasileiro: As propostas dos metalúrgicos do ABC*. Fevereiro, 1992.

_____ "*Sem peças o Brasil não anda*". Março, 1995.

_____ *Um acordo histórico: As propostas dos trabalhadores da indústria automotiva e a proposta de acordo firmada em fevereiro*. Junho,1993.

_____ *Iº Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos do ABC*, 1993.

_____ *Os trabalhadores metalúrgicos e a terceirização*.ABC,1993.

_____ *Plano de metas para o setor automotivo*. SBC,2002.

_____ *Sindicalismo e economia solidária*. Cut/nacional, dezembro de 1999.

_____. *Trabalho com qualidade de vida*. Comissão de Fábrica MBB-ABC, 1992.

3. Grande Imprensa

Folha de São Paulo, 27/07/92.

Folha de São Paulo, 26/08/92.

Folha de São Paulo, 12/12/92.

Folha de São Paulo, 06/01/93.

Folha de São Paulo, 20/03/00.

Folha de São Paulo, 30/11/01.

Folha de São Paulo, 07/01/01.

Folha de São Paulo, 13/01/02.

Folha de São Paulo, 22/08/02

Folha de São Paulo, 23/09/02

Folha de São Paulo, 01/10/02

4. Imprensa Sindical

Dieese. Subseção - ABC. *Modernização industrial: Os rumos recentes e alternativos da indústria automobilística*. São Bernardo do Campo, 1989.

_____. *Globalização e setor automotivo: a visão dos trabalhadores*. São Bernardo do Campo, 1996.

_____. *Indústria automobilística brasileira*. São Bernardo do Campo. Agosto de 1997.

_____. *Informação sobre salário e nº da categoria metalúrgica do ABC*. São Bernardo do Campo, 2000.

_____. *Mercado de trabalho: a visão sindical*. São Bernardo do Campo. Setembro de 1998.

_____. *As relações de trabalho na indústria automobilística*. São Bernardo do Campo. Abril de 1996.

_____. *Desemprego: diagnóstico e propostas*. São Bernardo do Campo. Maio de 1998.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, Maria Hermínia T. *O sindicalismo no Brasil: novos problemas velhas estruturas*. Revista Debate e Crítica. nº6. Julho de 1975.

_____. *Tendências recentes da negociação coletiva no Brasil*. In- trabalho e cultura no Brasil. Rodrigues Leôncio (org). Recife, Brasília, ANPPCS/CNPq, 1981.

_____. *O corporativismo em declínio?* In- Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. Evelina. D.(Org). São Paulo: Brasiliense, 1994.

Alves, Giovanni. *Trabalho e mundialização do capital: A nova degradação do trabalho na era da globalização*. São Paulo, Praxis, 1999.

_____. *Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo no Brasil*. Tese doutorado, Unicamp- Campinas, 1998.

_____. *sindicalismo e as perspectiva do trabalho- o Brasil nos anos noventa*. In-Neoliberalismo e reestruturação produtiva- as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *O novo e precário mundo do Trabalho*. São Paulo: Boitempo/ Fapesp, 2000.

_____. *Toyotismo e neocorporativismo no sindicalismo do século XXI*. Revista Outubro n.5. p.47 :São Paulo, 2001.

Anderson, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In – Sader, E e Gentili, P. (orgs), Pós-Neoliberalismo – As políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.

Antunes, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro*. In- Neoliberalismo , trabalho e sindicatos. São Paulo: Boitempo, 1997.

_____. *A rebeldia do trabalho. O confronto operário do ABC paulista: 1979/80*. Campinas: Unicamp, 1995.

_____. *o novo sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Pontes, 1991.

_____. *Crise e Poder*. São Paulo: Cortez 2.Ed., 1985.

Arbix, Glauco. *Uma Aposta no Futuro: Os primeiros anos da Câmara Setorial da indústria automobilística*. São Paulo: Scritta, 1996.

_____. *A câmara banida*. In- De JK a FHC, a reinvenção dos carros. São Paulo: Scritta, 1997.



Bargas, Osvaldo.Rainho,Luís F. *As lutas operárias e sindicais dos Metalúrgicos em São Bernardo do Campo (1978-79)*.São Bernardo do Campo: F.G,1983.

Berbel,Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira*. Dissertação mestrado.São Paulo:FFCLH, 1991.

Bihir, Alain. *Da grande noite à alternativa: O movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.

Biondi, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Perseu Abramo,1999.

Boito Jr., Armando. *De volta para o novo corporativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro*. Revista São Paulo em perspectiva, 1994.

_____. *Política Neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

Bresciane, Luís Paulo. *Da Resistência à Contratação: Tecnologia, Trabalho e Ação Sindical no Brasil*. Brasília: Sesi- DN, 1994.

_____. *os limites e os desejos: reestruturação industrial e ação sindical no complexo automotivo Brasileiro*. In- O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil. Márcia de Paula Leite (org.). Campinas ,São Paulo: Papirus,1997.

_____. *Na zona do agrião: a nova agenda da negociação coletiva*. In- De JK a FHC a reinvenção dos carros. Arbix,G. Zilbovicius,M. (Org). São Paulo: Ecrítica, 1997.

_____. e Benites filho, F.A. *Negociações tripartites na Itália e no Brasil: o acordo nacional e as câmaras setoriais*. São Paulo: LTR, 1995.

_____. e Salerno, M.S. *Reestruturação produtiva e agenda sindical; Hora de trabalhar*. São Paulo, 1996. Mimeo.

Cano, Wilson.*Reflexões sobre o Brasil e a (dês)ordem internacional*. Campinas. Unicamp,1993.

Cardoso, A.M. *Trabalhar, verbo transitivo: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística*. Rio de Janeiro: FGV,2000.

_____. *Evolução das pautas de negociações dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco Guarulhos e ABC*. São Paulo. Relatório de pesquisa, 1993.

_____. e GEBRIM, V.L.M. "O impacto das recentes transformações no mundo do trabalho sobre as contratações coletivas". São Paulo: Trabalho apresentado no II Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho. Dezembro, 1996.

Castro, Maria Silvia P. *Possíveis estratégias sindicais frente a reestruturação produtiva no Brasil*. In- Sindicalismo latinoamericano: entre la renovación y la resignación. Caracas: Nueva Sociedad, 1995.

Catalano, Ana. Novick, Marta. *Reconversión productiva y estrategias sindicales en Argentina*. In- Sindicalismo latinoamericano: entre la renovación y la resignación. Caracas: Nueva Sociedad, 1995.

Cattani, Antonio Davi. *Trabalho & Autonomia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

Chenais, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. *Capitalismo de fim de século*. In- Globalização e Socialismo. São Paulo: Xamã, 1997.

_____. *Mundialização: o capital financeiro no comando*. Revista Outubro n.5 : São Paulo, 2001.

Comin, A. *De volta para o futuro: política e reestruturação industrial do complexo automobilístico brasileiro*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 1998.

_____. e Cardoso, A. CAMPOS, A. *As bases sociais do sindicalismo metalúrgico*. In- De JK a FHC a reinvenção dos carros. Arbix, G. Zilbovicius, M. (Org). São Paulo: Ecrítica, 1997.

_____. Conceição, J.J. Bresciani, L .p. Cavignato, O.R. "O acordo do setor automobilístico: A reestruturação negociada", Folha de São Paulo, 27 de julho de 1992.

Coriat, B. *Pensar pelo Averso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: Reva/ UFRJ, 1994.

Coutinho, Luciano. *Competitividade da Indústria Brasileira*. Cebrap: São Paulo, junho de 1994.

Cruz, Antônio. *A janela estilhaçada: a crise do discurso do Novo Sindicalismo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Dejours, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 2000.

Dias, Edmundo Fernandes. *Capital e Trabalho: a nova dominação*. In- A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes. Brasília: Sindicato dos Eletricistas de Brasília, 1996.

Dieese. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo, 2001.

Fiori, José Luís. *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

_____. "Consenso" foi criado nos EUA em 1989. *Jornal Folha de São Paulo: caderno economia* 26/08/2001.

Filho, Valdemar. S. Pedreira. *Comissões de fábrica: um claro enigma*. São Paulo: Entrelinhas/Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.

Forrester, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Unesp, 1997.

Frederico, Celso. *Crise do socialismo e movimento operário*. São Paulo: Cortez, 1994.

Galvão, Andréia. *Participação e fragmentação: a prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90*. Dissertação Mestrado. São Paulo, Unicamp.

_____. Trindade, Edi. Andréia. *Sistemas de relações de trabalho nos países avançados: características e mudanças recentes*. In- Emprego e Desenvolvimento tecnológico. Dieese/Cesit. São Paulo, 1999.

Gounet, Thomas. *Fordismo e Toyotismo: Na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.

Grespan, Jorge Luis da Silva. *A constituição do capital*. In- O negativo do capital. São Paulo: Edusp, 1996.

Guimarães, I. "A experiências das Câmaras Setoriais". In- Oliverira, c.; Mattoso, J (Org). *O mundo do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1994.

Gustavo, Franco H.B. *O modelo concentrador*. *Folha de São Paulo*, 12 dez. 1992. p.6.

Gramsci, Antonio. *Americanismo e Fordismo*. In- Maquiavel a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Harvey, David. *Condição Pós-Moderna*. 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

Hirata, H. *Sobre o modelo japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho*. São Paulo: Edusp, 1993.

Hobsbawm, Eric J. *A era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo, Companhia das letras, 1996.

_____. *Ecos da Marselhesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Humphrey, John. *Fazendo o "milagre": controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1982.



_____. *operários da indústria automobilística no Brasil: novas tendências no movimento trabalhista*. Revista estudos Cebrap. n°.23. S/D.

Kurz, Robert. *O colapso da modernização*. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. *Os últimos combates*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. *O crepúsculo da indústria automobilística*. Jornal Folha de São Paulo: caderno Mais, 07/01/01.

Leite, M. P. *O futuro do trabalho: Novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Scritta, 1994.

_____. *Reestruturação produtiva e sindicatos: o paradoxo da modernidade*. In- O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos. Márcia Leite (Org). Campinas, São Paulo; Papirus, 1997.

_____. *Reestruturação produtiva: novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra*. In- o mundo trabalho. Oliveira, C; Mattoso, J. (Org). São Paulo: escrita, 1994.

_____. *A classe operária e a questão sindical*. In- Processo e relações do trabalho no Brasil. Fleury, Maria.T.L.; Fischer, Maria. R. (Org). São Paulo: Atlas s.a, 1987.

Lênin, Vladimir Ilitch. *A organização dos operários e a organização dos revolucionários*. In- Obras escolhidas. Vol.I.2^oed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

Maroni, Amnéris. *A estratégia da recusa*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Martins, Helena de Souza. Rodrigues, Iran Jácome. *O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90*. Revista Tempo Social n.11.p. 155-182. fevereiro de 2000.

Marx, Karl. *Salário, preço e lucro*. São Paulo: Global 6.ed., 1988.

_____. *Processo de trabalho e processo de produzir mais valia*. In-Crítica da Economia Política, livro 1.v,I. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1968.

_____. *A jornada de trabalho*. In-Crítica da Economia Política, livro 1.v,I. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1968.

_____. *Conceito da mais valia relativa*. In-Crítica da Economia Política, livro 1.v,I. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1968.

_____. *Mais valia absoluta e mais valia relativa*. In-Crítica da Economia Política, livro 1.v,II. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1968.

Matosso, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.



Matusita, Ana Paula. Gimenes, Denis Maraci. *Capitalismo avançado no pós-guerra e as experiências recentes da política de empregos*. In- Emprego e Desenvolvimento tecnológico. Dieese/Cesit. São Paulo, 1999.

Mercadante, Aloizio. *Para sair da crise*. Folha de São Paulo, 30/03/92.

_____. *Crescimento socialmente solidário*. Folha de São Paulo, 13/01/02.

Mészáros, István. *A ordem do capital no metabolismo social da reprodução*. Mimeo, 1995.

_____. *Ir além do capital*. In- Globalização e socialismo. Coggiola, Osvaldo (Org). São Paulo: Xamã, 1997.

_____. *Consciência de classe necessária e consciência de classe contingente*. In Filosofia Ideologia e Ciência Social. São Paulo: Ensaio, 1993.

McIroy, John. *O inverno do sindicalismo*. In- Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. Antunes, Ricardo (Org). São Paulo: Boitempo, 1999.

Negro, Luigi Antonio. *Servos do tempo*. In- De JK a FHC a reinvenção dos carros. Arbix, G. Zilbovicius, M. (Org). São Paulo: Escrita, 1997.

Noronha, E.G. *"As greves e estratégias sindicais no Brasil"*. In- Oliverira, Carlos A. de et alii (org.) O mundo do trabalho – Crise em mudança no final do século, São Paulo: Scritta, 1994.

Oliveira, Francisco. *Carta aberta ao ministro Fernando Henrique Cardoso*. Folha de São Paulo, 6 jan, 1993. p.3.

_____. *Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito*. In- Contradições urbanas e movimentos sociais. Moisés, José A. (org). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Paranhos, Kátia R. *Era uma vez São Bernardo*. Campinas: Unicamp, 1999.

Pastore, José. *Relações de trabalho em economias competitivas*. In- O futuro do sindicalismo: CUT, Força Sindical, CGT. São Paulo: Nobel S.A, 1992.

_____. *Flexibilização dos mercados de trabalho e contratação coletiva*. São Paulo: LTR, 1994.

_____. *O desemprego tem cura?* São Paulo: Macro Books, 1998.

Pochmann, Marcio. *O emprego na globalização: A divisão internacional do trabalho e o caminho que o Brasil escolheu*. São Paulo. Boitempo, 2001.

_____. *O pluralismo pode comprometer a democracia no país*. Debate Sindical. n.40, p.13. novembro de 2001.

Previtali, Fabiane Santana. *Controle e resistência na organização do trabalho no setor automotivo: o caso de uma empresa montadora nos anos 90*. Tese Doutorado: Unicamp-IFCH, 2002.

Rodrigues, Iram Jácome. *Sindicalismo e Política: A trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997.

_____. *Sindicalismo, emprego e relações de trabalho na indústria automobilística*. In- Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. Antunes, Ricardo (Org). São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. *Comissões de fábrica e trabalhadores na indústria*. São Paulo. Cortez, 1990.

_____. *Novas pautas na negociação sindicato/empresa: o caso da Mercedes Benz*. Informações Fipe, n. 182. p. 16-21. São Paulo, 1995.

Rodrigues, Leôncio Martins. *As transformações da sociedade contemporânea e o futuro do sindicalismo*. In- O futuro do sindicalismo: CUT, força sindical, CGT. São Paulo: Nobel S.A, 1992.

_____. *O declínio do sindicalismo corporativo*. Rio de Janeiro: Ibase, 1991.

_____. *Partidos e Sindicatos*. São Paulo. Ática, 1990

_____. *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. *O sindicalismo corporativo no Brasil*. Recife, Brasília, ANPOCS/CNPq, 1981.

_____. *Destino do sindicalismo*. São Paulo: Edusp, 1999.

Sader, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Salerno, M. S. *"Modelo japonês; trabalho brasileiro"*. In- Hirata, H. (Org). Sobre o modelo japonês. São Paulo: Edusp, 1993.

_____. *"Reestruturação produtiva e sindicatos"*. Trabalho apresentado no XVII Encontro Anual da ANPOCS. Outubro de 1993, Caxambu -MG.

Santos, Ariovaldo. *Trabalho e Globalização: a crise do Sindicalismo propositivo*. Londrina: Práxis, 2001.

Sennet, Richard. *A corrosão do caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

Silva, Roque. Ap. *Comissões de fábrica e autonomia dos trabalhadores*. in- Processos e relações de trabalho no Brasil. Fleury, Maria. T.L.; Fischer, Maria. R. (Org). São Paulo: Atlas s.a, 1987.

Shapiro, Helen. *A primeira geração das montadoras (1956-1968)* In- De JK a FHC a reinvenção dos carros. Arbix, G. Zilbovicius, M. (Org). São Paulo: Ecrítica, 1997.

Singer, Paul. *Globalização e Desemprego: Diagnósticos e Alternativas*. São Paulo. Contexto, 1999.

Soares, José de Lima. *Sindicalismo no ABC: Reestruturação produtiva e parceria*. Brasília: Outubro, 1998.

Tapia, Jorge Rumem Bitom. *Corporativismo societal no Brasil: transição incompleta?*. In- Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____ e Araújo, A.M.C. *Representação de interesses e reestruturação produtiva: Para onde vai o corporativismo?*. Revista São Paulo em Perspectiva. N.2, Abril de 1994.

Teixeira, Francisco José Soares. *O "quanto pior, melhor" no mundo do pós-fordismo*. In: Revista Debate Sindical, n.27, p.33-40, 1998.

Wachendorfer, Achim. *Entrevista com Vicente Paulo da Silva*. In- Sindicalismo latinoamericano: entre la renovación y la resignación. Caracas: Nueva Sociedad, 1995.

Zapata, Francisco. *Crise do sindicalismo na América Latina*. Revista de Ciências Sociais. v.37, n.1. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1994.

Zauli, E. M. *As condições sociais da emergência e decadência da Câmara Setorial da Indústria Automotiva no Brasil*. São Paulo: AnnaBlume, 1997.

